

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE TEOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MESTRADO EM TEOLOGIA SISTEMÁTICA

PILATO PEREIRA

JUSTIÇA E PAZ COM A CRIAÇÃO

*A Ecologia em interação com Justiça e Paz na experiência prática e reflexiva do Conselho Mundial de Igrejas*

Professor Dr. Luiz Carlos Susin

Orientador

Porto Alegre  
2012

PILATO PEREIRA

**JUSTIÇA E PAZ COM A CRIAÇÃO**

*A Ecologia em interação com Justiça e Paz na experiência prática e reflexiva do Conselho Mundial de Igrejas*

Dissertação apresentada à Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestrado em Teologia, Área de Concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Professor Dr. Luiz Carlos Susin

Porto Alegre  
2012

**Pilato Pereira**

**"JUSTIÇA E PAZ COM A CRIAÇÃO – A Ecologia em interação com Justiça e Paz na experiência prática e reflexiva do Conselho Mundial de Igrejas."**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia, pelo Mestrado em Teologia da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 28 de março de 2012, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:



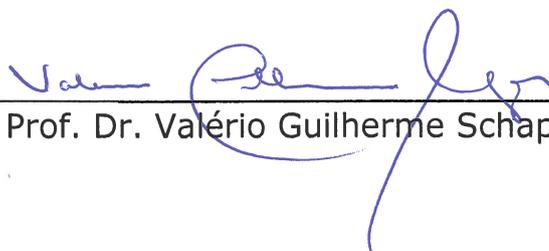
---

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin  
(Orientador)



---

Prof. Dr. Marileda Baggio



---

Prof. Dr. Valério Guilherme Schaper

## AGRADECIMENTOS

Com o propósito de poder agradecer a tantas quantas pessoas colaboraram com todo o processo do curso de mestrado, começo registrando minha gratidão ao Deus criador e defensor da vida, pela graça de ser militante da causa ecológica e poder estudar, pesquisar e debater este tema. Acredito que a verdadeira ação de graças não se resume nestas palavras, mas na esperançosa luta de cada dia pela preservação da sacralidade da criação de Deus.

Minha terna gratidão,

Ao professor orientador, Frei Luiz Carlos Susin, pela orientação acadêmica, apoio e encorajamento fraterno.

A Irmã Marileda Baggio, que uniu seu olhar ao do orientador para me conduzirem na reta final dos trabalhos.

Ao professor Valério Schaper, da EST, que compõe a comissão examinadora e a todos os professores, funcionários e colegas da pós-graduação em teologia da PUCRS.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio com a bolsa que cobriu as mensalidades do curso de mestrado.

Aos Freis Capuchinhos, especialmente meus formadores e professores da ESTEF, que me conduziram no caminho da teologia, que hoje se materializa nesta dissertação de mestrado.

Aos meus familiares, amigos e minha companheira de missão, Luciméia, pelo estímulo e apoio cotidiano.

Ao vereador Ivo Fiorotti, a nossa chefe de gabinete, Vanir Piovesan e a todos os colegas de trabalho, pela compreensão e solidariedade ao ajudar a conciliar trabalho e estudo.

A Guillermo Kerber que foi a primeira pessoa do CMI com quem buscamos orientação sobre a possibilidade da pesquisa e Marcelo Schneider que também contribuiu com sua opinião.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, na pessoa do Reverendo Humberto Maiztegui, do bispo diocesano, Dom Orlando de Oliveira e da Professora Vera Lúcia, que apoiaram com material, dicas e contatos e a Maria Cláudia Gastal Ramos pelas aulas de inglês e traduções.

Ao Irmão Antônio Cechin, a equipe da Pastoral da Ecologia da CNBB Sul 3 e aos companheiros/as da Associação Caminho das Águas – Ecoprofetias, pelo testemunho de profecia e perseverança.

*Dedico este modesto trabalho aos profetas da vida, que fazem ecologia sem precisar conceituar a palavra que herdamos do grego.*

*Profetas da vida são os catadores, camponeses agroecológicos..., os mais pobres que fazem reverberar os clamores da Terra.*

*Os catadores recolhem o lixo da civilização, as sobras, os resíduos que agridem a Terra.*

*Os camponeses ecológicos cultivam o chão e produzem alimentos sem o uso de venenos, preservando as sementes, as fontes e nascentes, a beleza, os sabores e os saberes da vida.*

*E ressalvo aqui a corajosa atitude das mulheres camponesas que protagonizaram no RS uma grande luta contra as monoculturas de árvores exóticas para a indústria de celulose.*

*Catadores e Camponeses cuidam da casa de todos/as e cuidam para todas as formas de vida de hoje e de amanhã, e, qual médicos, preservam a Terra em seu estado salutar.*

*E dedico também a ela, a Terra, a grande profetiza deste tempo, que, com seus sinais adversos nos conclama para a conversão ecológica.*

*E ao dedicar este singelo trabalho acadêmico à mãe e irmã Terra, quero dedicar, muito amorosamente, a Lourdes Lazaretti Pereira, minha mãe, quem me deu a vida, nutrindo-me e concedendo seu próprio espaço, o ventre materno, de onde germinou meu semblante.*

*Quero também estender esta dedicatória a dois grandes mestres, que mais me ensinaram sobre ecologia. Meu primeiro mestre foi meu pai, Mozart Lourenço Pereira (em memória).*

*Ele me ensinou que tudo é sagrado e que Deus continua a conversar conosco, tão intimamente como o fazia com Adão e Eva, através das aves, animais e de tudo o que vive. E no caminho da vida, por graça de Deus, outro mestre encontrei, o Irmão Antônio Cechin, que aos 84 anos de vida continua na luta empoderando os pobres em defesa da dignidade de toda a criação de Deus.*

*A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, especialmente a Província Sagrado Coração de Jesus, não posso apenas agradecer, quero também estender esta dedicatória. Pois, foi graças aos Capuchinhos, que me oportunizaram formação e experiências de vida, que pude conhecer melhor São Francisco de Assis, onde busco, confirmo e reafirmo convicções.*

*“Quão numerosas são tuas obras, Iahweh, e todas fizestes com sabedoria!  
A Terra está repleta das tuas criaturas”.*

Salmo 104,24

## RESUMO

Desde o advento da globalização de um mundo em mudança de época, sentimos um clima de injustiças, onde a vida criada por Deus é vilipendiada em nome do lucro. Num tempo marcado pelo descuido e ameaças de escassez e privatização dos recursos naturais, a humanidade e a Terra sentem o drama das mudanças climáticas. Já vem sendo, portanto, hora de se perguntar pela fé no Deus Criador. O que as igrejas cristãs dizem e fazem e/ou o que mais elas poderiam e deveriam dizer e fazer frente aos problemas ambientais? Pois, foi com esta preocupação que nos empenhamos em pesquisar a ecoteologia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Esta pesquisa tem como argumento a experiência prática e reflexiva do CMI sobre ecologia em interação com justiça e paz, a partir da convocatória ecumênica mundial de Seul, em 1990. E, também procuramos fazer contraponto com a ecoteologia de Leonardo Boff e a experiência da Pastoral da Ecologia CNBB Sul 3. E na lógica do método Ver-Julgar-Agir, esta dissertação procura demonstrar a transversalidade da ecologia do movimento ecumenico mundial ligado ao CMI. A pesquisa está focada nos documentos do programa “**Justiça, Diaconia e Responsabilidade com a Criação**”, mais especificamente o projeto “Ecojustiça”, da Comissão de Assuntos Internacionais do CMI. Ecojustiça é a consonância de uma longa tradição do Conselho Mundial de Igrejas em abordar as relações transversais entre Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC). O CMI faz uma releitura da Bíblia e, num olhar ecológico, com uma atenciosa escuta da profecia da Terra e dos pobres, vem chamando as igrejas a reassumirem sua alinça de justiça, amor e paz com Deus criador e defensor da Vida.

**PALAVRAS-CHAVE: Ecologia, Criação, Justiça, Paz, Conselho Mundial de Igrejas, Ecojustiça, Mudanças Climáticas, Ecumenismo.**

## ***ABSTRACT***

Since the globalization advent of a world of time change, we envision a climate of injustice, in which the life created by God is despised in favor of profit. In a time marked by carelessness and threat of scarcity and privatization of the natural resources, humanity and Earth feel the drama of climate changes. Therefore, it has been time of wondering about faith in God the Creator. What do the Christian Churches state and do and/or what could/should they say and do in face of environmental issues? Then, with that concern, we devoted to research the ecotheology of the World Council of Churches (WCC). This research has as argument the practical and reflexive experience of WCC about the interaction of ecology with justice and peace since the world ecumenical call of Seul in 1990. We also seek to do a counterpoint with the ecotheology by Leonardo Boff and the experience of the Ecology Pastoral of CNBB Sul 3. Moreover, following the logic of the see-judge-act method, this dissertation intends to demonstrate the transversality of ecology of the world ecumenical movement connected to WCC. This study is focused on the document of the **Justice, Diakonia and Responsibility with Creation** program, more specifically the Eco-Justice project of the Commission of the Churches on International Affairs of WCC. Eco-Justice is the consonance of a long tradition of WCC in approaching the transversal relations among Justice, Peace and Integrity of Creation. WCC makes a Bible rereading and, under an ecological light, with an attentive perceiving of both Earth and poverty prophecy, has been calling churches to reassume their alliance of justice, love and peace with God the Creator and the Defender of Life.

**KEY-WORDS:** Ecology, Creation, Justice, Peace, World Council of Churches, Eco-Justice, Climate Changes, Ecumenism.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ÁGAPE: Alternativa de Globalização Abordando o Planeta e a *Ecumene* (para o Português: Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra)

CEB's: Comunidades Eclesiais de Base

CELAM: Conferência Episcopal Latino Americano (ICAR)

CF: Campanha da Fraternidade

CFB: Código Florestal Brasileiro

CLAI: Conselho Latino Americano de Igrejas

CMI: Conselho Mundial de Igrejas (em Inglês: WCC)

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Brasil)

COP: Conferência das Partes da CQNUMC

CQNUMC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (em Inglês: UNFCCC)

ECO-92: CQNUMC ocorrida no Brasil em 1992 (Rio-92)

FLM: Federação Luterana Mundial

FMI: Fundo Monetário Internacional

FSM: Fórum Social Mundial

IHU: Instituto Humanitas Unisinos

IPCC: *Intergovernmental Panel on Climate Change* (em Português: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

IPCC-AR4: Quarto Relatório de Avaliação do IPCC

JPIC: Justiça, Paz e Integridade da Criação

JPSS: Sociedade Justa, Participativa e Sustentável

ONU: Organização das Nações Unidas (em Inglês: UN)

PIB: Produto Interno Bruto

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (em Inglês: UNEP)

PRNM: Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil Rumo ao Novo Milênio

REDA: Rede Ecumênica de Água (em Inglês: EWN)

Rio+20: Celebração dos 20 anos da ECO-92 (Rio-92)

Seul: Convocatória Ecumênica ocorrida em Seul (Coréia), de 05 a 12 de março de 1990

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 CAUSAMOS UMA GRANDE FÚRIA NA TERRA.....</b>	<b>14</b>
1.1 As Igrejas (CMI) e o Clima de Injustiças .....	15
1.2 Ecologia, Crise da Civilização e Mudança de Época .....	23
1.3 Globalização e Mudanças Climáticas.....	26
1.4 Descuido, Escassez e Privatização dos Recursos Naturais .....	31
1.5 Pobreza, Riqueza e Ecologia .....	34
1.6 Dívidas Ecológicas e Ilegítimas .....	38
<b>2 DO PRINCÍPIO À PLENITUDE DA CRIAÇÃO.....</b>	<b>43</b>
2.1 No Princípio, Deus Criou a Vida Para a Plenitude.....	44
2.2 Recursos Naturais: Dons de Deus, Direito de Todos .....	48
2.3 Espiritualidade e Justiça Climática.....	51
2.4 Uma Boa Nova Para Toda a Criação.....	55
2.5 Ouvir a Profecia da Terra e dos Pobres .....	61
<b>3 TEMOS UMA ALIANÇA COM O CRIADOR.....</b>	<b>65</b>
3.1 <i>Oikoumene</i> , Uma Visão Afirmadora da Vida.....	66
3.2 Solidariedade com as Vítimas das Alterações Climáticas.....	71
3.3 Justiça Climática e Direitos Humanos.....	74
3.4 Tempo para a Criação: Um Chamado para a Mudança.....	81
3.5 O Movimento Ecológico Ecumênico .....	85
3.6 A Pastoral da Ecologia no Rio Grande do Sul.....	91
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>96</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

A questão motivadora, a causa primária desta pesquisa, para o mestrado em teologia da PUCRS, em termos gerais, é a relação cristianismo e ecologia. Em tempos de aquecimento global e mudanças climáticas, cabe perguntar: “O que as igrejas cristãs dizem e fazem e/ou o que mais elas poderiam e deveriam dizer e fazer frente aos problemas ambientais?” Podemos constatar alguma resposta teológica, religiosa, espiritual e pastoral para a questão ecológica em nível ecumênico e global? Existe alguma ação comunitária do cristianismo neste sentido? Sim, existe, por exemplo, a experiência prática e de reflexão (eco) teológica do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). E esta experiência passou a ser o nosso objeto de pesquisa.

Na construção do projeto desta pesquisa, escolhemos como argumento “*a experiência prática e reflexiva do CMI sobre ecologia na sua natural interação com justiça e paz*”, tendo como título “**Justiça e Paz com a Criação**”. E para isto, nos propomos a examinar os projetos, documentos e reflexões teológicas de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC) do CMI, partindo do encontro mundial de Seul, em 1990. Visto que, o início do curso deste mestrado foi exatamente no ano do 20º aniversário da reunião do CMI em Seul, quando as igrejas cristãs passaram a ter, de modo global, uma preocupação com o meio ambiente. As igrejas membro do CMI deram este passo significativo e, no mesmo ano (1990), o papa João Paulo II abordou a temática ambiental na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz. E, após 20 anos, com o tema “Se quiseres cultivar a paz, preserve a criação”, a mensagem do papa Bento XVI para o Dia Mundial da Paz em 2010, novamente abordou a questão ambiental.

São, portanto, 20 anos que se expressa a preocupação ambiental, tanto nas Igrejas Cristãs que compõe o CMI, como para a Igreja Católica Romana. Mas, é importante observar que as Igrejas membro do CMI estão dando alguns passos à frente e desafiando a todos os cristãos para um comprometimento ecumênico com a ecologia. E, já de imediato é perceptível que a ecologia proposta, assumida e a vivenciada pelo CMI, além de, necessariamente, ser de natureza ecumênica, também está interrelacionada com temas de justiça social, direitos humanos, não-violência e paz mundial. Pois, a nossa civilização tem como dever histórico promover a justiça com todas as formas de vida, consolidando a paz com a criação de Deus.

Esta pesquisa se insere na experiência do CMI sobre ecologia, no intuito, também, de

provocar um debate com a Pastoral da Ecologia, criada pela CNBB no Rio Grande do Sul<sup>1</sup>. Ao examinar o tema da ecologia trabalhada no CMI, também faremos um pouco de contraponto ecoteológico, tendo como autor referência o teólogo da libertação, Leonardo Boff, que é franciscano e brasileiro. A opção pelo CMI é porque se trata de uma experiência ecumênica em nível global que pode dialogar com reflexões e experiências próximas, como a Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul, que tem por objetivo ser uma pastoral ecumênica.

Nossa pesquisa está centrada nos documentos do programa “Justiça, Diaconia e Responsabilidade com a Criação” do CMI, mais especificamente o projeto “Ecojustiça”, onde abrange os itens “Mudanças Climáticas”, “Rede Ecumênica de Água” e “Pobreza, Riqueza e Ecologia”. Ecojustiça é a consonância de uma longa tradição do CMI em abordar as relações entre Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC), que hoje é aplicada e atualizada em relação a alguns dos desafios globais mais urgentes. Ecojustiça também é assumida pela Comissão de Assuntos Internacionais do CMI, que supervisiona os seguintes programas: “Testemunho público: o poder de endereçamento, afirmando a paz”; “Justiça, diaconia e responsabilidade pela criação” e “Diálogo interreligioso e cooperação”.

Além dos itens de JPIC, também utilizamos os documentos sobre “Justiça Ambiental” e “Mudança Climática”, da Comissão de Assuntos Internacionais, bem como o projeto “Direitos Humanos”, que faz parte do programa “Testemunho público: enfrentar o poder, afirmando a paz”. Portanto, a fonte de todo o conteúdo da pesquisa é a Comissão de Assuntos Internacionais do CMI, até porque, o projeto “Ecojustiça”, o centro desta pesquisa, agora é de responsabilidade da mesma comissão.

Esta pesquisa, organizada em três capítulos, segue na lógica do método Ver-Julgar-Agir, que não é um sistema de três partes diferentes ou de momentos sectos, mas de três dimensões em interconexão. E é, portanto, nesta coerência de raciocínio que dissertamos os resultados da pesquisa e não numa linha cronológica das manifestações do CMI. Na dimensão do “Ver”, temos a constatação de que “*causamos uma grande fúria na Terra*”. Precisamos olhar para a

---

<sup>1</sup> Ao concluir a graduação em Teologia na ESTEF (Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana), por ser militante da recém criada Pastoral da Ecologia no regional sul 3 da CNBB, senti o anseio de trabalhar na teologia o tema da ecologia numa dimensão pastoral. E tive a oportunidade de contar com a orientação do professor Dr. Frei Luiz Carlos Susin, que ora orienta esta pesquisa de mestrado. Na ocasião, trabalhei sobre a ecologia numa perspectiva pastoral, tendo presente a experiência da Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul, abordando sobre sua importância, conceito e origem, bem como os seus desafios e suas perspectivas, enquanto pastoral. E hoje nos empenhamos nesta pesquisa sobre a experiência prática e reflexiva do Conselho Mundial de Igrejas na questão ambiental. Mas, com o propósito de, com a pesquisa, na lógica do método Ver-Julgar-Agir, aportar na base da Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul. E ressalvo a intenção de utilizar os resultados desta pesquisa na militância junto a Pastoral da Ecologia.

realidade global, percebendo como causamos esta fúria na natureza. Nosso planeta parece estar “enfurecido”, impetuoso e sob forte precipitação. Precisamos entender esse fenômeno global de crise ecológica: É uma vingança da Terra? É algo natural e passageiro? São consequências de nossos atos? Enfim, precisamos compreender a natureza e sua reação diante de nossas ações.

O “Julgar”, para nós cristãos, é buscar luzes na Palavra de Deus. E no tema da ecologia temos a possibilidade de “*olhar a criação do princípio a plenitude*”. A Bíblia nos dá a orientação de que a ecologia é uma questão de fé. E, por isso, é importante fazer uma reflexão teológica sobre o tema. Hoje, a missão ecológica das igrejas cristãs, que vêem a criação do princípio a plenitude, é reivindicar a solidariedade com as vítimas das alterações climáticas e resgatar a sacralidade da criação de Deus. E o “Agir” é um pacto de compromisso, na convicção de que “*temos uma aliança com o criador*”. Esta aliança se expressa no agir solidário e fraterno das igrejas cristãs, que, entre si, devem caminhar unidas, cuja unidade as aproxime de outras religiões, que também estão preocupadas em promover a justiça e a paz com toda a criação de Deus.

Por fim, salientamos que o foco do nosso trabalho é “a experiência prática e reflexiva do CMI sobre ecologia na sua natural interação com justiça e paz”, partindo da convocatória ecumênica mundial de Seul, em 1990. Mas, não nos detemos em examinar, propriamente, os resultados das reflexões de Seul e sim o caminho que partiu dali. No entanto, não seguimos uma linha do tempo e sim a lógica do Ver-Julgar-Agir.

## **1 CAUSAMOS UMA GRANDE FÚRIA NA TERRA**

As igrejas cristãs talvez tenham perdido muito, ao longo de séculos, sem ter assumido um compromisso efetivo com a defesa da criação. Mas no momento em que se deparam com a realidade de injustiças por causa do clima e uma situação climática ruim por causa das estruturas injustas, elas reagem em comunhão na defesa da vida. Iniciamos aqui nossa dissertação mostrando, nos dois primeiros itens deste capítulo, como inicia e se desenrola o envolvimento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) com a questão ecológica. E abordamos o tema da crise ecológica, que se revela numa crise civilizacional, marcada por um tempo de mudanças de época.

Nos itens três até seis deste primeiro capítulo, abordamos a relação das mudanças climáticas com a globalização da economia. E a constatação é de que vivemos um modelo de desenvolvimento que está interessado apenas no lucro das grandes potências do mercado, sem se importar com a real situação da Terra. No discurso hegemônico neoliberal, fala-se da finitude dos recursos naturais, mas com a notória intenção de estipular preços, de transformar a criação de Deus em mercadoria. Aqui também temos a oportunidade de clarear a noção de ecologia do CMI, que aborda a relação ecologia, pobreza, riqueza e o tema das dívidas ecológicas. Os países ricos é que são os verdadeiros devedores diante dos pobres, do meio ambiente e das futuras gerações.

E antes de dar início ao capítulo que fala da fúria da Terra, vale fazer algumas observações sobre o título aqui escolhido. Com certeza, pode soar estranho ler o título deste primeiro capítulo, assim como uma verdade também pode ser inconveniente. Mas, de fato, estamos diante de uma situação de fúria da natureza e precisamos procurar compreender isto e ver até onde vai nossa responsabilidade. A palavra fúria é apresentada no dicionário Aurélio como “agitação violenta, ímpeto de violência, furor, exaltação de ânimo, raiva, ódio, ira, precipitação” e etc. Fúria aparece em nomes de filmes e em mitologias antigas trazendo a ideia de força desordenada contra vida. E também nos remete também a ideia de caos e trevas, como mostra o livro do Gênesis quando a Terra, em abismo, estava sem forma e vazia, coberta de trevas. Numa realidade confusa na Terra havia um vento impetuoso, furioso soprando sobre as águas (cf. Gênesis 1:2). É, pois, a partir desta realidade que Deus faz

germinar a vida. E com base nisto, Isaías (65:17-25) aponta para o sonho e a esperança, revelando o propósito de Deus em “criar um novo céu e uma nova terra” (Isaías 65:17). O livro de Isaías, ao mencionar “céus e terra” (65:17a), possivelmente se baseia em Gênesis 1:1 “No princípio Deus criou o céu e a terra”. E “o uso do termo ‘novos e nova’ junto a ‘céus e terra’, em Isaías 65,17a, dá a ideia de totalidade e integridade da criação”<sup>2</sup>.

Podemos, sim, dizer que “*causamos uma grande fúria na Terra*”. Quando olhamos para a realidade global, percebemos que nosso planeta está “enfurecido”. Mas, não se trata de uma mera vingança e sim uma reação ao comportamento do ser humano. A natureza está reagindo, respondendo as ações humanas. Precisamos ler a “fúria” da Terra, lembrando que existe a fúria criadora, sinônimo de “estro”. Portanto, o título deste capítulo também pode ser lido como “*a criação geme em dores de parto*” (Rm 8:22), que foi o lema da Campanha da Fraternidade da CNBB em 2011. E nesta perspectiva, daremos o passo para o segundo capítulo, que é o olhar para a realidade com os olhos da fé.

## 1.1 As Igrejas (CMI) e o Clima de Injustiças

Iniciamos nosso trabalho abordando a crise ecológica, como ela é vista pelo Conselho Mundial de Igrejas. Por isso, o título caracteriza a percepção de que as mudanças climáticas apresentam um clima de injustiças ao redor de toda a Terra. Mas, antes de expor sobre a defrontação das igrejas com o clima de injustiças, precisamos aportar com algumas informações sobre o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que está presente e é reconhecido em todo o mundo, considerado “uma comunhão de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras”. As igrejas-membro do Conselho “procuram cumprir juntas sua vocação comum para a glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo”. Trata-se de uma “comunidade de igrejas no caminho para a unidade visível”, como testemunho de “uma só fé e só uma comunhão eucarística, expressa no culto e na vida comum em Cristo”. Com 349 igrejas, trabalhos em mais de 110 países e uma presença territorial que abrange todo o mundo, onde representa mais de 560 milhões de pessoas, esta é a maior organização do movimento ecumênico moderno e tem como objetivo central a

---

<sup>2</sup> WCC. *Education and Ecumenical Formation. Ministerial Formation* - 105/106, July 2005/January 2006 (double issue). Por: Humberto Maiztegui Gonçalves. “Viver os sonhos e sonhar a vida: Um estudo a partir de Isaías 65, 17-25 e Ap 21,1-8”. Disponível em <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p5/Ministerial\\_formation/mf105-](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p5/Ministerial_formation/mf105-)

unidade dos cristãos. Fundado em 1948, quando a maior parte das igrejas fundadoras eram européias e estadunidenses, hoje a maioria das igrejas-membro do CMI estão na África, Ásia, Caribe, América Latina, Oriente Médio e no Pacífico.<sup>3</sup>

O CMI é um espaço onde as igrejas-membro podem refletir, falar, agir, adorar e trabalhar em conjunto, testemunhando sua fé na unidade e no serviço. Hoje, o CMI foca seu trabalho em seis áreas de programas, que são: (1) o CMI e o movimento ecumênico no século XXI; (2) unidade, missão, evangelização e espiritualidade; (3) testemunho público: confrontar o poder e afirmar a paz; (4) justiça, diaconia e responsabilidade com a criação; (5) educação e formação ecumênica; (6) diálogo e cooperação interreligiosos.

Esta pesquisa está focada no quarto programa do CMI, que é “justiça, diaconia e responsabilidade com a criação”, onde se expressa “o compromisso ecumênico com a justiça e a capacitação das pessoas para transformar suas próprias vidas”. Para o CMI, isto significa a “satisfação imediata das necessidades humanas, permitindo que as igrejas possam trabalhar mais unidas para enfrentar as raízes estruturais da injustiça, e também ajudar a identificar e combater as ameaças à criação”. Este programa procura manter unidas as diferentes maneiras de as igrejas estarem comprometidas com a justiça, a diaconia e a responsabilidade com a criação, de forma ecumênica e inovadora.<sup>4</sup>

O programa “Justiça, Diaconia e Responsabilidade com a Criação” está disponível no site do CMI através do “fundo documental”. Este é um dos programas do CMI e dentro do qual estão inseridos os seguintes projetos: Solidariedade Ecumênica e as relações regionais; Bolsas (apoio à formação); As alterações climáticas e a água; Pobreza, riqueza e ecologia; Saúde e cura; e Iniciativa Ecumênica HIV/AIDS na África. E este trabalho de pesquisa está apoiado nos programas que abordam a questão ambiental em interação com temas de outros programas, como “alterações climáticas e água” e “pobreza, riqueza e ecologia”, que se constituem no projeto *Ecojustiça*. O CMI tem uma longa tradição na abordagem das ligações entre a Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC). Hoje, esse método é aplicado e atualizado em relação a alguns dos desafios mais urgentes em nível global. O trabalho do CMI na *Ecojustiça* é implementado através da “Rede Ecumênica de Água”, “Justiça Climática” e

---

106.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2011. p. 68-72

<sup>3</sup> WCC. *What is the World Council of Churches?* Disponível em <<http://www.oikoumene.org/who-are-we.html>>. Acesso em: 11 jul. 2011. p. 1636.

<sup>4</sup> CF. WCC. *Justice, Diakonia and Responsibility for Creation*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/po/programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation.html>> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 2944.

“Pobreza, Riqueza e Ecologia”.<sup>5</sup> E neste capítulo inicial vamos colocando sobre as injustiças, climáticas que são denunciadas pelo CMI, que assume o serviço da *ecojustiça*.

Em 2010, ano que iniciamos este mestrado e apresentamos o projeto de pesquisa, foi o 20º aniversário da Convocatória Ecumênica Mundial de Seul, na Coreia do Sul em 1990, com o tema “Justiça, Paz e Integridade da Criação”. Seul foi o primeiro encontro de igrejas, de caráter mundial e ecumênico, sobre a questão do meio ambiente. Observando que antes da Convocatória de Seul, ainda em 1974, houve em Bucareste, na Romênia, uma consulta sobre Igreja e sociedade, onde entra a questão da sustentabilidade. Naquele ano e no mesmo lugar aconteceu a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>6</sup>, cujo debate incidiu sobre a relação entre as questões de população e desenvolvimento. A partir da consulta de Bucareste, o movimento ecumênico mundial, assumiu o compromisso com “Sociedade Justa, Participativa e Sustentável” (JPSS). Isto é, a justiça transformadora, que “ênfatiza a tarefa construtiva de edificar comunidades justas, participativas e sustentáveis”<sup>7</sup>. Um dos focos da organização do evento de Bucareste foi refletir sobre a “terapia de limites ao crescimento” do Clube de Roma, que havia se reunido em 1972, quando pela primeira vez aconteceu um encontro mundial para tratar de questões ambientais.<sup>8</sup> No mesmo ano (1972) também aconteceu em Estocolmo, na Suécia, o primeiro encontro mundial promovido pela ONU.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> Cf. WCC. *The WCC and eco-justice*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/po/programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/eco-justice.html>>. Acesso em: 11 jul. 2011. p. 3127.

<sup>6</sup> O teólogo brasileiro Leonardo Boff, um dos integrantes da equipe da Carta da Terra, observa que a ONU foi criada em 1945, tendo como tarefa a segurança mundial através dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento socioeconômico. Naquele período não se fazia nenhuma menção à ecologia. Somente em 1972 que organizações de caráter global abordam a questão do meio ambiente (cf. BOFF, 2000, p. 90).

<sup>7</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 11.

<sup>8</sup> Leonardo Boff comenta que na reunião do Clube de Roma foi feito um balanço que denunciou uma crise de sistema global do planeta e propôs uma “terapia de limites ao crescimento”. E, neste mesmo ano a ONU também organizou um encontro mundial em Estocolmo, na Suécia, que tratou sobre o meio ambiente. Na ocasião se confirmou que o meio ambiente deve estar no centro das preocupações da humanidade, e que o futuro da Terra depende do desenvolvimento de valores e princípios que garantem o equilíbrio ecológico. Dez anos depois, em 1982, foi publicado, como seqüência desse processo, a Carta Mundial para a Natureza. No ano de 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o desenvolvimento (conhecida como Comissão Brundtland) propôs a ideia do desenvolvimento sustentável, que se mantém até hoje. (cf. BOFF, 2000, p. 90-91).

<sup>9</sup> A Comissão Brundtland também sugeriu uma Carta da Terra que fosse um instrumento regulador das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Até o ano de 1992 foi sendo construída a proposta de uma Carta da Terra por grupos comprometidos e científicos, por ONG's e por alguns governantes. O trabalho foi sendo muito bem discutido em âmbito mundial até ser apresentado na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92). Não havendo consenso sobre a Carta da Terra, por parte dos governantes, no seu lugar foi adotada a Declaração do Rio sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento. Diante disso o Conselho da Terra e a Cruz Verde Internacional, apoiados pelo governo holandês, assumiram o desafio de buscar meios e formas de viabilizar a Carta da Terra. Em 1995, no encontro de Haia, na Holanda, foi criada a Comissão da Carta da Terra para realizar uma ampla consulta mundial sobre o assunto. Em 1997 esta comissão

Guillermo Kerber, diretor dos programas de Mudanças Climáticas e de Assuntos Internacionais, Paz e Segurança Humana do CMI, onde coordena o Programa Executivo de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC), fez em 2010 uma avaliação deste período de 20 anos. E recorda que Seul, 1990, foi uma reunião onde as igrejas, numa voz comum, procuraram falar sobre questões contemporâneas mais críticas. Mas, já era um caminho que fora iniciado na 6ª Assembleia do CMI em 1983, em Vancouver, Canadá, com o tema “Jesus Cristo, a vida do mundo”.<sup>10</sup> Esta assembleia propunha um processo conciliar de mútuo engajamento na defesa da vida, mas o processo de preparação do encontro de Seul se deu como uma convocação mundial. Como não havia um consenso entre as igrejas, Seul foi a primeira reunião global de JPIC como um “apelo mundial”. O objetivo previsto para o encontro de Seul era: “fazer afirmações teológicas sobre justiça, paz e integridade da criação; identificar as principais ameaças à vida nestas três áreas, demonstrar a sua interdependência e propor às igrejas ações de formação e engajamento mútuo”.<sup>11</sup>

Entre os conteúdos fundamentais, trabalhados em Seul, destacamos a questão do poder, a opção pelos pobres, a dignidade de todos os povos e raças e a questão de gênero, mulher e homem criados à imagem de Deus. Também entrou o tema da verdade como a base de uma comunidade de povos livres, a questão da Paz e o assunto da criação, na concepção de que todas as criaturas são amadas de Deus, bem como dignidade e compromisso das novas gerações e os direitos humanos como dom de Deus. Em Seul, as igrejas se unem em quatro temas específicos: (1) a justiça econômica e a libertação das dívidas; (2) a real segurança das nações e povos e uma cultura de não violência; (3) a construção de uma cultura de harmonia e integridade da criação e a sustentabilidade; e (4) o fim do racismo.<sup>12</sup>

O encontro de Seul<sup>13</sup>, que se deu num clima de incertezas, foi um debate no seio da comunidade ecumênica sobre a relação da justiça socioeconômica e a sustentabilidade ecológica. Portanto, não foi uma assembleia, mas uma convocatória ecumênica, onde as

---

foi ampliada, tendo em seu corpo a participação de 23 personalidades mundiais. Após primeiro esboço da carta em 1997, no Fórum Rio+5, e um segundo esboço em 1999. Na data de 14 de março de 2000, na Unesco em Paris, a Carta da Terra foi oficialmente reconhecido pela ONU, ficando em aberto para sugestões até 2002. Mas para chegar até este momento, foram “8 anos de discussões em todos os continentes, envolvendo 46 países e mais de cem mil pessoas, desde escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, do Canadá e do Brasil, entidades da sociedade civil, até grandes centros de pesquisa, universidades e empresas e religiões” (cf. BOFF, 2000, p. 91-93).

<sup>10</sup> Cf. CMI. “*Jesus Cristo - a vida do mundo*”. 6ª Assembleia Vancouver, BC, Canadá: 24 de Julho a 10 de Agosto de 1983. Disponível em: <<http://www.wcc-assembly.info/index.php?id=515&L=5>> Acesso em: 11 jul. 2011.

<sup>11</sup> Cf. KERBER Guillermo, Justice Climatique et Paix avec la Terre. Vingt ans après le rassemblement de Justice, Paix et Sauvegarde de la Création (Séoul, 1990). Em: *Stage de formation pastorale*. Freiburg im Brisgau, 11/03/2010. p. 01.

<sup>12</sup> Idem, p. 2

igrejas cristãs, membro do CMI, estiveram reunidas, em Seul (Coreia), de 05 a 12 de março de 1990, com o tema “Rumo à solidariedade da aliança pela justiça, a paz e a integridade da criação”<sup>14</sup>. Em síntese, o objetivo de Seul era “traçar projetos para uma ação ecumênica que possibilite superar os problemas causados pela injustiça, violência e pela degradação do meio ambiente”.<sup>15</sup>

Por certo, Seul ergueu entrelaçadas as bandeiras da justiça, da paz e da ecologia. Ou seja, deu um foco para as abordagens do CMI nestas três áreas que preocupam a humanidade. O olhar ecológico do movimento ecumênico mundial é um olhar voltado também para a questão da justiça, dos direitos e da dignidade humana, da conciliação e da paz entre culturas, religiões e povos. Seul deu o sentido de abordagens transdisciplinar na defesa da vida.

Em fevereiro de 1991, a 7ª Assembléia do CMI aconteceu em Camberra, Austrália, tendo como lema “Vem Espírito Santo e renova toda a criação!”. Nesta assembleia, “foi a primeira vez que um tema invocou explicitamente a terceira pessoa da Trindade, e ele assim o fez no contexto do universo físico”. E entre os quatro sub-temas, o primeiro estava intitulado “Doador da vida: sustenta tua criação!” e o lema, supracitado, foi a frase mais proferida nas orações da assembleia, que debateu longamente as questões de JPIC, traçando algumas recomendações específicas para o quê e como deve ser prosseguido este processo.<sup>16</sup>

No mesmo ano da sétima assembleia do CMI, em janeiro de 1991, se realizou uma consulta sobre a responsabilidade dos países do norte. Nessa consulta se levantou propostas para a Carta da Terra. E um ano depois aconteceu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática<sup>17</sup> no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992)<sup>18</sup>, que teve muita incidência ecumênica local e global. Essa Conferência da ONU foi uma oportunidade para testemunhar a dimensão espiritual da crise ecológica. E, com a presença de inúmeras

<sup>13</sup> No anexo 1 apresentamos uma foto da Convocatória Ecumênica de Seul.

<sup>14</sup> Cf. NILES, D. Preman. *Between The Flood and the Rainbow: interpreting the Conciliar Process of Mutual Commitment (Covenant) to Justice, Peace and the Integrity of Creation*. WCC Publicatins: Geneva, 1992. p. 164

<sup>15</sup> Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Campanha da Fraternidade 2011. *Texto-Base*. Brasília: Edições CNBB, 2010. n° 153. p. 81,

<sup>16</sup> Cf. CMI. “*Vem Espírito Santo - renova toda a criação*”. 7ª Assembléia - Camberra, Austrália: 7 a 20 Fevereiro de 1991 Disponível em: <<http://www.wcc-assembly.info/po/sobre-a-assembleia/assembleias-antiores/camberra.html>> Acesso em: 11 jul. 2011.

<sup>17</sup> A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - CQNUMC - (do original em inglês United Nations Framework Convention on Climate Change) ou Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas - CQNUAC (em Portugal), é um tratado internacional que foi resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), informalmente conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. (<http://pt.wikipedia.org>).

religiões, se realizou vigílias, cerimônias em conjunto e outros eventos envolvendo igrejas diversas. Havia no Rio 150 representantes de igrejas, de mais de uma centena de países.<sup>19</sup>

Consciente de sua tarefa central, como um conselho de igrejas, que se convocam mutuamente a unidade visível, o CMI tem como base de sustentação as iniciativas das igrejas e das organizações aliadas. Formando um complexo orgânico de diversos agentes, o CMI é uma voz profética diante de questões, críticas, urgentes e turbulentas que assolam o mundo contemporâneo. E entre estas, está a questão ecológica, fortemente relacionada com outras demandas dentro das temáticas de justiça e paz. Como já mencionamos sobre os seis programas do CMI<sup>20</sup>, eles foram formulados em fevereiro de 2006, na 9ª assembléia de Porto Alegre e são diretrizes até a próxima assembléia, que será em 2013<sup>21</sup>, na qual será abordado o tema “Deus da vida, guia-nos à justiça e à paz”.<sup>22</sup>

A justiça e o cuidado com a criação estão no centro do trabalho do CMI sobre a mudança climática. Já desde 1970<sup>23</sup>, o CMI vem colaborando para desenvolver o conceito de comunidades sustentáveis. E desde a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança no Clima, em 1992, no Rio de Janeiro, o CMI marca presença em todas as conferências da ONU sobre mudanças climáticas. Ao longo dos últimos anos, o CMI ajudou a promover um movimento pela justiça climática envolvendo milhões de pessoas no mundo inteiro, incluindo milhares de congregações e igrejas que tocaram seus sinos em 2009 por uma ação de justiça climática para reverter o clima de injustiças ao redor do mundo. E a cada ano muitas igrejas e congregações se unem em oração durante o “Tempo para a Criação”. Esta é uma atividade ecumênica que inicia sempre a partir de 01 de setembro (o primeiro dia do ano Igreja Ortodoxa), indo até 04 de outubro (a festa de São Francisco de Assis na tradição católica romana e anglicana), onde as Igrejas são chamadas a envolver-se no Tempo para a Criação<sup>24</sup>. Sendo que em 2011 se destaca o Ano Internacional das Florestas e em 2010 foi o Ano da

<sup>18</sup> Esta conferência ficou conhecida como Eco 92 ou Rio 92, que em 2012 completa 20 anos, por isso a Rio+20.

<sup>19</sup> Cf. WCC. *Climate Change and the World Council of Churches: Background information & recent statements*. March 2011. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p4/climate/1103Clchgbooklet.pdf>> Acesso em 20 set. 2011. p. 4-6.

<sup>20</sup> No anexo 2 apresentamos uma imagem sobre a estrutura orgânica do CMI.

<sup>21</sup> Cf. CMI. *Programas*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas.html>> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 1635.

<sup>22</sup> Cf. CMI. *Assembléia de 2013: “Deus da vida, guia-nos à justiça e à paz”* (22/02/11). Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/index.php?id=8368&L=5&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=15220&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=6747&cHash=ff7365e755efdd1d5df960271c63708c](http://www.oikoumene.org/index.php?id=8368&L=5&tx_ttnews%5Btt_news%5D=15220&tx_ttnews%5BbackPid%5D=6747&cHash=ff7365e755efdd1d5df960271c63708c)> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 8368.

<sup>23</sup> Cf. CMI. *El CMI y el cambio climático*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/cambio-climatico.html>> Acesso em 17 jul. 2011. p. 3416.

Biodiversidade, sempre seguindo em sintonia com a Organização das Nações Unidas.<sup>25</sup>

Além de sua atuação na questão das mudanças climáticas, o CMI atua numa demanda específica, muito ligada a fé cristã, que é a problemática da água, através da Rede Ecumênica de Água. O objetivo é promover “a conservação, gestão responsável e distribuição equitativa da água para todos, baseado no reconhecimento de que a água é um dom de Deus e um direito humano fundamental”. O CMI tem consciência de que os conflitos relacionados com a água ameaçam a paz no mundo.<sup>26</sup>

Como está supracitado e também já havíamos mencionado no projeto desta pesquisa, a ecologia para o CMI é vista de forma transversal, por isso a interação entre Justiça, Paz e Integridade da Criação, o chamado JPIC. Dentro do projeto *Ecojustiça*, o CMI trabalha a relação entre riqueza, pobreza e ecologia, de modo especial, denunciando o impacto da globalização econômica para a vida das pessoas e ao meio ambiente. As igrejas são incentivadas a defender alternativas à globalização econômica. O objetivo é unir as igrejas do Norte, Sul, Leste e Oeste para que possam refletir e agir em conjunto na busca de forma criativas de utilizar a riqueza mundial para erradicar a pobreza. As igrejas estão sendo incentivadas a constituírem novas sinergias entre os diversos pontos de vista sobre a temática da pobreza, riqueza e ecologia. Pois, na assembléia do CMI de Porto Alegre, em 2006, se percebia com clareza as diferentes formas de analisar e agir sobre esta realidade, mas, o que se espera é que as igrejas sejam capazes de desenvolver um novo paradigma que permita unir as distintas posições sobre este assunto.<sup>27</sup>

É nosso propósito culminar a pesquisa num diálogo com a experiência da Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul, que foi criada pelo Regional Sul 3 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) no ano de 2001. Contudo que o tema proposto para a pesquisa esteja diretamente ligado ao CMI, convém fazer constar sobre sua relação com a Pastoral da Ecologia, mesmo que brevemente, nos três capítulos desta dissertação. Enquanto o caminho do CMI na questão ambiental completa, oficialmente, 20 anos, a Pastoral da Ecologia no Rio

---

<sup>24</sup> Este tema voltará a ser abordado de forma mais específica em capítulos subsequentes, na parte do “Agir”.

<sup>25</sup> Cf. CMI. *Tiempo para la Creación*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-por-la-justicia-climatica/tiempo-para-la-creacion.html>> Acesso em 17 jul. 2011. p. 7047.

<sup>26</sup> CMI. *Red Ecuménica del Agua*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda.html>> Acesso em 17 jul. 2011. p. 2858.

<sup>27</sup> CMI. *Pobreza, riqueza y ecología: impacto de la globalización económica*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/pobreza-riqueza-y-ecologia.html>> Acesso em: 17 jul.2011. p. 3117.

Grande do Sul completa 10 anos. Mas ela nasce de uma experiência que também vem de duas ou mais décadas de caminhada através das CEB's. Neste sentido, já sinalizamos na introdução que são 20 anos de experiência eclesial com a preocupação ecológica, tanto para o CMI, como para a Igreja Católica Romana, que oficialmente não faz parte do Conselho.<sup>28</sup>

A Pastoral da Ecologia nasceu no ano de 2001 e se tem como data de referência a realização do primeiro seminário estadual, que ocorreu poucos dias antes da Festa de São Francisco de Assis, entre os dias 21, 22 e 23 de setembro daquele ano em Porto Alegre. De acordo com Irmão Antônio Cechin, o primeiro coordenador da Pastoral da Ecologia no Rio Grande do Sul, esta pastoral tem sua origem nas reflexões dos teólogos da Teologia da Libertação. E falando especialmente do Rio Grande do Sul e da experiência da Pastoral da Ecologia, Cechin afirma que a questão ecológica na Igreja, “surge a partir dos pobres”. Só foi possível instituir uma pastoral específica de ecologia na CNBB Sul 3, por causa da caminhada das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), numa relação de solidariedade com os carroceiros e catadores de materiais reciclados nas periferias urbanas. O trabalho começou na região metropolitana da capital gaúcha, nas cidades de Canoas e de Porto Alegre, depois foi se expandindo pelo Rio Grande do Sul. A partir das comunidades de base, a Igreja se depara com um clima de injustiça socioambiental. Os catadores, sobrevivendo do “lixo”, denunciam a exploração do ser humano e a degradação do meio ambiente. E assim nasce a Pastoral da Ecologia, voltada especialmente para a questão do “lixo” e da água.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Fazendo uma breve memória da questão ambiental na caminhada da Igreja Católica Romana no Brasil, nos últimos anos, constatamos que ainda em 1979 a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade com um tema voltado para a questão ecológica, cujo lema era: “Preserve o que é de todos”. Esta campanha procurou ressaltar a dimensão social da ecologia ([www.cnbb.org.br/site/campanhas/fraternidade](http://www.cnbb.org.br/site/campanhas/fraternidade)). Em 1992, no ano da Conferência da ONU sobre “Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Rio 92), a CNBB realizou um Seminário sobre “Ecologia e Desenvolvimento” e o resultado das discussões do mesmo foi publicado em um texto de Estudos da CNBB (CNBB. *A Igreja e a questão ecológica*. São Paulo: Paulinas, 1992). No clima da Rio 92, a Igreja se propôs a levar em conta na sua pastoral a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Após dez anos da Conferência do Rio de Janeiro, a Santa Sé produziu um documento em preparação à Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em Joanesburgo, África do Sul, em 2002, em que propõe uma “ecologia humana”. Em nível de Vaticano, podemos destacar também o documento pontifício “Por uma Pastoral da Cultura” que reserva um item especial para a questão do meio ambiente. O Papa João Paulo II, em sua carta apostólica “Tertio Millennio Adveniente” onde fala sobre a preparação do ano santo jubilar de 2000, também faz menção ao valor da Criação de Deus (PRNM 123). As iniciativas da Igreja Católica, em nível global, no entanto, estão sintonizadas, mas não conectadas diretamente com o movimento ecumênico liderado pelo CMI. Mas em nível de Brasil e América Latina há sintonia e cooperação e a questão ecológica entra pela dimensão social, motivada pela Teologia da Libertação. Em 2004 a CNBB lançou a Campanha da Fraternidade (CF) com o tema da Água e em 2007 apresentou a Amazônia, provocando uma reflexão sobre os biomas brasileiros. No ano de 2010 a Campanha da Fraternidade Ecumênica uniu a CNBB e o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) no tema da Economia, com interação nas questões ambientais. E em 2011 a CF foi especificamente sobre o tema das mudanças climáticas.

<sup>29</sup> Cf. Livro de Atas n.º 01, Ata n.º 01 da Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul, junto à sede da CNBB Sul III, Av. Cristóvão Colombo, 149, Porto Alegre.

## 1.2 Ecologia, Crise da Civilização e Mudança de Época

A fé na criação como obra de Deus sempre foi um paradigma cristão, porém, o empenho em cuidar das criaturas nem sempre fez parte da vivência religiosa no cristianismo. Historicamente, os cristãos não foram apenas indiferentes com a criação e sim, falando de um modo geral, foram coniventes com uma cultura de domínio e apropriação das riquezas naturais. Exceto alguns raros exemplos, como o de São Francisco de Assis, ao longo da história, o cristianismo geralmente falhou no cuidado da criação. Mas, como abordamos no item anterior, as igrejas cristãs, nas últimas décadas, se deparam com a situação de injustiça climática e, através do CMI, procuram assumir suas responsabilidades. E, então, a ecologia, que surgiu no âmbito científico, passou a fazer parte do ambiente religioso, eclesial e pastoral. Mas o ingresso da ecologia para dentro das igrejas se deu pela experiência e sensibilidade com o pobre e a natureza degradada e espoliada. Por isso, a ecologia do CMI é a integridade da criação, uma ecologia em interface com justiça, paz, direitos e dignidade humana.

A experiência prática e reflexiva do CMI é o conteúdo base desta pesquisa, tendo como contraponto a ecoteologia de Leonardo Boff. Contraponto aqui quer dizer duas vozes em posições diferentes, mas em harmonia. E de acordo com o teólogo Leonardo Boff, a ecologia pode ser definida “como a ciência e a arte das relações e dos seres relacionados”.<sup>30</sup> Pois, enquanto ciência, a ecologia aborda as interações entre as diversas formas de vida. Isso nos indica, de imediato, que a transversalidade, o diálogo transdisciplinar e ecumênico fazem parte da natureza da ecologia. Podemos tratar a temática da ecologia dentro das ciências biológicas ou em qualquer outra área de ação e do conhecimento humano.

A degradação ambiental ao redor do planeta, as mudanças nos ecossistemas não são coisas da nossa época, mas acompanham toda a biografia da Terra. Porém, as ciências nos mostram que nos últimos anos a situação é muito pior. E apontam para a ação humana como causadora do mal que afeta o planeta. Nunca antes a humanidade se encontrou diante de tamanho desenvolvimento. Mas, é este processo de desenvolvimento que está colocando a vida em risco. É sabido que impactos ambientais sempre ocorreram, mas agora acontece algo

---

<sup>30</sup> O biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1910) foi quem pela primeira vez usou o termo ecologia, no ano de 1866, em sua obra “Generalle Morphologie der Organismen”. A palavra ecologia é formada pela junção de duas palavras gregas: oikos que quer dizer casa, e logos que tem o significado de reflexão, discurso, estudo (DAJOS, 1979. p. 13-14). Esta definição, segundo Boff, compreende ecologia como “o estudo da interdependência e da interação entre os organismos vivos (animais e plantas) e o seu meio ambiente (seres inorgânicos)” (BOFF, 1993. p. 17).

muito mais grave. O ser humano provocou grandes alterações, causou enormes e perversas mudanças que afetam todo o organismo da Terra. Por isso, entrou em nosso cotidiano o termo crise ecológica, também dita crise ambiental. Guillermo KERBER, do CMI, diz que se trata de uma crise global que “penetra e abala todos e cada um dos pilares sobre os quais a atual civilização está assentada e exige uma reconfiguração radical no modo civilizatório”<sup>31</sup>.

A globalização econômica e as estruturas de comércio e finanças estão alargando cada vez mais o fosso entre ricos e pobres, causando uma grande ameaça à paz mundial e a paz com a Terra.<sup>32</sup> A Terra e todos os seres que nela vivem enfrentam hoje uma crise ecológica sem precedentes, colocando-nos à beira de sofrimento, trazendo, inclusive o risco da destruição em massa para muitos. Mas, a crise é induzida pelo ser humano e sua principal causa é o complexo agro-industrial-econômico. O grande mal da Terra é a cultura global do estilo de vida consumista, vivenciado majoritariamente pelas elites dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Trata-se de uma visão equivocada de que o desenvolvimento em curso seja compatível com a exploração de recursos naturais da Terra. O modelo agro-industrial-econômico, especialmente neste período de globalização do mercado, vem se utilizando do trabalho humano e se apropriando de outras formas de vida para “produzir riqueza e conforto para uns poucos à custa da sobrevivência e dignidade dos outros”.<sup>33</sup>

Este modelo de desenvolvimento está ameaçando as diversas formas de vidas do nosso planeta e o sustento de muitos povos, especialmente entre os mais pobres do mundo. Trata-se de um modelo inimigo da biodiversidade da Terra, pois, está baseado no excesso de consumo e ganância.<sup>34</sup> Um modelo de economia global que não interfere só no econômico, mas que parte deste e atinge toda a civilização. Fazendo um retrato ecológico da Terra, temos a inconveniente revelação de que estamos diante de uma verdadeira crise ambiental, que também tem a ver com a crise social. A ecologia nos faz ver a nossa crise na sua complexidade e não de forma fragmentada. E assim, a reconhecemos como a crise da

---

<sup>31</sup> Cf. KERBER, Guillermo. *O Ecológico e a Teologia Latino-Americana: articulação e desafios*. Porto Alegre: Sulinas, 2006. p. 51-53.

<sup>32</sup> WCC. *Poverty, wealth and ecology: impact of economic globalization*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/po/programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/eco-justice/poverty-wealth-and-ecology.html>>. Acesso em: 11 jul. 2011. p. 3117.

<sup>33</sup> Cf. CMI. *Declaración sobre ecojusticia y deuda ecológica* (02/09/2009). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comite-central-del-cmi/ginebra-2009/reports-and-documents/informe-del-comite-sobre-cuestiones-de-actualidad/declaracion-sobre-ecojusticia-y-deuda-ecologica.html>> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 7154.

<sup>34</sup> Cf. CMI. *El CMI y el cambio climático*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/cambio-climatico.html>> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 3416.

civilização, que afeta a vida como um todo.<sup>35</sup>

E nos damos conta de que já não vivemos mais numa época de mudança, como tantas e tantas que passaram. Agora estamos vivenciando a própria mudança de época. É muito simples dizer que o planeta chegou ao seu limite, mas é preciso aceitar que a nossa civilização, nosso modo de vida é que está no limite e não podemos continuar neste ritmo. Não basta olhar apenas para a finitude da Terra, que é regenerável, e sim, compreender a finitude do nosso modelo de crescimento, de desenvolvimento e de vida em sociedade.

Decorrentes das mudanças climáticas, acontecem mudanças na vida, no comportamento das pessoas e sociedades. A crise ecológica, que revela a crise da civilização influencia na vida de fé das pessoas. Todo complexo de mudanças no mundo de hoje também envolve a religiosidade. Assim como os cristãos foram desafiados pela fé a agir em favor dos pobres e excluídos. Hoje se denota que os desafios para a fé se ampliam e se parecem mais complexos. Um seminário sobre ecoteologia ecumênica ocorrido em março de 2011 na Argentina, levantou alguns questionamentos, como, por exemplo, o que significa para os cristãos, que possuem uma fé centrada na glória e beleza da criação, agora se deparar com sua degradação? E também se levantou questionamentos a respeito das reflexões teológicas sobre a criação e mudanças climáticas. Será que a teologia cristã está preparada para interpretar as rápidas mudanças, ler os sinais dos tempos? O fazer teológico, em tempos de mudanças climáticas, tem o desafio de incluir o prefixo “eco” na teologia.<sup>36</sup>

Assim como a ecologia, conforme já mencionamos, nos permite a compreensão da realidade de forma complexa, como o oposto de fragmentada, a ecoteologia, de caráter ecumênico, talvez possa ajudar a humanidade a se compreender melhor neste contexto de crise da civilização e mudança de época. E assim, possamos buscar saídas para os malefícios

---

<sup>35</sup> Leonardo Boff afirma que são duas crises, mas não se pode querer resolver uma e ignorar a outra. A notória crise da desarmonia dos ecossistemas afeta a vida de toda a humanidade e chama a atenção para outra crise, que é a crise do paradigma civilizacional. O atual modelo de sociedade é que está em crise e vencido. Vivemos uma crise de atitude, pois são as nossas opções de vida que estão causando a crise ambiental. Por causa do desejo de dominar a Terra e as demais formas de vida, o ser humano se sente hoje dominado, aprisionado num sistema doente e tentando sobreviver num planeta degradado (BOFF, 2004, p. 23-25). O olhar ecológico e holístico, que vê o ambiente inteiro e todas as suas interações, nos faz perceber que o ser humano interfere radicalmente nas outras espécies de vida. E sua interferência, ao invés de colaborar na evolução, pelo contrário, vem causando uma tremenda extinção de espécies e formas de vida, inclusive ainda não conhecidas pela ciência. Aqui entra o papel fundamental da ecologia, que, conforme Leonardo Boff, é “a ciência e a arte das relações e dos seres relacionados” (BOFF, 1993, p. 19). “Uma nova revolução civilizacional está por nascer e já dá os primeiros vagidos. De uma época de mudança passamos à mudança de época”. BOFF, Leonardo. *O pecado maior do capitalismo: o risco do ecocídio e do biocídio*. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/outros/opecado.htm>> Acesso em: 08 ago. 2011.

<sup>36</sup> Cf. SCHNEIDER, Marcelo. *Hacia una ecoteologia* (31/03/11) Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/article/1634/hacia-una-ecoteologia.html>> Acesso em: 08 ago. 2011. p. 1727.

de um sistema global de economia de mercado que assola uma grande parcela da população humana e degrada o meio ambiente, resultando em catástrofes naturais e sociais.

### **1.3 Globalização e Mudanças Climáticas**

Nas abordagens do CMI sobre a questão das mudanças climáticas, o tema está muito relacionado com a globalização. As pesquisas sobre a mudança do clima no planeta indicam que este é um fenômeno anterior ao processo de globalização. Pode se dizer que o mundo globalizado permitiu uma melhor visualização dos problemas ambientais, pois ficou mais fácil cuidar da Terra. Porém, a globalização econômica é um processo perverso para o meio ambiente. Um documento do CMI, que aborda a relação entre mudanças climáticas e globalização, com data de janeiro de 2002, produzido por David G. Hallman, que é responsável do programa sobre energia e meio ambiente para a Igreja Unida do Canadá, afirma que “há muitos impactos ambientais da globalização econômica”.

O documento do CMI denuncia que empresas transnacionais migram para países em desenvolvimento, deixando seus países de origem para não terem que cumprir leis ambientais. Essas empresas se instalam em países pobres que precisam de suas ofertas de emprego e giro econômico, sem se preocupar com a degradação ambiental. E os acordos de livre comércio restringem a capacidade dos governos nacionais a adaptarem a legislação ambiental. Também vem ocorrendo a destruição de florestas tropicais no sul para o cultivo de plantas exóticas e o fornecimento de madeira para consumidores do norte, bem como, para a criação de gado para o fornecimento de carne aos países ricos.

A questão da mudança climática é vista pelo CMI como algo muito intrigante, pois abrange diversos aspectos da vida humana, como o ecológico, o social, o econômico, o político e o ético. Indiscutivelmente, mudança climática é uma questão global. Pois, a composição da atmosfera que rodeia o planeta está alterando muito rapidamente, devido às emissões de toneladas de gases de efeito estufa, oriundos das atividades industriais, de transportes e da agricultura. E tudo se acentua devido às práticas de consumo dos países mais ricos e desenvolvidos. As atividades mais causadoras do aquecimento global não se dão relativamente em todo o mundo, mas é o planeta inteiro que vem sendo afetado pelas mudanças climáticas e seus impactos, como, por exemplo, secas, inundações, aumento do

nível do mar, temperaturas altíssimas, entre outros.<sup>37</sup>

O mundo globalizado, onde as culturas, nações e pessoas estão mais conectadas, tem seu valor, mas a crítica do CMI, já sinalizada, é sobre o projeto neoliberal. No documento *AGAPE (Alternative Globalization Addressing Peoples and Earth* ou *Alternativa de Globalização Abordando o Planeta e a Ecumene*)<sup>38</sup>, o CMI fez “uma clara distinção entre globalização enquanto processo histórico multifacetado e a forma atual de um funesto projeto econômico e político de capitalismo global”. A preocupação do CMI é com esta forma de globalização que “se baseia numa ideologia que os grupos e movimentos envolvidos no Fórum Social Mundial chamaram de neoliberalismo”.<sup>39</sup>

Este processo de globalização da economia de mercado atenta contra a justiça e a paz nas sociedades humanas e a sustentabilidade do planeta. Por outro lado, a globalização do conhecimento, da informação também permite que em todas as partes do mundo haja um interesse recíproco pelos problemas da humanidade. Neste sentido a mente humana acompanha a inteligência do planeta Terra, que cada vez mais é tido como a casa comum de todos os povos e de todas as formas de vida, onde tudo e todos devem ser respeitados no direito de viver com dignidade.<sup>40</sup>

Através de um boletim virtual sobre Mudanças Climáticas, o CMI tem feito denúncias e anúncios importantes, no sentido de provocar o mundo cristão a se envolver em ações pela justiça climática. Observamos o boletim, de modo especial, as edições a partir de fevereiro de 2007, quando o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)<sup>41</sup> divulgou os

<sup>37</sup> Cf. WCC. *Globalization and climate change* (01/01/2002). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/globalization-and-climate-change.html>> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 2610.

<sup>38</sup> *ÁGAPE* apresenta uma proposta de “Globalização Alternativa para os Povos e para a Terra”, em português é intitulado “Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra”.

<sup>39</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 5.

<sup>40</sup> O planeta Terra é um satélite do Sol, que surgiu há 4,45 bilhões de anos. Distante do Sol a cerca de 150 bilhões de quilômetros, a Terra é alimentada pela energia solar. Essa energia chega na forma de radiações eletromagnéticas equivalente a 1,95 caloria/cm<sup>2</sup>, a cada minuto. A sua posição com relação ao sol lhe dá uma temperatura favorável para a existência de vida do planeta (cf. BOFF, 2004, p. 73). Nosso planeta é um grande organismo vivo e que por isso é também chamado “GAIA” (nome de uma deusa grega). Em Gaia a vida não está apenas na sua biosfera, é um conjunto de sistemas, um complexo de vitalidade. Trata-se de um macroorganismo vivo, um sistema cibernético, “de profunda clarividência”, que possui uma inteligência ordenada, ordenadora muito superior a nossa, e é capaz de buscar os meios para manter a vida. Sua inteligência consegue calibrar todos os fatores, ordenar todos os organismos que compõe o grande organismo Gaia (cf. BOFF, 2004, p. 32-35).

<sup>41</sup> “IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer informações científicas, técnicas e sócio-econômicas relevantes para o entendimento das

resultados do seu “Quarto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas do Planeta”, chamado de IPCC-AR4. Na ocasião, o IPCC lançou três importantes novos estudos como parte de seu Quarto Relatório de Avaliação (AR4).<sup>42</sup>

A concentração de dióxido de carbono, de gás metano e de óxido nitroso na atmosfera global tem aumentado marcadamente como resultado de atividades humanas, desde 1750. E, ocorre que agora já ultrapassou em muito os valores do período da pré-industrialização determinados através de núcleos de gelo que estendem por centenas de anos. O aumento global da concentração de dióxido de carbono se dá, principalmente, devido ao uso de combustível fóssil e a mudança no uso do solo, enquanto o aumento da concentração de gás metano e de óxido nitroso ocorre essencialmente por causa agricultura.

O CMI emitiu um comunicado especial de apoio ao relatório do IPCC, pois, já vem de muitos anos a sua preocupação sobre o impacto das alterações climáticas, especialmente, sobre pessoas pobres e vulneráveis, bem como comunidades e ecossistemas. O relatório do Grupo de Trabalho II do IPCC fornece uma evidência adicional para reforçar esta preocupação, quando se refere que as comunidades pobres são mais vulneráveis, porque possuem menos poder de adaptação, e são mais dependentes dos recursos sensíveis ao clima local, como água e alimentos. Nos lugares onde as catástrofes são mais intensas e/ou mais frequentes, os custos econômicos e sociais ficam maiores pelos fenômenos climáticos. Ou seja, os pobres pagam mais caro pelos custos das mudanças climáticas.

Pessoas mais pobres, em regiões periféricas e carentes do mundo podem estar mais expostas à alteração climática e, por isso, sofrerem mais doenças e outros danos, como aumento da desnutrição e consequentes distúrbios, tendo implicações no crescimento e desenvolvimento infantil. Em muitos lugares tendem a aumentar as mortes por doenças e ferimentos devido às ondas de calor, inundações, tempestades, incêndios e secas. Como incidência das mudanças no clima, tende a aumentar a quantidade e frequência das doenças diarréicas, cardiorrespiratórias e doenças infecciosas.

O CMI adverte para o que o IPCC revela com relação a água, indicando que em 2020, entre 75 e 250 milhões de pessoas devem ser expostas a um aumento do stress hídrico devido à mudança climática. Combinando a escassez de água com aumento da demanda, o resultado

---

mudanças climáticas. Seus impactos potenciais e opções de adaptação e mitigação. É um órgão intergovernamental aberto para os países membros do PNUMA e da OMM”. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

<sup>42</sup> Todo o material IPCC pode ser acessado por meio do seu site <[www.ipcc.ch](http://www.ipcc.ch)>.

é que vai afetar a subsistência de populações. A variabilidade e mudanças climáticas poderão comprometer a produção agrícola e o acesso aos alimentos em muitos países e regiões da África. Pode ocorrer a diminuição da área produtiva, pois a natureza degradada vai perdendo suas capacidades e potencial de produção. A questão das mudanças climáticas está, portanto, diretamente ligado ao tema da segurança alimentar.

O aumento do nível do mar para o final do século 21 afetará as áreas baixas costeiras com grandes populações. E os custos para promover a adaptação das populações podem ser superiores ao um percentual de 5-10% do Produto Interno Bruto (PIB) desses lugares. Em novos estudos revelam que a África é um dos continentes mais vulneráveis às mudanças climáticas por causa das tensões internas e da sua baixa capacidade de adaptação. Já existem algumas ações de adaptação à variabilidade climática, mas isto pode ser insuficiente para futuras mudanças no clima e que já estão em curso. Inúmeras pequenas ilhas, localizadas nos trópicos podem, simplesmente, desaparecer do mapa, devido ao aumento do nível do mar e eventos extremos. A deterioração dos ecossistemas costeiros, através da erosão, tem causado a escassez de recursos naturais locais e evasão de turistas, sendo que o turismo é para estes povos uma atividade de renda. As inundações, erosões, tempestades e outros riscos ameaçam a infra-estrutura vital de ilhas e outros lugares costeiros.<sup>43</sup>

O Conselho Mundial de Igrejas tem levado muito a sério o quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que é o principal apresentado em 20 anos, com um consenso científico esmagador sobre as emissões de gases de efeito estufa. O CMI entende que quando o relatório do IPCC usa o termo “muito provável” para indicar que as emissões de combustíveis fósseis e outras atividades humanas são as principais causas das mudanças climáticas, quer dizer que pelo menos a 90% dos fenômenos da mudança climática são resultados das ações humanas. O relatório também ressalta que para corrigir os danos já causados levará muitos séculos. Para o CMI, os cenários alarmantes sobre as consequências da mudança climática para a biodiversidade do planeta, devem levar toda a comunidade internacional a fazer grandes esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e se solidarizar com as pessoas e povos que já estão sendo afetados por fenômenos resultantes do aquecimento global.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Cf. WCC. *New Scientific Evidence on Causes, Impacts and Mitigation of Climate Change* (Newsletter n.º. 41). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/cambio-climatico/back-issues-of-the-wcc-climate-change-newsletter/climate-change-newsletter-41.html>> Acesso em: 20 jul. 2011.

<sup>44</sup> CMI. *El CMI se congratula por el informe de la ONU sobre cambio climático* (02/02/2007). Disponível em:

O CMI faz coro ao alerta da ciência de que as mudanças climáticas estão causando tremendos impactos ambientais e sociais em vários países e regiões, particularmente na África, Caribe, Pacífico e Sudeste Asiático. Estamos diante da emergência de “políticas abrangentes” para reverter a situação de fúria do planeta, expressa em graves impactos que atingem aos pobres e o meio ambiente. “Quando a criação está em perigo, as igrejas e os cristãos são chamados a falar e agir para testemunhar seu compromisso com a vida, a justiça e o amor”.<sup>45</sup>

Trabalhar frente às mudanças climáticas requer que seja de modo global. A violenta devastação dos recursos naturais da Terra e sua degradação pelo modelo industrial e agrícola, ocorrem num sistema global e por um interesse global de mercado. Por isso o seu enfrentamento requer ações globais de solidariedade e respeito com a Terra e a humanidade. Por isso, o CMI quer unir as vozes e ações das igrejas pela salvaguarda da criação, o que consiste num testemunho ecológico em saber usar os recursos da natureza.

E nesta mesma linha de raciocínio do CMI, que busca unir as igrejas em favor da salvaguarda da criação, Leonardo Boff vem ajudando a difundir e tornar mais próximo das pessoas um importante documento internacional, que é a Carta da Terra, já mencionada nas notas desta dissertação. Boff colaborou no processo de discussões e pesquisas deste documento, que no início contava também com a presença do brasileiro Paulo Freire (19/09/1921-02/05/1997). E, para falarmos de globalização e sua interferência na vida humana e ambiental, é imprescindível citar a Carta da Terra.<sup>46</sup> Pois, esta carta ajuda a situar o atual momento político, social e econômico, iluminando a leitura crítica do atual modelo de desenvolvimento global<sup>47</sup>, alicerçado no lucro econômico, sem se importar com a real situação da Terra e sua biodiversidade.

---

<[http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/browse/2/article/1634/el-cmi-se-congratula-por.html?tx\\_ttnews%5Bcat%5D=34&cHash=4599e9760ec1ee8f302169a9050e4b01](http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/browse/2/article/1634/el-cmi-se-congratula-por.html?tx_ttnews%5Bcat%5D=34&cHash=4599e9760ec1ee8f302169a9050e4b01)> Acesso em: 20 jul. 2011. p. 1727.

<sup>45</sup> CMI. *Cuidar la creación: justicia climática ya!* Disponível em <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-portal-justicia-climatica.html>> Acesso em: 20 jul. 2011. p. 7035.

<sup>46</sup> Pode-se dizer que a Carta da Terra tem influência de Leonardo Boff e o teólogo, em sua ecoteologia, traz influências do documento, enquanto texto, em si, e do seu processo de construção. Por isso, citar a Carta da Terra é abordar a ecoteologia de Leonardo Boff. Sobre a Carta da Terra, Boff comenta que “por ela poder-se-ão agarrar os agressores da dignidade da Terra, os Pinochets anti-ecológicos em qualquer parte do mundo e levá-los aos tribunais” (L. BOFF. *A Carta da Terra*. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/site/proj/carta-terra.html>> Acesso em: 20 set. 2011).

<sup>47</sup> Com relação ao problema das mudanças climáticas, deve-se pensar numa saída global, visto que se trata de uma problemática globalizada. E por isso é oportuno trazer presente a Carta da Terra. No seu Preâmbulo, da Carta da Terra analisa que “estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro”. Mas ressalta que “à medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao

#### 1.4 Descuido, Escassez e Privatização dos Recursos Naturais

A preocupação do Conselho Mundial de Igrejas com o descuido e a escassez de recursos da natureza começa pela questão da água. Este é um assunto presente em todo o mundo e junto com o discurso da escassez, entra o interesse econômico de transformar a água em mercadoria. Por isso o CMI vem mobilizando as igrejas para a Rede Ecumênica de Água, cuja sigla em espanhol é “REDA” e em inglês “EWN”. Esta é uma iniciativa das igrejas e organizações cristãs que procuram trabalhar para garantir o acesso à água para as pessoas ao redor do mundo. O que move este projeto é o fato de que a escassez de água é hoje uma das questões ambientais mais prementes no planeta. São muitos países que verdadeiramente sofrem a escassez da água. É grande o número de pessoas ao redor do mundo que não tem acesso à água potável e vive a falta de saneamento básico. Se não houver atitudes fortes de enfrentamento deste problema, a situação futura será muito pior. O objetivo do CMI é “promover a preservação, gestão responsável e distribuição equitativa da água para todos, baseada na crença de que a água é um dom de Deus e um direito humano fundamental”.<sup>48</sup>

Ao falar da escassez da água, precisamos nos perguntar sobre quais são as razões para a crise em que o mundo vive hoje? Realmente são muitos os fatores, mas podemos elencar alguns, como o forte crescimento e de forma insustentável dos setores agrícola e industrial, que consomem muita água nas suas atividades; os desmatamentos e as erosões dos solos que alteram o ciclo das águas; a poluição dos rios, mananciais, fontes e nascentes, o consumo em excesso e o crescimento populacional. A crise da água vem se agravando ainda mais devido ao sistema econômico global vigente. Nos últimos anos vem diminuindo o controle público e comunitário de abastecimento de água, que está sendo tratada como um assunto comercial e em vez de ser um bem público, é considerada como uma mercadoria. A água que deveria saciar a sede e atender as necessidades das populações, cada vez mais está sendo usada para matar a sede voraz do mercado.

Já se tem notícia de muitos casos em que a privatização dos recursos hídricos e o sistema de abastecimento de água privam as pessoas mais pobres do acesso à água. O que faz milhões de pessoas não ter acesso à água potável não é apenas a escassez de água ou a falta de

---

mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas” (cf. BOFF, 2000. p. 147-164).

<sup>48</sup> CMI. *La Red Ecuménica del Agua (REDA)*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/la-reda.html?>> Acesso em: 20 set. 2011. p. 2961.

recursos financeiros para se investir nesta área. Ocorre que em muitos casos, as necessidades e os direitos essenciais de comunidades marginalizadas não são prioridades dos governos e instituições que detém o poder econômico. O acesso à água tem a ver com as relações de poder entre quem possui o controle sobre a água. Portanto, a falta de acesso à água não pode ser vista somente como resultado da escassez.<sup>49</sup>

É importante nos perguntarmos até onde vão as capacidades do nosso planeta. Até onde a Terra pode nos sustentar, ou melhor, até onde ela pode nos suportar. Não seria difícil a Terra nos dar o sustento necessário para viver. Difícil, porém, e quase impossível, é o planeta suportar nosso voraz consumo. Sabemos que a população global vem aumentando cada vez mais. A partir do início da era cristã, foi preciso 15 séculos para duplicar a população do planeta (de 250 para 500 milhões). Mas, na metade do século passado, a população planetária que era de 3 bilhões, mais que duplicou, chegando hoje a 7 bilhões. Neste sentido o diretor dos programas de Mudanças Climáticas do CMI, Guillermo Kerber, comenta que um relatório do Fundo de População da ONU prevê que, em 2035, a população da Terra poderá chegar a 14 bilhões. E mesmo com o grande aumento populacional, ainda assim teria recursos e matérias-primas para atender a todos.<sup>50</sup> O problema reside na desigualdade, na forma injusta de distribuição das riquezas. É muito mais uma questão de gerenciamento do que de escassez.

Na declaração sobre Água para a Vida, em sua última assembleia, ocorrida em Porto Alegre, de 14 a 23 de fevereiro de 2006, o CMI denuncia que “o acesso ao abastecimento de água potável está se tornando um assunto urgente em todo o planeta”. Estima-se que a sobrevivência de 1,2 bilhão de pessoas no mundo está em risco devido à falta de água adequada e saneamento. E muitos conflitos que acontecem entre pessoas, comunidades, regiões e países, se devem ao acesso desigual à água. Atividades da indústria de mineração, os impactos das barragens e os sistemas de irrigação na agricultura extensiva ameaçam as águas e com ela a biodiversidade. Um ecossistema desequilibrado afeta a água e quando a água é agredida, atacada, ela faz falta para as outras formas de vida. Por isso, o problema da água se torna um problema maior porque está relacionado com a integridade dos ecossistemas. A crise da água é causada pelas mudanças climáticas e se agrava ainda mais pelos interesses de mercado. É importante considerar que, para o mercado, a água sendo uma mercadoria, o

---

<sup>49</sup> Cf. CMI. *Cuáles son las razones de la crisis del agua?* Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/la-crisis-del-agua.html>> Acesso em: 20 set. 2011. p. 2960.

<sup>50</sup> Cf. KERBER, Guillermo. *O Ecológico e a Teologia Latino-Americana: articulação e desafios*. Porto Alegre: Sulinas, 2006. pp. 37-39.

anúncio de sua escassez, pode fazer com que seu preço e, portanto, o lucro aumente.<sup>51</sup>

Em sua “declaração sobre a ecojustiça e dívida ecológica”, já citado nesta pesquisa, o CMI faz referência ao tema da crise ecológica, afirmando que se trata de uma crise sem precedentes e causada pelas ações humanas. As elites do mundo desenvolvido e em desenvolvimento agem como se os seus estilos e padrões de vida fossem compatíveis com a exploração da Terra. O mercado está rotulando, codificando os recursos naturais, que são “toda a criação - uma realidade sagrada que não deve ser codificada”. Ou seja, os recursos naturais estão recebendo um significado diferente, são rotulados como mercadorias. Seja a água, os minerais, vegetais, animais, as fontes de energia e as atividades do ser humano, tudo para o mercado tem preço, é mercadoria. E uma vez que é mercadoria, deve ser vendido em grau máximo.

Nesta época de economia de mercado globalizada, os países ricos, especialmente do norte, utilizam o trabalho humano e suas diversas capacidades, se apropriam de outras formas de vida para gerar mais e mais riquezas para poucos, cujo preço é a exploração humana e a escassez e degradação dos recursos naturais. O luxo e a opulência de uns poucos custa a sobrevivência e a dignidade de muitas pessoas e uma voraz destruição da biodiversidade do Planeta, que fica cada vez mais vulnerável.<sup>52</sup>

Neste momento em que a humanidade se alerta para a crise dos ecossistemas, a finitude e degradação dos recursos naturais, as vozes ocultas do mercado não querem silenciar e seguem a reivindicar mais crescimento para os países do mundo inteiro. E mesmo aplicando em seu discurso a palavra “sustentável”, este modelo de desenvolvimento não pratica a sustentabilidade e sim uma desenfreada degradação da natureza. O teólogo Leonardo Boff<sup>53</sup>,

---

<sup>51</sup> Cf. WCC. *Statement on Water for Life. WCC 9th Assembly, Porto Alegre, Brazil, 14-23 February, 2006 (23/02/2006)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international-affairs/human-rights-and-impunity/statement-on-water-for-life.html>> Acesso em: 20 set. 2011. p. 4288.

<sup>52</sup> Cf. CMI. *Declaración sobre ecojusticia y deuda ecológica (02/09/2009)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comite-central-del-cmi/ginebra-2009/reports-and-documents/informe-del-comite-sobre-cuestiones-de-actualidad/declaracion-sobre-ecojusticia-y-deuda-ecologica.html>> Acesso em: 20 set. 2011. p. 7154.

<sup>53</sup> Leonardo Boff critica o relatório “Perspectivas Econômicas Mundiais” do FMI, que está prevendo para 2012 um crescimento mundial de 4,3%. Este crescimento significa “tirar mais riquezas da Terra, desequilibrando-a como se mostra pelo aquecimento global”. E recorda que a “Avaliação Sistemática do Milênio” realizada entre 2001 e 2005 pela ONU, trouxe a constatação assustadora de que estamos diante da “degradação dos principais itens que sustentam a vida advertiu: ou mudamos de rota ou pomos em risco o futuro de nossa civilização”. No entanto existem regiões do planeta que realmente precisam crescer para dar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes. Isso significa que o crescimento deve ser equilibrado. (cf. L. BOFF. *A Terra se defende: faz diminuir o crescimento*. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br/ecologia/agua/artigos2011/18.php>> Acessado em: 20 set. 2011). Leonardo Boff faz a crítica de que “para este tipo de economia do crescimento, a natureza é degradada à condição de um simples conjunto de recursos naturais, ou matéria-prima, disponível aos interesses humanos particulares”. Este modelo social e econômico só

em suas reflexões sobre ecologia, faz o alerta de que o crescimento desenfreado e desequilibrado pode continuar causando mal ao planeta. Ao mesmo tempo em que poucos enriquecem, uma grande parcela da população é marginalizada e o meio ambiente degradado pelas ações que resultam das metas de crescimento econômico.<sup>54</sup> Parece uma grande ironia, mas é uma verdade desconfortável e inconveniente, que o desejo desenfreado de dominar tudo o que há no planeta e até fora dele, fez do ser humano um ser dominado. A grande obsessão e vontade de crescer e se desenvolver causaram o subdesenvolvimento de 2/3 da humanidade, que vive hoje uma complexa situação de crise.<sup>55</sup>

### 1.5 Pobreza, Riqueza e Ecologia

Como já foi esclarecido nas primeiras páginas desta dissertação, dentre os diversos programas do CMI, escolhemos “Justiça, Diaconia e Responsabilidade com a Criação”, onde abordamos mais especificamente o projeto Ecojustiça, o qual expressa o que já é de longa tradição no CMI, que é a abordagem interdisciplinar entre justiça, paz e ecologia. Ecojustiça tem o prefixo eco, que vem da palavra grega *oikos* que significa “casa” e faz parte das raízes etimológicas das palavras economia, ecologia e ecumenismo. Portanto, o projeto Ecojustiça vem estabelecendo ligações entre as questões ambientais, a justiça social e a econômica. Trata-se de um esforço ecumênico pela justiça na casa de toda a humanidade, na comunidade planetária, onde abrange as pessoas e toda a biodiversidade do planeta. Ecojustiça significa enfrentar a destruição da Terra que vem sendo causada pelas ações humanas, pelo abuso de

---

consegue gerar riquezas, causando pobreza e degradando os recursos naturais e “o tipo de sociedade de desenvolvimento desigual produz muita violência” (BOFF, 2005. p. 21-24).

<sup>54</sup> Para mascarar suas ações degradantes, o capitalismo se utiliza da eco-tecnologia, ou seja, a ecologia pelo simples caminho do avanço tecnológico desenvolvido nos últimos anos. A eco-tecnologia não pretende mudar a mentalidade humana de domínio e desrespeito à natureza e, muito menos, questionar o modelo de sociedade que destrói o meio ambiente. Sua função é desenvolver técnicas para consertar os estragos causados pelo sistema vigente (cf. BOFF, 1993. p. 34-35). Mas, para Leonardo Boff, “a tarefa da ecologia é estudar os sistemas sociais em interação com os ecossistemas. A forma como se organiza uma sociedade íntegra e protege a natureza ou a fere e até destrói? Como os seres humanos satisfazem suas necessidades, de forma solidária, sem produzir tensões e exclusões, respeitando os ciclos naturais e os tempos ecológicos? Como se trata a Terra, como mercadoria e “recurso natural” a ser explorado, ou realidade a ser respeitada como parte do nosso corpo, trabalhando com ela e nunca contra ela?” (BOFF, 1993. p. 32).

<sup>55</sup> Estamos vivendo uma crise ecológica, uma crise do paradigma civilizacional. Paradigma é uma maneira organizada de nos relacionarmos conosco e com tudo o que está em nossa volta. Então, a forma de relação com a natureza, neste período de capitalismo e avanço tecnológico foi de supremo domínio por parte do ser humano. Constatamos a postura dominadora de uma parcela da população, que são aqueles que detêm o poder político e econômico. Eles dominam não só a natureza, como também as pessoas. E esta forma de relação aos poucos está sendo superada. Hoje a humanidade busca uma nova forma de relações e diálogo com a totalidade dos seres. (cf. BOFF, 1996. p. 23-30).

poder político e econômico que gera o sofrimento dos pobres e a degradação ambiental.<sup>56</sup>

Para o Conselho Mundial de Igrejas, existe uma relação entre pobreza, riqueza e ecologia. Pois, a globalização da economia de mercado, com suas injustas estruturas de comércio e finanças, está alargando cada vez mais o fosso existente entre ricos e pobres, o que mostra que a riqueza de alguns é a pobreza de muitos. O luxo e a opulência sem fim dos ricos é a degradação e a finitude da natureza. E este mesmo sistema de globalização está sendo cada vez mais uma ameaça para a paz e para o planeta Terra.

Na última assembleia do CMI, a de Porto Alegre em 2006, se percebeu divergências sobre as abordagens desta temática e também ficou claro que existem diferentes maneiras de agir frente a esta realidade. Mas, há esperanças de que o CMI possa desenvolver um novo paradigma convergindo as posturas e opiniões diferentes, gerando consensos mínimos em prol de ações pela ecojustiça. As igrejas precisam ser motivadas a buscar alternativas frente ao processo de globalização. Igrejas e parceiros ecumênicos de todas as partes do mundo precisam se engajar para refletir e agir em conjunto na busca de formas inovadoras e criativas de usar a riqueza global para erradicar a pobreza. Mas, para isto, é necessário uma “nova sinergia entre diferentes pontos de vista sobre a pobreza, riqueza e ecologia”.<sup>57</sup>

A ecologia precisa interferir na relação pobreza e riqueza, onde os recursos naturais e os seres humanos mais pobres, com seu trabalho ou com seu abandono Busan (desemprego), pagam a conta dos ricos e poderosos. Neste sentido o Conselho Mundial de Igrejas lançou um documento de referência, denominado AGAPE<sup>58</sup>, supracitado, que analisa bem a fundo a questão de como as igrejas e o movimento ecumênico podem “responder às tragédias humanas enraizadas no projeto de globalização econômica”. As bases e fundamentações do documento são as conclusões de uma consulta dirigida às igrejas pelo CMI na Assembleia de Harare, em 1988.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Cf. CMI. *El CMI y la eco-justicia*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia.html>> Acesso em: 22 set. 2011. p. 3127.

<sup>57</sup> CMI. *Pobreza, riqueza y ecología: impacto de la globalización económica*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/pobreza-riqueza-y-ecologia.html>> Acesso em: 22 set. 2011. p. 3117.

<sup>58</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 22 set. 2011.

<sup>59</sup> WCC. *Alternative globalization addressing peoples and earth (AGAPE): A background document (01/030/2005)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/public-witness-addressing-power-affirming-peace/poverty-wealth-and-ecology/neoliberal-paradigm/agape-background-document.html>> Acesso em: 22 set. 2011. p. 2986.

O documento, lançado em Genebra no mês de setembro de 2005, foi elaborado pela Equipe de Justiça, Paz e Criação do Conselho Mundial de Igrejas. AGAPE é considerado o resultado de um caminho ecumênico desde a assembleia de Harare, na África em 1998, até a última assembleia do CMI que ocorreu em 2006 na cidade de Porto Alegre<sup>60</sup>. O documento expressa a preocupação das igrejas com as consequências da globalização econômica para a vida das pessoas e da Terra. Foram sete anos de pesquisa envolvendo centenas de igrejas em todas as partes do mundo, preocupadas com o processo de globalização da economia de mercado. Apresentando o documento AGAPE, o CMI manifesta na assembleia de Porto Alegre que “um mundo sem pobreza, não apenas é possível, mas também é uma exigência da graça de Deus para a o mundo”. O que não é mais possível é a indiferença de cristãos frente ao sofrimento e a injustiça, onde mulheres, crianças, jovens e trabalhadores são explorados e muitas são as pessoas expulsas da terra, a mesma terra que também sofre uma sistemática agressão. AGAPE é, antes de tudo, um pedido de perdão pela insensibilidade dos crentes, que sedem as tentações das comodidades e promessas vãs do mercado. Falta para muitos cristãos uma postura de fé diante do processo perverso de globalização.<sup>61</sup>

AGAPE, que também quer fazer o anúncio da possibilidade de um mundo de justiça e paz com toda a criação, apresenta sua denúncia. “Os 20% mais ricos do mundo consomem 86% dos bens e serviços globais. A renda anual dos 1% mais ricos equivale à dos 57% mais pobres, e pelo menos 24 mil pessoas morrem todos os dias de pobreza e desnutrição”. São sinais de que a vida social, política e econômica no planeta estão desequilibradas. E esta mesma forma de relações humanas, faz com que os problemas ambientais como aquecimento global, o esgotamento de recursos naturais e a perda da biodiversidade representem ameaças cada vez maiores e os mais ameaçados são os mais pobres. E “perderemos, por exemplo, entre 30 e 70% da biodiversidade do mundo num período de 20 a 30 anos”. Não há dúvida de que

---

<sup>60</sup> A 9ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Porto Alegre, sob o tema “Deus, em tua graça, transforma o mundo”, foi um dos mais representativos encontros de cristãos já havidos - com representantes de organizações e grupos ecumênicos, delegados das igrejas-membro, observadores e visitantes vindos de todo o mundo (cf. CMI. *Sob o tema “Deus, em tua graça, transforma o mundo” - muitas questões a discutir*. Disponível em: <<http://www.wcc-assembly.info/po/tema-questoes.html>> Acessado em: 22 set. 2011). “Deus da vida, guia-nos à justiça e à paz” será o tema da 10ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que acontecerá em outubro de 2013, em Busan, Coréia do Sul. (cf. CMI. *Assembléia de 2013: “Deus da vida, guia-nos à justiça e à paz”* (22/02/2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/po/novidades/news-management/por/article/1634/assembleia-de-2013-d.html>> Acesso em: 22 set. 2011. p. 1728).

<sup>61</sup> Cf. CMI. *Globalización alternativa para las personas y la tierra (AGAPE) - Un llamamiento al amor y la acción* (14/02/2006). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/asamblea-del-cmi/porto-alegre-2006/3-documentos-preparatorios-y-de-fondo/globalizacion-alternativa-para-las-personas-y-la-tierra-agape.html>> Acesso em: 23 set. 2011. p. 1534.

“a vida humana e a Terra estão sob grave ameaça”.<sup>62</sup>

No documento AGAPE, o CMI critica o neoliberalismo, entre outros aspectos, a sua dimensão excludente, sem considerar que “as dádivas de Deus estão destinadas ao uso de todos os viventes, não só dos poucos que acumulam riqueza”. Para este modelo de sociedade tudo é mercadoria e jamais é capaz de apreciar a criação, na qual se inclui a humanidade, uma “essência espiritual, valor e sentido intrínsecos dados por Deus”. O neoliberalismo prega possibilidades infinitas para as pessoas e povos, no entanto, “o crescimento econômico impellido pelo mercado é inequitativo, insustentável e irreconciliável com justiça econômica e com uma economia que proporcione cuidado”. Ao contrário do que ensina a natureza, a economia de mercado visa a “destruição criativa”, que, na verdade “promove a sobrevivência dos mais aptos e a não-sobrevivência dos fracos, contradizendo a visão bíblica do cuidado e do amor pelos pobres e vulneráveis”. Portanto, os pobres e a natureza são as vítimas deste modelo de sociedade neoliberal. Os grupos econômicos e as grandes empresas transnacionais, vinculadas ao setor especulativo, “sistematicamente, saqueiam a Terra para obter ganhos a curto prazo”. E a cada dia está mais claro que “a crença de que o crescimento econômico empresarial baseado no mercado pode sustentar o desenvolvimento, é ilusória”.<sup>63</sup>

Por isso, o CMI aborda a ecologia de forma interdisciplinar, com o objetivo de promover a justiça e a paz com toda a criação de Deus. Pois, o mesmo sistema que devora os recursos naturais é o causador da violência e miséria humana.<sup>64</sup>

Após a assembleia de Porto Alegre, onde foi lançado o documento AGAPE, o grupo de referência para o tema “Pobreza, Riqueza e Ecologia” se reúne duas vezes ao ano, a fim de colaborar com o CMI para que se possa garantir a boa execução do projeto. E entre 2007-

---

<sup>62</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 22 set. 2011. p. 6.

<sup>63</sup> *Idem*. p. 8-10.

<sup>64</sup> Na mesma linha do CMI, Leonardo Boff, em sua eco-teologia, reflete que a humanidade vive hoje diante de uma tríplice problemática. Vivemos uma crise social, um sistema que gera uma “bifurcação dentro da espécie humana”. Enquanto uma pequena parcela da população do planeta enriquece, outra parte, a grande maioria, empobrece assustadoramente. Há também a crise do sistema de trabalho, provocada pelas novas formas de produção automatizadas, fazendo com que a máquina ocupe o lugar do ser humano. O desemprego, um grande problema de todo o mundo, é na verdade a base de muitos problemas da vida cotidiana das pessoas. E somada à crise social e a crise do trabalho, existe a crise ecológica. Pois, “nas últimas décadas estamos vivendo o princípio da autodestruição”. Trata-se de uma destruição que atinge a totalidade dos sistemas. (cf. BOFF, 2000. p. 13-16). Leonardo Boff afirma que “a teologia da libertação e o discurso ecológico têm algo em comum: partem de duas chagas que sangram. A primeira, a chaga da pobreza e da miséria, rompe o tecido social dos milhões e milhões de pobres no mundo inteiro. A segunda, a agressão sistemática à Terra, desestrutura o equilíbrio do planeta, ameaçado pela depredação feita a partir do tipo de desenvolvimento montado pelas sociedades contemporâneas e hoje mundializadas. Ambas as linhas de reflexão e de prática partem de um grito: o grito dos pobres por vida, liberdade e beleza (cf. Ex 3,7): a teologia da libertação; e o grito da Terra que geme sob a opressão (cf. Rm 8,22-23):

2011 ocorreu com sucesso o processo de audiências regionais e consultas entre as igrejas cristãs sobre “Riqueza, Pobreza e Ecologia”, nos contextos específicos da África, da América Latina com o Caribe e da Ásia-Pacífico. E a participação do CMI no Fórum Social Mundial se concentra basicamente nas questões da dívida ecológica e ecojustiça. Mas, além do seu envolvimento com o Fórum Social Mundial, o CMI também convocou o Grupo Consultivo para Assuntos Econômicos, para desenvolver a “Declaração sobre finanças justas e economia da vida”.<sup>65</sup>

### 1.6 Dívidas Ecológicas e Ilegítimas

A forma de como foi conduzida a economia mundial nas últimas décadas, fez com que os países pobres fossem golpeados com enormes dívidas. E seus ditos credores externos são verdadeiros ditadores de suas vidas internas, tanto para o campo econômico, como o social e o político. A dívida dos pobres é o grande trunfo dos ricos para dominá-los e, à custa deles, continuar enriquecendo. Porém, a dívida está ao avesso. Quem deve não são os pobres e sim os ricos que enriqueceram sob exploração social, econômica e ecológica. O mercado contabiliza, em dólar (ou em euro), a dívida dos pobres para com os ricos, mas a natureza revela o quão grande é a dívida ecológica do capitalismo. Os países ricos e suas organizações econômicas acumulam uma tremenda dívida ecológica e social. E o Conselho Mundial de Igrejas denuncia esta dívida que, no olhar da fé cristã, deve ser imediatamente reparada.

Para o CMI, são dívidas ecológicas e ilegítimas, e afirma que existem dois tipos de dívidas ilegítimas. Um tipo de ilegitimidade das dívidas dos pobres para com os ricos está relacionado à forma de como e por quem elas foram contraídas. Existem inúmeros casos em que dívidas foram acumuladas por governos ditatoriais, muitos deles que chegaram ao poder através de golpes militares patrocinados pelos Estados Unidos ou por outras antigas potências coloniais. Portanto, são dívidas ilegítimas, porque não foram assumidas por um povo, por uma nação, mas por um governo ilegítimo. A obrigatoriedade e a imposição aos países pobres em pagar dívidas financeiras também é ilegítima no momento em que a efetivação desses pagamentos negam direitos humanos fundamentais, como o alimento, a moradia, o

---

a ecologia” (BOFF, 2004. p. 147).

<sup>65</sup> Cf. WCC. *Implemented activities*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/eco-justice/poverty-wealth-and-ecology/implemented-activities.html>> Acesso em: 23 set. p. 7603.

atendimento à saúde e educação, entre outros. Temos o exemplo de países da África<sup>66</sup>, que em plena pandemia do HIV/AIDS, aplicam seus recursos financeiros em pagamentos de dívidas, que o povo, na verdade, nunca fez. “Países africanos pagaram uma média de 3,7 bilhões de dólares a mais em serviço da dívida do que receberam em novos empréstimos a cada ano de 1997 até 2003”. Trata-se de uma dívida com um custo desumano. Os países do hemisfério Sul já pagaram muito pelas somas de amortização e juros de suas dívidas. No final da década de 90, a cada dólar vindo do norte para o sul, retornava para lá outros sete dólares.<sup>67</sup>

Na verdade, quem realmente deve são os países ricos e do norte. Eles contraíram uma enorme dívida ecológica e social. Trata-se de uma dívida acumulada pela depredação de recursos naturais, fortes danos ambientais e uma irrestrita ocupação dos espaços ambientais, por parte de países industrializados, para depositar seus resíduos. AGAPE tem como referência para o tema da Dívida Ecológica a ONG equatoriana “*Acción Ecológica*”:

A Dívida Ecológica é a responsabilidade dos países industrializados para a destruição gradual do planeta, como resultado de suas formas de produção e consumo características do modelo de desenvolvimento, reforçada pela globalização, que ameaça a soberania dos povos. Dívida Ecológica é obrigação e responsabilidade do Norte industrializado para a pilhagem do Terceiro Mundo, e gozo de seus recursos naturais como petróleo, minerais, florestas, biodiversidade, conhecimentos, bens marinhos e uso ilegal da atmosfera e os oceanos. Para a troca ecologicamente desigual, uma vez que estes produtos são exportados sem levar em conta os danos sociais e ambientais e de energia humana de seus povos. Além disso, a produção de armas químicas e nucleares, substâncias tóxicas e resíduos são depositados no Terceiro Mundo. Dívidas Ecológicas começaram a ser geradas na era colonial e tem continuado a crescer hoje.<sup>68</sup>

Em muitas partes do mundo a dívida ecológica pode ser diretamente atribuída às empresas petrolíferas e de mineração, cujas atividades degradam ecossistemas em busca dos recursos naturais. Mas, há também um outro grupo de responsáveis e culpados pela dívida ecológica, que são as instituições financeiras internacionais. Em nome do lucro, elas financiam projetos de extração de recursos da natureza, sem levar em consideração as suas graves consequências sociais e ambientais. Suas estratégias de exploração natural não vão além do próprio lucro e jamais pensam nas pessoas e no meio ambiente que, após as atividades extrativas, ficam degradados.

---

<sup>66</sup> Cf. Mapa da divisão da África no Anexo 3

<sup>67</sup> Cf. CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 22 set. 2011. p. 17-19.

<sup>68</sup> Acción Ecológica. *O que é a Dívida Ecológica?* Disponível em: <<http://www.accionecologica.org/deuda-ecologica>>

A destruição social e ambiental, em nível local e global, vem enriquecendo pequenos grupos capitalistas e alimentando um modelo de desenvolvimento econômico baseado na depredação dos recursos naturais e no consumo desenfreado e desigual. Informações da ONU dão conta de que 20% da população, majoritariamente dos países do norte consomem 80% dos recursos naturais do planeta. Os países industrializados no hemisfério norte vivem num padrão de vida que é mantido pelo envio de recursos naturais dos países pobres do sul. Além de levar os recursos naturais, levam uma mão de obra de baixíssimo custo. Trata-se, portanto, de uma exploração ecológica e social, política e econômica. A pegada ecológica dos ricos é, portanto, bem maior e com sérias consequências ao planeta, conforme denuncia o CMI.

O conceito de espaço ambiental ou “pegada ecológica” começa pela suposição de que cada habitante da Terra tem direitos iguais aos recursos da Terra. Os 20% da população mundial que vivem nos países mais ricos fazem 86% de todas as compras de consumo; eles consomem 58% de toda a energia e por sua conta correm 53% de todas as emissões atuais de carbono (e 80% em termos históricos). Coletivamente a quinta parte mais rica da população mundial tem uma enorme dívida ecológica para com a maioria que precisa agüentar parte da pior devastação ambiental e muitas vezes tem negada seu justo quinhão na riqueza produzida.<sup>69</sup>

Em sua “Declaração sobre ecojustiça e dívida ecológica”, de setembro de 2009, o CMI afirma que a era do “consumo ilimitado” atingiu os seus limites. E da mesma forma, deve chegar ao fim o tempo do lucro sem limites. Já que o consumo e o lucro ilimitados demonstram atingir o limite da Terra e assim expõem sua própria finitude. O referido documento do Conselho está baseado em uma série de consultas ecumênicas e incorpora as perspectivas de muitas igrejas. Esta declaração parte do espírito de gratidão para com Deus criador e propõe o conceito da obrigação moral de promover a justiça ecológica, o dever de buscar a responsabilização pelas dívidas ecológicas. Estas dívidas se referem aos danos causados aos povos e lugares, nos últimos tempos, devido a padrões de produção e consumo exacerbados, bem como a exploração de ecossistemas inteiros, deixando rastros de degradação ambiental e danos aos direitos das pessoas, comunidades e povos. Trata-se de uma espoliação histórica, já de longa data, por parte dos países industrializados que extrai os recursos naturais dos países do sul e também praticam a apropriação abusiva de espaços ambientais para despejar gases de efeito estufa e resíduos tóxicos. O conceito de dívida ecológica pode ser ampliado no sentido de ser também uma dívida das elites econômicas e das

---

Acesso em: 06 set. 2011.

<sup>69</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 17.

classes mais favorecidas para com as pessoas e povos marginalizados, incluindo comunidades tradicionais, como povos indígenas e outras que foram desintegradas. É também a dívida das atuais gerações para com as futuras gerações e uma dívida cósmica, da humanidade para com as outras formas de vida e com todo o planeta.<sup>70</sup>

No que se refere a dívida ecológica, os países que se consideram credores em dívidas econômicas, medidas pelo mercado, na verdade são ecologicamente devedores. Olhando do ponto de vista da dívida ecológica, os países do Norte é que são os grandes devedores, enquanto que os países e povos do Sul são os credores. É importante observar também que a “acumulação de dívida ecológica” tem sua origem no início do período do colonialismo. O conceito de dívida ecológica está relacionado aos padrões de produção e consumo, os quais causam efeitos ecológicos no planeta.

Observamos que existe uma íntima relação entre dívida ecológica e dívida financeira, pelo menos em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque as obrigações dos países pobres em ter que pagar a dívida externa (financeira) levaram ao aumento da dívida ecológica que os países industrializados tem para com o hemisfério sul. Os chamados programas de ajustamento estrutural e as decisões de estratégia para combater a pobreza, através de empréstimos sob condicionalidades e acordos comerciais fazem com que países do sul tenham que exportar produtos, cuja produção não leva em conta os danos ambientais que ficam. Países pobres acabam exportando produtos para garantir o pagamento dos juros e serviços de suas dívidas externas. Ocorre que estes países estão obrigados a produzir muito mais do que aquilo que necessitam para o consumo interno, causando danos ao meio ambiente e exploração de pessoas. E em muitos casos esses países são obrigados a fazer uso de agrotóxicos oriundos de países industrializados. Muitos empréstimos contraídos por países pobres serviram para a construção de infra-estruturas, construídas sem levar em conta preocupações socioambientais.<sup>71</sup>

O teólogo Leonardo Boff <sup>72</sup> afirma que as dívidas ecológicas que temos no Brasil

---

<sup>70</sup> Cf. CMI. *Declaración sobre ecojusticia y deuda ecológica* (02/09/2009). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comite-central-del-cmi/ginebra-2009/reports-and-documents/informe-del-comite-sobre-cuestiones-de-actualidad/declaracion-sobre-ecojusticia-y-deuda-ecologica.html>> Acesso em: 06 set. 2011. p. 7154.

<sup>71</sup> CMI. *Pobreza, Riqueza y Ecología: Los Efectos de la Globalización Económica* - Documento de referencia para el Proceso de Estudio. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/PWE\\_Framework\\_paper\\_SPA.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/PWE_Framework_paper_SPA.pdf)> Acesso em: 06 set. 2011. p. 19-21

<sup>72</sup> Nossa dívida ecológico-ambiental consiste na falta de qualidade de vida. Já destruímos 2/3 da floresta atlântica e diariamente derrubamos 100 campos de futebol da floresta amazônica e grande parte dos alimentos que produzimos estão

incidem sobre as quatro vertentes principais da preocupação ecológica, que são: ecológico-ambiental, ecológico-social, ecológico-mental, ecológico-integral.

Ao falar em dívidas ecológicas também podemos remeter o debate para a questão da pegada ecológica. O CMI não usa estes termos, mas quando se fala em dívidas ecológicas, está se referindo aos prejuízos causados no planeta. Alguns ficam com o bônus e outros com o ônus. Quem paga pela ganância e o consumismo são os pobres e o meio ambiente. O conforto de uma pequena parcela da população mundial deixa uma tremenda pegada ecológica na face da Terra. E isto só se reverterá com um novo olhar, quando as riquezas naturais forem vistas como criação de Deus. O que não seria, necessariamente, a conversão dos malfeitores, mas o comprometimento das pessoas de fé em defender a criação de Deus.

A Terra, com tudo o que nela existe, é criação de Deus, mas vive hoje uma situação de fúria, de caos e degradação. E assim está por causa das ações humanas. Mas não são pessoas aleatoriamente e sim estruturas sociais e grupos econômicos dominantes e populações dominadas, inseridas num modo de vida de consumismo que alimenta um modelo estrutural predador. Esta constatação nos remete para um sentimento ético e moral, para uma reflexão de base, de aprofundamento e de busca de luzes para compreender nosso dever histórico.

Concluindo este primeiro capítulo que abordou o tema da crise ecológica, que se revela numa crise civilizacional, destacamos o empenho das igrejas cristãs, através do CMI, em compreender a situação da Terra e a transversalidade dos problemas que exigem abordagens transversais. Ou seja, a crise ecológica é mais do que uma crise relacionada ao meio ambiente, é também uma crise econômica, política e social. É a crise da convivialidade, da maneira de se conviver na Terra, a casa comum de toda a humanidade. A interdisciplinaridade e a transversalidade na busca de soluções para a crise da humanidade implicam em uma efetiva participação das igrejas e religiões e que a realidade seja lida com os olhos da fé. Por isso a sequência deste trabalho se dá com a iluminação da teologia da criação expressa em materiais do CMI, disponíveis no programa Ecojustiça.

---

envenenados, entre outros exemplos que poderiam ser enumerados. A dívida ecológico-social é formada pela injustiça social. Muitas vezes agimos em favor do meio ambiente, mas esquecemos de incluir o ser humano. E temos também a “dívida ecológico-mental formada pelo excessivo antropocentrismo que penetrou na nossa mente”. Temos ainda “uma dívida ecológico-integral formada pela fragmentação de nossos saberes”. (BOFF, Leonardo. *Dívida ecológica*. Disponível em: <<http://www.deudaecologica.org/Que-es-Deuda-Ecologica/Divida-ecologica-Leonardo-Boff.html>> Acesso em: 06 set. 2011).

## 2 DO PRINCÍPIO À PLENITUDE DA CRIAÇÃO

A paisagem do planeta, com toda a sua biodiversidade, se apresenta de forma desfigurada e seu metabolismo, com toda engrenagem viva, está funcionando de maneira alterada. A ciência tem alertando que a Terra está sofrendo alterações que lhes são muito danosas e dolorosas. E o que vem acontecendo com a Terra, notoriamente causado pela ação humana, sucede a todos os seus habitantes, mas atinge aos seres e espécies mais vulneráveis. E para a fé cristã, o planeta, com todas as formas de vida e o que chamamos de meio ambiente, é criação de Deus. O que vem ocorrendo é que as obras das mãos de Deus estão sendo violentadas por mãos humanas. Portanto, é um assunto a ser pautado pela teologia e de forma profética. Pois, além da denúncia, é preciso o anúncio do que é a vontade de Deus criador. Por isso, a criação de Deus deve ser olhada do princípio à plenitude, como é o nosso propósito com este capítulo.

No método “Ver-Julgar-Agir”, este é o momento de utilizar chaves de leitura bíblica dos documentos do CMI para abrir horizontes que visualizam a criação de Deus do princípio à sua plenitude. No item 2.1, abordamos o tema da criação, lendo no relato bíblico que Deus criou a vida para a plenitude e não para a degradação. A Bíblia nos permite compreender que os “recursos naturais” são dons de Deus e por isso, direito de todas as criaturas. No centro deste capítulo, no item 2.3, abordamos o tema da espiritualidade ecológica, como uma força para a comunidade cristã enfrentar com justiça a questão climática numa atitude profética, denunciando o clima de injustiças e anunciando boas novas para toda a criação (2.4), fazendo ecoar as vozes da profecia da Terra e dos pobres, conforme finalizamos este capítulo (2.5).

Consciente de que a humanidade trilhou um caminho contraditório, marcado por um comportamento devastador, justificado, inclusive, pelo preceito bíblico “dominai e multiplicai”, o CMI passou a buscar uma iluminação bíblica, numa ótica ecológica, para compreender o autêntico sentido de “*Bereshit*” (o princípio do universo). E o resultado é uma compreensão sobre o princípio da vida, “*Bereshit*”, que se afirma em “*Shalom*” (a plenitude de justiça e paz com a criação), o assunto abordado neste capítulo.

## 2.1 No Princípio, Deus Criou a Vida Para a Plenitude

Todas as manifestações e atitudes concretas do Conselho Mundial de Igrejas com relação ao meio ambiente se dão sob a motivação espiritual da fé no Deus criador, que, no princípio, criou a vida. E Deus criou em diálogo em cooperação com as próprias criaturas e criou a vida em contínua evolução para um destino de plenitude. Esta plenitude, no entanto, não é algo pronto ou estático nem infinitamente longínquo, mas que está na criação, em sua raiz. Pois, desde o princípio, quando Deus criou a vida, a criou para a evolução, para a plenitude e não para degradação. É, pois um olhar e uma forma de sentir a criação, da qual somos parte, com este querer sua plenitude de justiça e paz.

Para o CMI, cuidar do bem estar de toda a criação, se tornou uma importante e significativa dimensão do discipulado cristão dos tempos atuais. São os imperativos bíblicos que abrem os olhos das igrejas para promover a convivência num relacionamento justo com todas as formas de vida. E este espírito de comprometimento com a criação, é animado pelo testemunho de pessoas que vivem próximas e em conexão com a Terra, de modo especial, os povos indígenas e mulheres. E “o desafio é encontrar formas em que as comunidades humanas possam viver em uma relação sustentável com a criação, com todas as pessoas desfrutando a plenitude da vida”. Isto é, desfrutar, preservando, a plenitude da criação.<sup>73</sup>

“Toda a humanidade é feita à imagem e semelhança de Deus e toda a natureza traz as marcas de Deus”.<sup>74</sup> Por isso, devemos viver com disposição para a equidade, reconhecendo igualmente o direito de cada ser. Ao ler o Salmo 104, podemos perceber que tudo é obra da sabedoria de Deus. Não somente o ser humano, mas todas as criaturas, das quais a Terra está repleta, todas são obras da sabedoria de Deus, tudo é criado em seu espírito. “Quão numerosas são tuas obras, Iahweh, e todas fizestes com sabedoria! A Terra está repleta das tuas criaturas” (Salmo 104: 24). Como diz o teólogo ortodoxo Chryssavgis John, “o Espírito de Deus revela a imagem de Deus na criação e que não é, simplesmente, um reflexo, mas a perfeição dos céus”. Do ponto de vista bíblico, a Terra e toda a sua biosfera, tudo o que nela contém, nos foi

---

<sup>73</sup> Cf. WCC. *Message on the occasion of “Earth Day”*. (North American churches, 22 April 1999). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international-affairs/environmental-justice/message-on-the-occasion-of-earth-day.html>> Acesso em: 27 set. 2011. p. 3863.

<sup>74</sup> WCC. *A Justice Statement regarding Climate Change from The World Council of Churches* (1/11/2000). Disponível em <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/the-atmosphere-as-global-commons-responsible-caring-and-equitable-sharing.html>> Acesso em: 27 set. 2011. p. 6691.

concedida como um dom, uma herança de Deus, para ser o Reino de Deus. Mas esta herança dada por Deus, ela se efetiva na equidade, no momento em que seja respeitado o direito e a dignidade de todas as criaturas. Por isso, ecologia é uma questão de justiça, é o estado de paz entre todas as criaturas.<sup>75</sup>

Podemos nos basear na parábola em que Jesus compara o Reino de Deus a um pequeno grão de mostarda. A pequena semente, sendo cultivada na terra, cresce e se torna uma árvore imensa e em seus galhos acolhe a todos os pássaros e dá aos seres humanos a sombra fresca (cf. Marcos 4:30-32). Nesta herança que nos é dada por Deus, podemos saciar nossas necessidades, mas não cabe o luxo e a opulência. Por isso, o jovem rico (Marcos 10:17-22), rejeitou esta herança, não se sentia capaz de viver os princípios do Reino de Deus, como a equidade, que inclui as pessoas e toda a natureza, marca e sinal da imagem de Deus.

A Terra e todas as suas formas de vida, “os povos e suas culturas, a terra, a água e a semente... tudo que se move é sagrado”. Tudo revela Deus. Por isso, nenhum sistema econômico que gera injustiça por suas atividades desonestas pode ser “abençoado, legitimado ou tolerado em nome de Deus”. Pela fé no Deus criador, somos impelidos a promover a justiça e a paz com todas as criaturas. Todo o mundo é habitado por Deus criador e defensor da vida. Por isso, a luta pelo direito e a justiça são obras da criação de Deus. É, pois, através das diversas formas de militância ecológica, política e social que as pessoas de fé podem afirmar que Deus habita o mundo. A Bíblia descreve a criação mostrando que quando Deus vê que tudo é bom, tudo realmente é bom. Deus disse “viva” e tudo viveu. “Deus disse..., que exista, que se ajuntem, que produza, que existam, que fiquem cheias de vida, façamos”. “E assim se fez”. Tudo, portanto, criado em comunicação com o criador, que criou todas as criaturas, dando a todas e a tudo, a plenitude de vida. Tudo vive, porque Deus disse “viva”.<sup>76</sup>

Através do documento ÁGAPE, pela equipe de Justiça, Paz e Criação, o CMI declara que “o mundo é um ícone de Deus. Cada clamor da Terra e do seu povo a sofrer desafia as igrejas a buscar a transfiguração que Deus, em amor, realiza na humanidade e na criação”. E somos colaboradores de Deus na criação, na medida em que atuamos em defesa da vida, testemunhando o amor justo e generoso de Deus. E na sua graça,

---

<sup>75</sup> Cf. *Idem*

<sup>76</sup> Cf. CMI. *Sessões plenária: Justiça econômica. Império e Religião: evangelho, ecumenismo e profecia para o século XXI. Anotações apresentadas na IX Assembléia* - por Nancy Cardoso (16/02/2006) Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/po/resources/documents/assembleia-do-cmi/porto-alegre-2006/2-plenary-presentations/economic-justice/apresentacao-de-nancy-cardoso.html>> Acesso em: 28 set. 2011. p. 1815.

Somos encorajados a não perder nossas esperanças e não desistir de confrontar a realidade ao nosso redor com nossa visão de uma economia da vida. O sagrado presente da vida que é dádiva da graça de Deus, não nos será tirado. Ao invés, ela é a própria base e poder para criar e viver alternativas contra as forças da morte e da destruição. Ela deriva seu poder do ágape, do amor do Deus triúno que permeia toda a Criação. Este foco sobre ágape salienta que a Terra e toda a vida têm suas origens em Deus e pertencem a Deus. Elas não são propriedades da humanidade, de modo que pudessem ser transformadas em *commodities* (Lv 25:23; Sl 24:1). A Criação não pertence aos seres humanos, mas os seres humanos pertencem à Criação, e a Criação é de Deus. Relações de ágape refletem que toda a vida tem sua raiz comum na graça gratuita de Deus e no amor vivificador de Deus. Graça é o poder que Deus tem de sustentar e renovar a Criação e de nos reconduzir da morte para a vida. A discriminação, exclusão e distribuição desigual da riqueza e do poder negam os valores da comunidade de ágape e violam o mandamento de amar a Deus e ao próximo.<sup>77</sup>

O texto bíblico que trata da criação, o Livro do Gênesis, não é nenhum livro científico, mas um texto poético que confirma o universo como criação de Deus. Descreve o princípio explicitando a plenitude da vida gerada por Deus. Em Gênesis encontramos duas narrativas sobre a criação. A primeira, Gn 1:1-2,4a, uma narrativa atribuída à fonte sacerdotal, é mais abstrata e mais teológica que a segunda, que se encontra em Gn 2:4b-25. A primeira segue um esquema de sete dias e conclui com o repouso sabático.<sup>78</sup> Praticamente todos os povos e culturas possuem narrativas para explicar o sentido da vida. E, certamente, não encontraremos concordâncias lógicas da ciência dessas narrativas com as ciências de hoje. São relatos que trazem a marca de sua época, mas os ensinamentos que revelam têm um valor perene.<sup>79</sup>

Desde o princípio, a criação tem a energia cósmica (de cosmos) e a força criadora do Espírito de Deus, que continua presente e atuante na criação. Pois, na reflexão teológica cristã, a criação começa com o ato do Espírito de Deus pairando sobre as águas, na imagem de um vento que soprava sobre elas (cf. Gênesis 1:2). A presença do espírito criador sobre o caos marca o início da criação.<sup>80</sup> O Espírito é o respiro, a inspiração e a vitalidade da criação, que

---

<sup>77</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2011. p. 10.

<sup>78</sup> Cf. BÍBLIA SAGRADA. *A Bíblia de Jerusalém*. Comentários de rodapé (Gn 1,3)

<sup>79</sup> Olhando para as narrativas do Gênesis, percebemos, entre outros elementos importantes, que, “pela fé na criação boa afirma-se a certeza de que o cosmos é mais forte do que o caos, porque Deus, seu Criador tem o senhorio sobre o absurdo e a morte”. Ao lermos o Gênesis, percebemos que “cada coisa, desde as estrelas, as plantas, os animais, até os seres humanos, vem carregada de excelência e de sentido, porque guarda em si a marca registrada de Deus”, que caminha e vive intimidade com as criaturas. As duas narrativas bíblicas da criação, no livro do Gênesis, apesar de apresentarem certa diferença, no fundo querem fazer a mesma afirmação. Em ambas, “o propósito originário é fazer a profissão de fé sobre a bondade do universo”. Por ter sido criado por Deus, o mundo e todas as suas formas de vida estão protegidos contra todo o tipo de ameaças. (cf. BOFF, 2004. p. 57-60).

<sup>80</sup> Cf. WCC. *Water as a Gift and Right*. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/water\\_as\\_gift\\_and\\_right.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/water_as_gift_and_right.pdf)> Acesso em: 28 set. 2011. p. 3-4.

continua permanentemente viva, unida ao criador. O Espírito é a sabedoria de Deus que guia a sua criação no caminho da justiça e da paz, na luta em defesa da vida criada por Deus. A criação não é algo que só aconteceu apenas no princípio (*creatio prima*), como argumenta o diretor do programa de Mudanças Climáticas do Conselho Mundial de Igrejas, Guillermo Kerber, mas é algo que está acontecendo agora (*creatio continua*). “Por isso, ser cristão hoje implica em reconhecer a injustiça ecológica como parte da injustiça estrutural”.

“Afirmar um universo em expansão e em evolução e que a criação está em Deus e que Deus está na criação significa reconhecer a presença do Espírito Santo que constantemente recria a Criação. Ela é um processo permanente, não algo que ocorreu simplesmente no passado, mas sim algo que está ocorrendo no presente e irá ocorrer no futuro (...). Em um diálogo com a nova cosmologia e a ecologia, o horizonte libertador da teologia, característico da teologia latino-americana deve se ampliar, reconhecendo que toda a criação deve ser libertada, começando pelas comunidades mais vulneráveis, os pobres, os indígenas, levando-se em conta também as culturas e as espécies que estão desaparecendo”.<sup>81</sup>

O Gênesis apresenta a criação num audacioso otimismo, expresso na repetição da afirmação de que a obra é boa. E esta bondade da obra criada por Deus precisa ser recuperada, tanto no sentido prático, de se recuperar a vida degradada, como na maneira de ver e conceber o mundo. É preciso apostar na capacidade de regeneração da vida.

Em sua obra “Religiões e Ecologia”, Marcial Maçaneiro, comenta sobre o caminho da ecoteologia do CMI. Diante de uma trajetória marcada por comportamento devastador da humanidade, estreitamente afinada com o cristianismo no preceito bíblico “dominai e multiplicai”, o CMI passou a buscar uma releitura da Bíblia. Percorrendo o caminho do olhar ecológico, o CMI busca compreender o sentido original e verdadeiro do termo “*Bereshit*” (que se refere ao princípio, o início, a gênese da criação de Deus). E assim, o CMI vai muito além da compreensão sobre o princípio, “*Bereshit*”, firmando sua reflexão em “*Shalom*”, isto é, “a plenitude de justiça e paz com a criação”.<sup>82</sup> O autor citado acima e que volta em futuras citações neste texto, foi referência nas leituras preparatórias para a nossa pesquisa, visto que ele faz uma síntese da ecoteologia do CMI. E foi a partir desta que traçamos o objetivo do nosso trabalho no método Ver-Julgar-Agir. E assim proseguimos na reflexão teológica dos documentos do CMI, passando para o conceito de que os recursos naturais são dons de Deus, que devem ser compartilhados de forma justa e sustentável.

---

<sup>81</sup> KERBER, Guillermo. *Ecologia e nova cosmologia: implicações teológicas*. Em: IHU Online (5/4/2010). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160)> Acesso em: 28 set. 2011.

<sup>82</sup> Cf. MAÇANEIRO, Marcial. *Religiões e Ecologia: Cosmovisão, valores, tarefas*. São Paulo: Paulinas, 2011. p 89.

## 2.2 Recursos Naturais: Dons de Deus, Direito de Todos

Entre os recursos naturais que sustentam a vida humana e toda a biodiversidade da Terra, pode-se dizer que a água é o mais importante. A água é um alicerce para a vida humana e para todos os seres nos diversos ecossistemas do planeta. E do ponto de vista bíblico-teológico, a água é considerada o berço e a fonte de vida e é um dos mais fortes símbolos culturais e religiosos. Qualquer forma de vida biológica não o seria sem água em suas qualidades. E o próprio planeta foi se transformando em correlação com as águas, que foram se adequando e adequando a Terra. Como já foi mencionado, a própria narrativa bíblica da criação indica que a água foi primordial no processo criacional de Deus (Gênesis 1:2). A água é, portanto, uma dádiva. Podemos classificar a água como um recurso natural, mas, é preciso considerar a sua dimensão sacramental e de todos os recursos oferecidos pela natureza, como presentes e dons de Deus e direitos das pessoas. Direito, este, que se amplia para as futuras gerações e para todas as formas de vida.<sup>83</sup>

Nos textos da Sagrada Escritura, quando ocorre a falta de água, o povo interpreta como o julgamento divino (Isaías 33:9). Por outro lado, o anúncio da esperança, também era simbolizado pela água, como, por exemplo, a promessa de que rios brotam no deserto (Isaías 43:19). O medo e as ameaças vivenciados por comunidades no mundo inteiro e em todos os tempos, não se dão apenas pela ausência de água, mas também pelo seu excesso ou por não se encontrar em condição salutar para a vida. A água em estado de harmonia, na sua condição natural, saudável, sem poluição, é verdadeiramente fonte e garantia de vida, é sinal de bênção. No batismo cristão, a água simboliza renovação e promessa de vida e esperança. Enfim, por tudo o que a água representa, seja pela sua máxima importância para a vida, seja pelo seu valor simbólico e sacramental, ela é um direito humano básico. E do ponto de vista da fé cristã, água é um dom de Deus e, por isso, um direito sagrado, que em nome da fé deve ser garantido a todos os povos, a todas as gerações e também a todas as formas de vida. Inclusive, a sua preservação em estado salutar, depende da saúde da biodiversidade do planeta.

Na Bíblia, a água, como símbolo sagrado, também está relacionada ao comportamento humano de retidão para com Deus. Como é o caso descrito em Isaías 8:5-8, quando o povo

---

<sup>83</sup> Cf. WCC. *Water as a Gift and Right*. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/water\\_as\\_gift\\_and\\_right.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/water_as_gift_and_right.pdf)> Acesso em: 28 set. 2011. p. 3-4.

desprezou a água de Siloé, calma e tranquila que o abastecia, garantindo-lhe a vida, o profeta anuncia o perigo das águas torrenciais e impetuosas do rio Eufrates. E também no Salmo 137, quando o povo é escravizado à beira de um rio estranho e errado, na Babilônia, com o qual o povo não se identificava. Naquelas águas, o povo não podia entoar cânticos ao Deus da vida, pois elas representavam escravidão, como as águas comercializadas ou poluídas pelo sistema agrícola e industrial nos dias de hoje.

O jubileu bíblico declara que a terra pertence a Deus. Pode o ser humano usar e passar adiante seu uso, mas a terra, em última análise, pertence a Deus. E, assim ela pode voltar a ser de uso dos pobres que a perderam. O mesmo serve para a água e todos os outros recursos da natureza. Pois, aqui estamos falando diretamente sobre a água, porque é um tema pertinente nas reflexões, manifestos e atividades do CMI. Usamos a água como um símbolo central para abordar o tema dos recursos naturais. Tudo o que pertence a Terra, toda a sua biodiversidade é dom de Deus. Considerar a água um dom de Deus, implica que ela, na sua forma saudável, limpa e fresca, deva estar disponível para atender as necessidades básicas de todos. Portanto, jamais poderia ser uma mercadoria, porque o preço impõe barreiras de acesso. Pois, a dependência da comunidade humana para com a água, é física, social e cultural.<sup>84</sup>

A água, além do uso humano, doméstico, tem uma multiplicidade de usos. Serve para irrigação, navegação, geração de energia, uso industrial, no lazer e na medicina. E além do uso, a água tem valor espiritual, biológico, social, artístico e tem um valor de justiça. Atribuir um valor comercial é uma afronta a todos estes valores que são intrínsecos a água. Tão agressivo, violento e desrespeitoso, quanto ao ato de contaminar e poluir a água, é transformá-la em mercadoria e buscar obter lucro, causando a exclusão daqueles que não conseguem, muitas vezes, pagar os preços estabelecidos.

A água é uma questão de justiça e paz para a humanidade. É um bem comum, um direito de todos, é um dom de Deus para nutrir a vida. A água é o sangue da Terra, é uma questão de vida ou morte da humanidade e de todos os seres e formas de vida no Planeta. Sabemos que a água não está igualmente distribuída em todas as partes do mundo. A natureza nos oferece água gratuitamente, mas requer um gerenciamento por parte do ser humano. E este gerenciamento da água, até passa por um processo econômico porque depende do trabalho, de investimentos de recursos, mas deve ocorrer na lógica da solidariedade e não

---

<sup>84</sup> Cf. *Idem*. p. 4-6.

na lógica do mercado, que em tudo visa o lucro.

Falando, não apenas da água, mas de outros dons de Deus através da natureza, salientamos que culturas e comunidades tradicionais podem morrer social e culturalmente, à medida que lhes são negados certos bens naturais. Os povos indígenas, por exemplo, sem a terra com a mata e o rio, ficam completamente em situação de risco, podendo se exterminar. Negar certos recursos naturais é também uma arma perigosa de extermínio de povos, tradições, culturas e religiões.

Desde os tempos primordiais, as pessoas e povos se esforçam para conseguirem os recursos naturais básicos. Encontramos exemplos dessa luta na Bíblia. Por exemplo, a história bíblica em Êxodo 15:22-27, quando os israelitas procuravam água limpa para sobreviverem. E chegaram ao lugar chamado Mara, que representa amargura, água amarga, imprópria para beber. Neste lugar simbólico, nos dias de hoje, muitas pessoas se encontram e clamam por recursos naturais saudáveis. E assim como os israelitas demonstravam ausência de fé no projeto libertador de Deus, a falta dos recursos naturais causa todo tipo de sofrimento nas pessoas, inclusive a descrença no potencial da vida criada e querida por Deus. Hoje as igrejas tem o desafio de transformar as águas de Mara, promovendo o acesso aos recursos básicos da natureza para muitas pessoas e povos que vivem em situação de deserto.<sup>85</sup>

As igrejas cristãs têm o desafio de ajudar o mundo a compreender que todos os recursos naturais não são mercadoria, pois, “a Deus pertence a Terra e tudo o que ela contém, o mundo e os que nele habitam” (Salmo 24:1). Na tradição bíblica havia um tempo para desfrutar da terra, mas também um período para que ela pudesse descansar e se regenerar, recuperando os recursos colhidos pela atividade humana, para depois servir novamente com seus frutos. O descanso bíblico da terra é um elemento importante para o que a ecologia hoje chama de sustentabilidade. As igrejas precisam denunciar que as ações ecologicamente insustentáveis de hoje estão afrontando a soberania de Deus.<sup>86</sup>

Para muitas culturas inseridas no capitalismo, basta ter dinheiro e acessar todo e qualquer recurso oriundo da natureza. Porém, para muitos povos e diferentes culturas, mesmo que tivessem dinheiro, sem ter o contato e a vivência direta na terra, ficam desprovidos dos

---

<sup>85</sup> CMI. *Transformar las aguas amargas de Mara. Reflexión del Canónigo Dr. Babatunde*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/recursos-y-enlaces/siete-semanas-para-el-agua/semana-2-petroleo-y-agua-en-nigeria/reflexion-biblica.html>> Acesso em: 28 set. 2011. p. 8246.

<sup>86</sup> CMI. *Del Señor es la tierra*. Reflexión de Linwood Blizzard, II y Shantha Ready Alonso. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/recursos-y-enlaces/siete-semanas-para-el-agua/semana-3/reflexion->

bens que atendem suas necessidades básicas. Pessoas que já vivem a cultura do consumo, também são privadas de muitos recursos por causa da falta de renda. Pois, o pecado vai além da injustiça praticada diretamente contra a natureza, pela forma violenta com que o sistema agrícola e industrial devora seus recursos. O capitalismo comete um pecado a mais quando não distribui equitativamente o que retira da natureza. O seu pecado é duplo, é pela exploração indevida da natureza e pela injusta distribuição da riqueza. Adão e Eva receberam a tarefa de cultivar a terra que lhes foi confiada. Junto ao dever moral e ético de cuidar, está o direito sagrado de obter o alimento que provém da natureza.<sup>87</sup>

A natureza, por sua vez, não está ilimitadamente ao dispor da exploração humana. Ela, que é capaz de se regenerar, também traz em si o apelo pelo cuidado. Esta que é uma das demissões esquecidas do ser humano, que deveria tratar toda a criação com um cuidado espiritual e não simplesmente como recursos naturais ao seu dispor.<sup>88</sup> Mas, o ser humano conseguirá superar a visão utilitarista dos recursos naturais com a espiritualidade ecológica, que o ajuda ver a sacralidade da vida.

### 2.3 Espiritualidade e Justiça Climática

A criação para os cristãos é uma questão de fé. O cristianismo, além de herdar da tradição judaica a narrativa da criação, tem ainda um elemento de grande significado de fé, que é a encarnação de Deus. Conforme diz a Carta aos Colossenses, 1:15, Cristo “é a imagem do Deus invisível, o Primogênito de toda criatura”. Em Cristo é que se esclarece o que é a realidade criada, a qual é diferente de Deus, mas assumida por Deus. O evangelho, segundo São João aborda o tema da criação, onde o centro e personagem principal é Cristo, que estava

---

biblica.html> Acesso em: 29 set. 2011. p. 8408.

<sup>87</sup> WCC. *Water and Liberation. Biblical reflection for World Water Day 2010* (22/03/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/biblical-reflection-for-world-water-day-2010.html>> Acesso em 04 out. 2011. p. 7638.

<sup>88</sup> Leonardo Boff observa que o atual modelo de economia está orientado pelo ideal do crescimento, que se coloca entre dois infinitos: “o dos recursos naturais pressupostamente ilimitados e o do futuro indefinidamente aberto para frente”. Para esta economia do crescimento, a natureza, a criação de Deus, é degradada ao bel prazer dos interesses humanos, como sendo simplesmente recursos naturais ou matéria-prima disponível ao desenvolvimento da sociedade. E, na mesma lógica, os trabalhadores são meramente recursos humanos disponíveis para atender metas de produção para contentar o mercado. Este sistema medíocre não é capaz de gerar riquezas sem causar a extrema pobreza, a fome e a miséria humana. E, ao mesmo tempo, não é capaz de gerar desenvolvimento, sem causar tremenda degradação ambiental e violência nas sociedade, pela sua lógica excludente. Do ponto de vista ambiental, este modelo de desenvolvimento é o oposto de sustentabilidade, pois ele é incapaz de gerar riquezas sem ter que produzir lixo e poluir os mananciais, os solos, o ar e devastar as florestas. As sociedades humanas estão marcadas por “agressões ecológicas contra o ser mais complexo da criação, o ser humano, especialmente o mais indefeso, que é o pobre, o excluído” (cf. BOFF, 2005. p. 20-24).

presente desde o princípio, estava com Deus e era Deus. Em Cristo é que tudo foi criado, Ele é a luz, a vida da humanidade (cf. João 1:1-10). “O Verbo era a luz verdadeira que ilumina todo homem; ele vinha ao mundo. Ele estava no mundo e o mundo foi feito por meio dele” (Jo 1,9-10). Para a fé cristã, existe esta conexão íntima da criação com a encarnação de Cristo. A ecologia, para o cristianismo, é mais que uma ciência que estuda as interações da vida, é também uma questão de fé. E, por isso, o assombroso assunto das mudanças climáticas do nosso tempo, deve ser encarado também com espiritualidade, mística e fé. Neste sentido, o CMI criou o “Serviço de Oração pela Justiça Climática”<sup>89</sup>. Despertando para uma espiritualidade solidária, ecológica e holística, o cristianismo poderá dar a sua verdadeira contribuição pela justiça climática.<sup>90</sup> Uma espiritualidade cristã centrada na vida, de compromisso com a salvaguarda da criação de Deus.<sup>91</sup>

“O engajamento religioso [na questão ambiental] é demonstrar que a mudança climática é mais que uma preocupação científica, ecológica, econômica e política, mas tem importantes dimensões espirituais e éticas”. As religiões passaram a demonstrar maior preocupação e ver a relevância da mudança climática para a sua missão religiosa, pastoral, quando perceberam que podem contribuir na questão dos valores da sociedade atual. Começam a se preocupar sobre como as pessoas e povos vêem o mundo natural e como encaram sua responsabilidade com os impactos destrutivos de suas próprias ações para as gerações futuras. E, ao invés de conceber a Terra, apenas como um recurso para a exploração pelos seres humanos, as religiões estão enfatizando que o mundo é criação de Deus e tudo o que nele vive são amados por Deus. “Os seres humanos são parte da criação e que têm a

---

<sup>89</sup> WCC. *A service outline for the Time for Creation*. (11/08/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/time-for-creation-prayer-service.html>> Acesso em 04 out. 2011. p. 8003.

<sup>90</sup> O teólogo Leonardo Boff afirma que “tudo possui sua interioridade. Por isso tudo é espiritual”. A pessoa humana vive grandes inquietações, buscas e preocupações com sua realidade e com a vida de seu semelhante que sofre. E essas inquietações, que são princípio de vida, de inteligência e de criatividade emergem do coração dos seres humanos porque já estão no universo. Nós já pertencemos a um sistema (nossa galáxia) que possui estes princípios, que tem a dimensão espiritual e somos seres espirituais. Se os seres humanos agredem a natureza e a sua própria espécie, é porque dentro da pessoa há estes anti-valores. “Existe uma ecologia interior bem como uma ecologia exterior que se condicionam, mutuamente”. A forma como está o mundo, hoje, com a tecnificação das relações, as coisas artificiais, etc, acaba criando uma “subjetividade coletiva” com ênfase no poder e na valorização das aparências, tornando mais precário o encontro, a comunicação das criaturas. Esta “subjetividade coletiva” é que precisa ser mudada. Daí que entra a importância de uma espiritualidade ecológica (cf. BOFF, 2004. p. 21-56).

<sup>91</sup> “Espírito, em seu sentido originário, donde vem a palavra espiritualidade, é a qualidade de todo ser que respira”. Todo o planeta Terra e o universo, como um todo, são portadores de espírito, porque deles provem a essência e o que mantém e preserva a vida. Espiritualidade é a atitude biocêntrica, o que promove e defende sempre a vida. Por isso, o oposto do espírito não é o corpo, mas o que mata o corpo. Nutrir a espiritualidade é estar aberto para a vida, é viver interiormente o que interliga a vida. A espiritualidade não parte do poder e da acumulação, mas da gratuidade e da relação inclusiva e de comunhão cósmica (cf. BOFF, 2005. p. 84-87).

responsabilidade de cuidar da terra com um amor que reflete o amor de Deus”.<sup>92</sup>

Para o CMI, a mudança climática é vista como uma questão profundamente ética e espiritual. Falar em mudanças climáticas e aquecimento global e seus fenômenos, para a fé cristã, significa dizer que as sociedades humanas estão causando um impacto destrutivo sobre o equilíbrio ecológico da criação de Deus. E as consequências desses impactos que já são sofridas hoje, ficarão para as futuras gerações e, desde já, as vítimas são os mais pobres, os mais indefesos. A mudança climática é, portanto, “uma questão de justiça internacional” e uma questão de justiça na relação de gerações. E, por isso, este assunto está relacionado com a fé, a espiritualidade e a ética, e não pode passar despercebida da oração, da vida de fé, das manifestações litúrgicas e da ação dos cristãos e cristãs em todo o mundo.

O Conselho Mundial de Igrejas cada vez mais está conseguindo trabalhar com as igrejas membro sobre as ligações entre a fé e as ações ambientais. “Com esse entendimento espiritual, as igrejas estão se mobilizando” e levando seus fiéis, no seio das sociedades, a agir pessoal e comunitariamente no cuidado do meio ambiente. Inseridas na vida cotidiana de seus membros, as igrejas podem ajudá-los a compreender a emergência da questão ambiental e procurar viver de forma mais modesta para não causar danos excessivos ao meio ambiente. Mas, as escolhas de estilos de vida pessoal, ecologicamente sustentáveis, “devem ser completadas por escolhas de políticas públicas e decisões de negócios corporativos” que primam pela sustentabilidade. Portanto, as igrejas que fazem parte do CMI têm um papel profético em seus países.<sup>93</sup>

O CMI tem afirmado que as igrejas estão unidas numa chamada para cuidar da Terra e seus povos. Para o CMI, a mudança climática não é apenas um problema econômico ou técnico, mas o seu núcleo é uma questão moral, espiritual e cultural. Portanto, não basta tomar decisões técnicas e práticas, mas comprometer, unir e orientar as pessoas de que todos devemos aprender a viver juntos e dentro dos limites do nosso planeta, compartilhando as responsabilidades.

Enquanto a mudança climática afeta a todas as pessoas e povos e todas as formas de vida, ela não afeta a todos igualmente, e sim de forma desproporcional. Por isso, o assunto requer uma orientação ética para a promoção da justiça e da paz climática. E, embora os

---

<sup>92</sup> Cf. WCC. *Climate justice - the role of religion in addressing climate change*. (2003). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/world-climate-change-conference.html>> Acesso em 02 out.2011. p. 2608.

estados possam e devam assumir seus compromissos, através de políticas de governo, mas sozinhos não conseguirão fazer a verdadeira mudança no coração e na mente, que é, realmente, o que vai transformar a comunidade humana e criar uma cultura global de responsabilidade ecológica. Esta é, portanto, também uma tarefa das igrejas, é um desafio da espiritualidade cristã e um compromisso pastoral e missionário do movimento ecumênico.<sup>94</sup>

Durante a 16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima<sup>95</sup> (COP-16), ocorrida entre 29 de novembro até 11 de dezembro de 2010, se levantou o questionamento sobre a presença das igrejas na conferência. Depois do fracasso da COP-15, em Copenhague, para chegar a um acordo justo, ambicioso e de comprometimento da comunidade internacional para tratar eficazmente a crise da mudança climática, muitas pessoas das igrejas e da sociedade civil em geral fazia esta pergunta: “por que deveríamos ir à COP-16? Para quê? Vale a pena ir?”. E com este questionamento se resgata a importância da presença das igrejas nestes espaços onde os líderes políticos e especialistas traçam rumos para as nações.

Desde o final da década de 80, as igrejas participam ativamente nas negociações das Nações Unidas sobre a mudança climática, cujo processo desencadeou na adoção da Convenção Quadro, que depois passou a ocorrer anualmente uma reunião das partes. E sempre com a presença de uma delegação de participantes do CMI. O foco da participação das igrejas é lembrar as autoridades em negociação que além dos aspectos técnicos da intervenção humana no ambiente, com suas adaptações e tecnologias, há sempre uma responsabilidade ética que não deve ser negligenciada. O CMI procura enfatizar que a crise da mudança climática é constituída de vários aspectos, como social, econômico, cultural, político e ecológico. Mas, todas estas dimensões da crise devem ser abordadas de forma holística e não fragmentada, pois, na natureza tudo está em interrelação. E, com base nos ensinamentos bíblicos e nas convicções teológicas, as igrejas reiteram, de modo especial, que a questão da mudança climática tem implicações éticas e espirituais. Infelizmente, no tumulto das negociações técnicas e políticas, envoltas de interesses econômicos, esses princípios muitas

---

<sup>93</sup> *Idem*

<sup>94</sup> Cf. WCC. *Religious Traditions Call To Climate Action*. (2009). Disponível em <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/religious-traditions-call-to-climate-action.html>> Acesso em: 04 out. 2011. p. 7179.

<sup>95</sup> Wikipédia. *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/UNFCCC>> Acesso em: 04 out. 2011

vezes são esquecidos ou até mesmo ignorados por causa de interesses.<sup>96</sup>

As igrejas têm a missão de falar em público, se manifestar para as sociedades e colocar sobre as ameaças que percebem contra a vida, preparando as pessoas para agirem solidariamente<sup>97</sup>. É preciso mostrar as contradições existentes no modelo de vida que a humanidade vem seguindo, quando está renunciando a verdadeira sabedoria, que dá sentido a criação, como consta em Provérbios 8:22-36. As sociedades precisam ver, com o auxílio das igrejas, que o desenvolvimento não é um movimento constante para cima. É preciso garantir a não degradação, ou seja, a integridade da obra de Deus. Pois, hoje percebemos que é inútil desenvolver as sociedades degradando e espoliando a vida humana e ambiental.<sup>98</sup>

## 2.4 Uma Boa Nova Para Toda a Criação

A criação de Deus, que hoje apresenta sinais de degradação, é um processo criacional contínuo, e também é receptora e portadora da Boa Nova, da justiça e da paz. Em uma cerimônia ecumênica pelo meio ambiente, em dezembro de 2009, em Londres, após o encerramento da Conferência de Copenhague, Dom Rowan Williams, primaz da Igreja Anglicana e arcebispo de Canterbury (Cantuária), na Inglaterra, falou que o mandato de Jesus aos discípulos, expresso em Marcos 16:15, é para que seja anunciada uma Boa Nova para toda criação e não limitadamente aos seres humanos.

A tarefa dos fiéis não é simplesmente ir e comunicar algumas poucas ideias a alguns seres humanos promissores. É transformar a face da terra. Devemos ser os portadores de boas novas para o mundo que Deus fez. Não para uma pequena parte dele, ou para alguma comunidade em detrimento de outras. Nem mesmo – parece – para a humanidade em detrimento de todo o resto do universo. Boas novas para toda a Criação.<sup>99</sup>

<sup>96</sup> Cf. WCC. *Why are the churches at the UN Conference on Climate Change in Cancun?*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/why-are-the-churches-at-the-un-conference-on-climate-change-in-cancun.html>> Acesso em 04 out. 2011. p. 8299.

<sup>97</sup> Para construir um novo tempo é preciso um novo paradigma civilizacional. Neste modelo de sociedade excludente não poderá haver uma reunião de ideias, projetos e sonhos para mudar a face da Terra. O atual modelo de sociedade é que está em crise e vencido. Na contramão do paradigma vigente, que é hegemônico, há um novo paradigma emergente que é de natureza diversa. É preciso apostar num novo paradigma, que para ser novo e universalmente aceito, não pode ser hegemônico, mas diverso. (cf. BOFF, 2004, p. 23-25).

<sup>98</sup> Cf. WCC. *Solidarity with Victims of Climate Change*. JPIC, (2002). Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity\\_with\\_victims\\_of\\_climate\\_change.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity_with_victims_of_climate_change.pdf)> Acesso em: 04 out. 2011. p. 27-28.

<sup>99</sup> WILLIAMS, Dom Rowan. *Uma Boa Nova para Toda a Criação*. Em: IHU On-Line (9/10/2010). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=37143](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=37143)> Acesso em: 05 out.

Vivemos hoje a “crise ecológica”, que é a crise do paradigma hegemônico da civilização ocidental, que põe em risco o futuro do planeta e da humanidade, mas, este momento crítico pode ser atravessado com a esperança cristã e não com o medo das catástrofes. É momento de anunciar boas novas para o mundo e toda a criação. A Terra e os pobres são profetas que gritam a dor e o sufoco da degradação e exploração, mas também revelam possibilidades. A natureza, sábia e fecunda, se apresenta numa dinâmica incrível de regeneração. Os pobres, marginalizados pelo desenvolvimento e povos tradicionais inspiram sustentabilidade e sabedoria, vivendo com o mínimo, superando a degradação. Vivemos um anseio universal em favor da vida, que se expressa nos clamores da natureza e do ser humano. “Pois, sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente” (Rm 8:22). Mais do que nunca, este é o momento propício do anúncio de boas novas a toda a criação. E isto se faz através de atitudes de cuidado, buscando formas em que as comunidades humanas vivam numa relação sustentável com a natureza e em paz com todas as formas de vida da criação. “Nossos olhos foram abertos para os imperativos bíblicos”, que nos instigam a “viver um relacionamento justo com toda a vida”.<sup>100</sup>

A Bíblia começa com o relato da criação, um tema básico que atravessa toda a Sagrada Escritura e está relacionado com a história da salvação e é celebrada em muitos Salmos. “A criação é também um pressuposto básico no Novo Testamento, que termina com uma visão de uma nova criação. Criação, no entanto, é também um tema básico em muitas outras tradições religiosas”.<sup>101</sup> Talvez por equívocos nas interpretação do que a Bíblia revela sobre a criação de Deus, o cristianismo ao longo da sua história, através das instituições assumidas como cristãs, foi responsável por aflorar uma espécie de instinto de domínio no ser humano.

A criação geralmente foi tratada como matéria-prima para satisfazer as necessidades e ambições do ser humano. De um modo geral, o ser humano foi mais um ladrão, mercenário e assaltante da criação do que o Bom Pastor que cuida e apascenta as ovelhas, como Jesus fala no Evangelho (João 10: 11-13). Para ser o Bom Pastor ecológico, o ser humano deveria conhecer a natureza e conviver de tal forma que sua presença pudesse ser um sinal de vida e

---

2011.

<sup>100</sup> CMI. *Mensagem por ocasião do “Dia da Terra”* (22/04/1999). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comisiones-del-cmi/asuntos-internacionales/environmental-justice/message-on-the-occasion-of-earth-day.html?print=1%253Fprint%253D1print%3D1%253Fprint%253D1>> Acesso em: 07 out. 2011. p. 3863.

<sup>101</sup> WCC. *Introduction to the study guide My Neighbour's Faith and Mine*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/interreligious-dialogue-and-cooperation/christian-identity-in-pluralistic-societies/study-guide-my-neighbours-faith-and-mine/study-ii-creation.html>>

esperança para a criação. Ainda usando a imagem do Bom Pastor, há lugares e situações, onde a criação padece mais e merece prioridade em cuidados, como a ovelha perdida que se torna prioridade perante a maioria. Por isso, o CMI, além de exigir o empenho das autoridades políticas, para que sejam como bons pastores, também faz “um apelo à ação em solidariedade para com os mais afetados pela mudança climática”<sup>102</sup>

Hoje é preciso que os cristãos se perguntem sobre o que é realmente uma boa nova para a Criação? Sabemos que ultimamente a espécie humana, no seu conjunto, não foi uma boa notícia para os outros seres e formas de vida. “Assim como uma grande parte da nossa própria civilização não foi particularmente uma boa nova para o resto da humanidade”, Dom Rowan Williams, na homilia já citada, diz que espera e confia que “cada vez mais estejamos começando a perceber como viramos as nossas costas a esse mandamento do Senhor Ressuscitado”, de que sejam espalhadas as boas novas para toda a criação. Mas, infelizmente, o que se ouve mais frequentemente é sobre como as mudanças climáticas estão afetando a vida de comunidades vulneráveis ao redor da Terra. Não faltam péssimas notícias sobre o nosso fracasso e a forma ineficaz e ineficiente do nosso cuidado da saúde e do bem-estar da criação. Ou seja, temos “fracassado em partilhar boas novas com a própria criação”. Mas, dependemos da saúde do mundo, porque a saúde da criação é a nossa própria saúde.<sup>103</sup>

Saberemos anunciar boas novas para a criação, quando nos libertarmos da nossa prepotência, dos mitos de que a espécie humana é absolutamente superior e está no comando da criação. Curados do pecado e do medo, os seres humanos começarão “a ver que o propósito de Deus para toda a Criação é a glória para tudo o que foi criado”.<sup>104</sup>

Seremos portadores de boas novas para toda a criação, na medida em que nos libertarmos da nossa prepotência. Inclusive, no que parece uma boa intenção ecológica, percebemos o sentimento de superioridade do ser humano, quando se usa a expressão “salvar a Terra”. Na verdade, tudo o que podemos e devemos fazer é colaborar e permitir que a natureza desenvolva seu dom de regeneração. Dizer que nós humanos vamos “salvar o planeta” é, simplesmente, decretar a incapacidade da vida, como se o importante fosse apenas

---

Acesso em: 07 out. 2011. p. 6290.

<sup>102</sup> WCC. *A call to action in solidarity with those most affected by climate change*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comisiones-del-cmi/asuntos-internacionales/environmental-justice/a-call-to-action-in-solidarity-with-those-most-affected-by-climate-change.html?print=1%253Fprint%253D1print%3D1%253Fprint%253D1>> Acessado em 7 out. 2011. p. 3864.

<sup>103</sup> WILLIAMS. *Op. Cit.*

<sup>104</sup> *Idem.*

o ser humano avançar nas suas técnicas de domínio da natureza. Por certo, nossa missão é reconhecer a dignidade da Terra e de todas as formas de vida que nela existem. Leonardo Boff se refere ao reconhecimento da dignidade da Terra a partir do resgate do sagrado.<sup>105</sup>

Reconhecer a dignidade da Terra, a partir do resgate da dimensão do sagrado, é anunciar a boa nova da justiça climática. Pois, como já salientamos acima, para as igrejas do CMI, “a mudança climática é vista como uma questão profundamente ética e espiritual”. E o empenho das igrejas é com a justiça climática, um assunto a ser abordado no terceiro capítulo, na dimensão do agir, mas que requer aqui ser brevemente conceituado. Proclamar boas novas para toda a criação é declarar substancialmente sua dignidade e reconhecer sua sacralidade, promovendo a justiça climática, comprometendo a todos os responsáveis pela degradação ecológica e pela desigualdade social e econômica que assolam a face da Terra. Mudança climática tem implicações de justiça porque o desenvolvimento dos ricos causa mais pobreza, miséria e exclusão aos pobres. Justiça climática significa responsabilizar por ações, pelas promessas, pelo abuso de poder e pela concentração das riquezas. A justiça, por sua vez, exige verdade. E as igrejas precisam ajudar as pessoas, em todo o mundo, a ter consciência, clareza e compreensão da verdade sobre a mudança climática.<sup>106</sup>

Anunciar boas novas a toda a criação requer uma visão ecológica, holística da vida. Neste sentido, o CMI, através do documento “Declaração da Guatemala”<sup>107</sup>, reconhece que a cosmovisão dos povos indígenas é integral e holística, que engloba o todo e por isso as dimensões do social, político, econômico e religioso estão intimamente ligadas. Os povos indígenas acreditam que o ser humano não é o centro, mas toda a criação, da qual a humanidade é apenas uma parte. E tudo o que compõe a criação é importante e busca constantemente a harmonia e o equilíbrio. Mas o cristianismo que chegou a este continente,

---

<sup>105</sup> “Uma dimensão *sine qua non* para inaugurar uma nova aliança com a Terra reside no resgate da dimensão do sagrado. Sem o sagrado, a afirmação da dignidade da Terra e do limite a ser imposto ao nosso desejo de exploração de suas potencialidades permanece uma retórica sem efeito” (BOFF, 2004. p. 160). Toda a agressão ao planeta e a falta de encantamento com a natureza, é resultado da ausência do sagrado. O universo deixou de ser um templo sagrado, foi profanado e a Terra é apenas um depósito de recursos que estão à disposição dos saques por parte de uma parcela dominadora de seres humanos. O tremendo fascínio pela obra da criação de Deus virou um tremendo domínio por parte da raça humana. Hoje, mais do que conhecer o cosmo, é preciso ter comção (cf. BOFF, 2004. p. 160-163).

<sup>106</sup> Cf. WCC. *Climate justice - the role of religion in addressing climate change*. por David G. Hallman, Conselho Mundial de Igrejas, Genebra, 2003. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/world-climate-change-conference.html>> Acesso em 08 out.2011. p. 2608.

<sup>107</sup> O CMI, juntamente com o CLAI (Conselho Latino Americano de Igrejas) realizou em 2008 mais uma consulta entre igrejas no processo AGAPE (Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra), sobre os vínculos entre pobreza, riqueza e ecologia: perspectivas ecumênicas para a América Latina e Caribe, considerando a experiência dos povos indígenas. O resultado desta consulta se dividiu em três linhas: 1) a Cosmovisão indígena; 2) o Cristianismo e as estruturas de igreja e 3) o modelo econômico, político e social.

trouxe seus valores e princípios refletidos na lógica ocidental, que separa o religioso e o espiritual dos temas sociais, econômicos e políticos, criando uma dicotomia e um constante confronto com a cosmovisão abrangente e holística dos povos indígenas. Na Declaração da Guatemala, o CMI e CLAI manifestam admiração pelos povos indígenas e recomendam que se volte o olhar para eles e que as igrejas os tenham como exemplo<sup>108</sup>. Entre os indígenas não existe pobreza e riqueza, mas as desigualdades impostas produzem desequilíbrios na criação e afetam sua capacidade de bem viver. Sua cosmovisão de vida em plenitude (João 10:10), o bem viver significa vida digna entre as pessoas e com relação a toda natureza.<sup>109</sup>

Alguns textos bíblicos que foram iluminadores na Declaração da Guatemala orientam para o anúncio de boas novas a toda criação. Em Mateus 22:39, o mandamento do amor ao próximo convida para atitudes de amor que contemple toda a criação. Da mesma forma a história do Bom Samaritano em Lucas 10: 25-37, que ensina sobre a solidariedade entre todos os povos. O Evangelho segundo Mateus 14:13-21 mostra que a partilha é uma forma de fortalecer as relações entre toda humanidade. A Carta de Paulo aos Romanos 12:5 fala da intrínseca unidade na criação, pois, “somos muitos e formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros”. Esta passagem nos mostra a natural relação de interdependência na criação. E quando as relações de interdependência se dão com justiça, acontece a harmonia de vida. Lucas 04:18 fala da boa notícia aos pobres, a cura e a libertação que é para todos os pobres da criação. E Lucas 19:08 mostra que o testemunho de acolher a salvação se dá na promoção da justiça. É preciso devolver a riqueza que foi arrancada dos pobres para enriquecer alguns poucos. A dignidade roubada da criação deve ser restituída. O mundo seria melhor, se hoje existissem mais pessoas como Zaqueu, capazes de compreender a mensagem de Jesus e que soubessem devolver aos pobres e a natureza tudo o que retiraram para enriquecerem. Os ricos deveriam saber de onde vem suas riquezas e delas sentir vergonha, por saber que representam a degradação da natureza e a miséria e violência sofrida por muitas

---

<sup>108</sup> Leonardo Boff afirma que os povos originários “são portadores de um significado importante para a crise ecológica e para animar alternativas ao tipo de relação que nós estabelecemos com a natureza”. Eles podem nos mostrar que não precisamos passar pelo processo de dominação da Terra e que podemos ser profundamente humanos, mantendo o sentido do universo. “Em todas as partes da Terra existem ainda povos originários que vivem a dimensão do sagrado e da re-ligação com todas as coisas”. (BOFF, 2004. p. 170).

<sup>109</sup> Cf. CMI. *Consulta AGAPE: Vinculos entre pobreza, riqueza y ecología: Perspectivas ecuménicas de América Latina y el Caribe - Declaracion de Guatemala*. Conselho Mundial de Igrejas e Conselho Latino Americano de Igrejas. Guatemala, 6 a 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/public-witness-addressing-power-affirming-peace/poverty-wealth-and-ecology/neoliberal-paradigm/08-10-07-consulta-agape-declaracion-de-los-pueblos-indigenas.html>> Acesso em: 08 out. 2011. p. 6374.

peessoas e povos ao redor da Terra.<sup>110</sup>

Anunciar boas novas para toda a criação significa fazer a opção pelos pobres, se solidarizar com as vítimas da crise ambiental. É através da opção pelos pobres que as igrejas denunciam as injustiças e fazem os ricos compreenderem sua situação de pecado contra a vida. A ecologia cristã deve mostrar de onde vem a degradação do ambiente natural e como ela está associada à violência e ao desrespeito para com a dignidade humana. Assim como tem a ecologia do encantamento, da admiração, também tem a dimensão do cuidado, da solidariedade e compaixão ecológica.<sup>111</sup>

Em Gênesis 1:28, Deus deu ao ser humano o dever de cuidar da Terra e tudo o que nela existe. Mal interpretado, o termo “dominar”, serviu para alimentar a soberba humana, quando na verdade este termo bíblico tem a conotação de tutela, custódia, onde o ser humano deveria ser mais um jardineiro, um mordomo, do que um dominador do planeta. Em Lucas 16:1, Jesus fala do mordomo denunciado por não saber administrar os bens da casa. Deus criou a Terra com recursos mais que suficiente para sustentar as gerações e todas as formas de vida. Mas a humanidade em seu trabalho de mordomo, não está sendo digna de confiança e precisa tomar atitudes, como fez o administrador na história que Jesus contou no texto citado.<sup>112</sup>

A criação é merecedora da mordomia da humanidade e não do seu ataque voraz que consome desenfreadamente os dons da natureza. Precisamos repensar nossa vocação primeira, que não é a de predadores, pois, de acordo com nossa aliança com o criador, somos chamados a agir tal qual mordomos da Terra, disponíveis a cuidar e zelar por toda a criação.

A criação é a convicção de fé de que tudo o que existe foi feito por Deus, que Ele é o Criador, mas, ao mesmo tempo, a partir de uma perspectiva cristã trinitária, junto ao Pai que cria, ao Filho que redime a criação e ao Espírito Santo que a sustenta e vivifica. (...). A criação que geme (Romanos 8:22) e anseia pela libertação. Uma libertação escatológica, que não deve ser localizada no além da história, mas que é, senão, o “já, porém ainda não” em

---

<sup>110</sup> *Idem*

<sup>111</sup> Leonardo Boff afirma que “a ética da compaixão universal, associada com a da responsabilidade” conduz para “a solidariedade e a veneração entre todos os seres e não as vantagens humanas”. Vive a ética da compaixão o que promove o equilíbrio entre todos os seres e, dentre os seres vivos, os mais fracos (BOFF, 2004. p. 186-288). Não são apenas algumas espécies ameaçadas de extinção ou ecossistemas sendo degradados. O que está ocorrendo é a doença da própria Terra como um todo. Assim como os movimentos sociais fazem críticas ao modelo de sociedade excludente, a ecologia também passou a ser uma vigorosa crítica social. E hoje a opção pelos pobres e a opção ecológica estão em consonância. Como citamos no 2.3, vale a penas ressaltar que as pessoas oprimidas e marginalizadas fazem parte da natureza, onde tudo está interligado, e a situação em que vivem os pobres demonstra a agressão ecológica, sofrida pela Terra. Por isso, hoje a Teologia da Libertação se ocupa com a questão ecológica. (cf. BOFF, 2004. p. 150).

<sup>112</sup> Cf. CMI. *Nota sobre el calentamiento terrestre y el cambio climático*. “¡Sed guardianes de la creación de Dios!” (20/02/2008). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/resources/documents/central-committee/geneva-2008/reports-and-documents/public-issues/minute-on-global-warming-and-climate-change.html>> Acesso em 10 out. 2011. p. 5610.

plenitude, como um dos mistérios com os quais a teologia lida.<sup>113</sup>

Seremos anunciadores de boas novas para toda a criação, também, se soubermos auscultar os gritos da vida, que hoje está clamorosa por causa das ações humanas. Primeiro a criação é comunicação de Deus pela sua beleza, pelos seus dons e generosidade. E agora a natureza é profecia, porque reclama para toda a humanidade que o Criador está sendo ofendido na sua criação degradada pelas ações humanas. Por isso, nossa vocação é anunciar boas novas para toda a criação, preservando-a das ameaças e lendo seus sinais.

## 2.5 Ouvir a Profecia da Terra e dos Pobres

A ecologia nos ensina que a vida na Terra é mais que a ligação ou a soma de seres ou formas. A Terra é plenamente biodiversidade que se preserva e evolui numa complexa interação, que expressa o maravilhoso e extraordinário milagre das mãos de Deus. A Bíblia, em Gênesis 1:1-2:4, relata a criação do mundo em sete dias, expressando de forma simbólica o tempo da perfeição, que representa os bilhões e bilhões de anos, anunciados pela ciência, em que a vida na Terra foi se aperfeiçoando, ganhando forma, se ordenando, criando melhores condições de se manter e evoluir. O calor de Deus fez a vida evoluir gradativamente, até chegar o momento oportuno e seguro para surgir o ser humano, a espécie que ganhou uma missão especial para habitar e ser parte da Terra que Deus criou. Em Gênesis 2:4b-25, Deus Criador deu ao ser humano a missão de ser o jardineiro de um belo jardim chamado planeta Terra. Mas, ao longo dos séculos, o ser humano foi se esquecendo de ser jardineiro e pretendeu ser o dono do jardim e, com seu egoísmo e prepotência, espoliou a vida generosa, bela e salutar que Deus criou por amor.

Agora, ouvimos os clamores da vida. Parafraseando Lucas 19:40, onde diz “se eles se calarem, as pedras gritarão”, podemos dizer que, onde impedimos a vida de brotar e florir, onde calamos, silenciemos e amordaçamos a vida, agora estão brotando e desabrochando clamores de denúncia. Onde impedimos a vida de florir e sorrir, agora a natureza clama através de catástrofes e desequilíbrios que são sinais visíveis da perversidade do ser humano, que se esqueceu de ser o jardineiro da Terra. As mudanças climáticas são consequências de

---

<sup>113</sup> KERBER, Guillermo. “Opção ecológica”: reconhecer o grito de toda a Criação junto ao grito dos pobres (entrevista). Em: *Um Tempo para a Criação*. IHU On-Line número 346, de 04/10/2010. Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160)> Acesso em 05 out.

“uma mentalidade humana que considera a natureza como um objeto a ser dominada, explorada e manipulada”. E hoje a Mãe Terra, que nutre todas as formas de vida, está clamando e “seu grito está chegando aos ouvidos de todas as pessoas de boa vontade”.<sup>114</sup>

Nos tempos atuais até se ouve dizer que está reduzido o número de profetas, mas, temos uma grande profetiza, que é nossa mãe e irmã Terra. E com ela ecoa a profecia dos pobres<sup>115</sup> que mais sofrem as consequências dos desequilíbrios socioambientais. A Terra é a profetiza que grita no deserto das mentes e corações humanos, mas o seu clamor ecoa cada vez mais como esperança de vida.

O tempo presente traz marcas de degradação ambiental e espoliação da dignidade humana. Estão bem visíveis os sinais das mudanças climáticas e todas as suas trágicas consequências para a vida humana e de toda a biodiversidade. Os desastres ambientais nos alertam que a vida não está normal e precisamos ter coragem de mudar e tomar atitudes de sustentabilidade para “nos salvarmos com o planeta”. E, com esta preocupação, o CMI, na preparação para o Natal de 2009, durante o tempo litúrgico do Advento, realizou a campanha “Tempo para ouvir o barulho da criação”, e preparou uma liturgia com 350 toques de tambores, num rito que contemplava os sete dias da criação. O tempo de esperar o nascimento de Cristo é um tempo de escutar os clamores da vida e é a “hora de agir pela justiça climática”.<sup>116</sup>

Aceitar que a profetiza do momento é a Terra, significa auscultar a natureza e as pessoas marginalizadas, que já são vítimas da crise ambiental. É preciso perceber os sinais de degradação que as diversas formas de vida apresentam como fenômenos praticados pelas mãos humanas. A voz profética do planeta reverbera nas situações em que vivem seus habitantes mais pobres e seu manifesto vem ganhando sonoridade e ecoando através de

---

2011.

<sup>114</sup> Cf. CMI. "Escuchar el clamor de la Madre Tierra". Hacia una nueva espiritualidad de convivencia respetuosa (22/04/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/declaracion-ecumenica-para-la-conferencia-mundial-de-los-pueblos-sobre-el-cambio-climatico.html>> Acesso em 04 out. 2011. p. 7823.

<sup>115</sup> Leonardo Boff, afirma que “o pobre e o excluído são membros da natureza e sua situação representa objetivamente uma agressão ecológica” (Boff, 2004. p. 150). “O ser mais ameaçado da criação não são as baleias, mas os pobres, condenados a morrer prematuramente”. Nos defrontamos cotidianamente com o grito do oprimido e do excluído e a Terra também grita sendo agredida pela “máquina depredadora e mortífera de nosso modelo de sociedade e desenvolvimento”. Por isso, a libertação integral consiste em atender a este dois gritos de forma articulada, pois eles são produzidos pela mesma causa-raiz (cf. Boff, 2004. p. 156-157).

<sup>116</sup> WCC. *A service outline for the Time for Creation: Time to listen to the drumbeat of creation; Time to act for climate justice; Time to listen, to wait and to hope for the birth of Christ* (11/08/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/time-for-creation-prayer-service.html>> Acesso em 04 out. 2011. p. 8003.

inúmeros conclames e ações de pessoas que sofrem as consequências deste modelo de desenvolvimento opressivo e degradante. Quando vemos um catador de lixo, por exemplo, estamos diante de um profeta que junto com a Terra está profetizando, denunciando o sistema insustentável e nos chamando à conversão. Os sinais da crise ecológica são clamores proféticos de denúncia, que brotam da Terra e se convertem em esperança de vida, “porque sabemos que toda a criação geme em dores de parto” (Rm 8:22). Aos poucos, a humanidade se desperta para a ecologia, para o cuidado da natureza, das pessoas e de todas as formas de vida que sofrem. E as igrejas e religiões têm um papel fundamental neste momento, quando tem a consciência de que é preciso reivindicar a urgência da compaixão e solidariedade com as vítimas das mudanças climáticas.<sup>117</sup>

A Bíblia revela que nem sempre os profetas eram bem recebidos por causa daquilo que anunciavam, exigindo muitas vezes uma conversão difícil. Hoje, acreditar na profetiza Terra e se deixar comover com sua verdade, significa uma profunda conversão, uma mudança radical no modo de vida. A Terra vem nos revelando as consequências das nossas atitudes ao longo dos anos e nos diz que agora é tempo de conversão. Por sua natureza e dinâmica de vida, a Terra nos mostra o quanto nossa civilização se desviou do caminho da sustentabilidade e quanto mal causou ao Planeta. Mas também nos dá esperança e nos orienta para uma travessia ecológica que já está em curso, pois “o mar já vem se abrindo”. Sentimos esperança nas manifestações vitais da natureza que cotidianamente manifesta o milagre da vida e nas pessoas que se organizam e lutam pela terra, por trabalho e dignidade, com a preocupação de preservar o meio ambiente. A Terra nos dá a esperança que pressupõe a coragem de mudar para um outro modo de vida, que é a sustentabilidade. E não podemos deixar de ouvir o grito da Terra, porque nós não estamos separados dela. Somos filhos e filhas da Terra.<sup>118</sup>

Para a Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul, nas palavras de seu fundador, Irmão Antônio Cechin, os catadores de matérias reciclados são verdadeiros profetas. Eles andam pelas ruas da cidade com seus carrinhos recolhendo as sobras, e assim denunciam o

---

<sup>117</sup> Cf. WCC. *Solidarity with Victims of Climate Change* (janeiro, 2002). Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity\\_with\\_victims\\_of\\_climate\\_change.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity_with_victims_of_climate_change.pdf)> Acesso em 04 out. 2011. p. 13-14.

<sup>118</sup> Leonardo Boff, no livro *Saber Cuidar*, afirma que “temos elementos-Terra no corpo, no sangue, no coração, na mente, no espírito. Dessa constatação resulta a consciência de profunda unidade”. E quando nos distanciamos da Terra, para olhar e poder compreendê-la melhor, ainda estamos ligados e sempre estaremos ligados pelo cordão umbilical. Corremos o risco de nos sentirmos separados da Terra e achar que podemos dominá-la e simplesmente dispor de seus recursos indiscriminadamente. “Sentir que somos Terra nos faz ter os pés no chão”. Sentir a Terra é sentir tudo o que dela também faz parte e é ouvir seu grito e o clamor de seus filhos e filhas que padecem. “Sentir-se Terra é perceber-se dentro de uma complexa comunidade com seus outros filhos e filhas” (cf. BOFF, 1999. p. 75-77).

consumismo desenfreado, que resulta em toneladas de lixo. Os catadores também anunciam a possibilidade de viver com o pouco, demonstram que aquilo que foi rejeitado, ainda tem valor para a vida humana. Pessoas que vivem do lixo, e assim denunciam a exclusão, também anunciam um novo modelo de organização econômica, que é o cooperativismo. “Eles são os grandes heróis nacionais do meio ambiente, uns autênticos profetas da ecologia, fazendo sua pregação concreta em ruas e praças de nossas cidades”. Catadores, carrinheiros, papaleiros ou carroceiros, como são conhecidos, enfim, pessoas que sobrevivem do lixo, são na verdade os profetas do nosso tempo. “Concomitantemente a sua denúncia, o carrinheiro anuncia uma Boa Notícia: ‘Fazei o que eu faço!’, como amigo, venho ao encontro de vocês, em busca dos rejeitos, porque sou um apaixonado pela vida, em harmonia com o meio ambiente”.<sup>119</sup>

A Pastoral da Ecologia trabalha nesta perspectiva de que os pobres são os profetas que fazem reverberar o grito da mãe e irmã Terra, que quer preservar a vida, inclusive a nossa espécie. E, por isso, nos conchama para ações de cuidado e respeito, e por um comportamento mutuamente ético, justo e solidário, que testemunha nossa aliança com o Criador.

E assim, conclui-se este segundo capítulo, com a convicção de que Deus, criador e defensor da vida, criou sua obra por amor e para a plenitude. Não pode, portanto, prevalecer a força da ganância e do ódio, e sim, prosperar a esperança, a convivência harmônica e a integridade da criação. O princípio de domínio do ser humano sob a natureza, baseado em equivocadas interpretações bíblicas, é agora substituído por uma releitura dos textos sagrados, em busca de um autêntico sentido para a vida humana. E esta releitura resgata o princípio do cuidado e da justiça nas relações do ser humano com a toda a criação. A Bíblia revela que temos uma aliança com o Deus da Criação, e somos vocacionados ao testemunho da fé através da solidariedade com as vítimas das injustiças e a promoção da justiça social e climática, anunciando uma Boa Nova a toda criação. As Sagradas Escrituras nos sensibilizam a auscultar os conchames da Terra e dos pobres que sofrem as injustas alterações climáticas. E também somos desafiados a preservar e defender a biodiversidade do Planeta, os recursos naturais como dons de Deus e direito de todos.

---

<sup>119</sup> CECHIN, Antônio. *Empoderamento Popular: uma pedagogia de libertação*. Porto Alegre: ESTEF, 2010. p. 191-200.

### **3 TEMOS UMA ALIANÇA COM O CRIADOR**

A crise ambiental que, não apenas constatamos, mas que sentimos em nosso cotidiano, e com a qual estamos envolvidos, nos remete ao questionamento prático e objetivo sobre suas causas. Mas também nos provoca a refletir mais profundamente, de modo especial, porque existem evidências de que a nossa espécie é a grande responsável pela atual situação da Terra. E, uma vez que somos causadores da degradação do planeta, sabendo que nossa trajetória também foi conduzida por preceitos bíblicos, precisamos buscar uma releitura da Bíblia para abrir os horizontes e perspectivas de um novo agir, que seja ecologicamente sustentável. Esta releitura bíblica nos leva a buscar a compreensão do sentido original da criação e sua destinação sagrada. E temos uma iluminação bíblica que revela o sonho e o desejo do Criador, que tudo criou por amor, assim como também gerou o ser humano numa aliança de justiça, amor e paz, que repercutirá na plenitude de sua obra criacional. Ou seja, a crise nos leva a refletir desde a origem da vida e esta reflexão esclarece que temos uma aliança com o criador. Um pacto que refaz nosso ser e nosso agir, que passam a ser pautados pela justiça, pela paz, pela ética e pelo cuidado ecológico.

E é sobre a aliança com o criador, que vamos abordar neste terceiro e último capítulo, seguindo a lógica do método Ver-Julgar-Agir, que, como já salientamos no início, não se trata de três momentos distintos, mas conectados a partir das realidades de onde emergem clamores que encontram respostas de fé. E iniciamos dissertando, neste capítulo, sobre a ótica do agir cristão, que é uma visão holística e ecumênica, com centralidade na vida. A base deste item inicial é o documento ÁGAPE, do CMI. Seguimos abordando o tema da solidariedade com as vítimas das alterações no clima, a justiça climática e os direitos humanos. A seguir trabalhamos a campanha “Tempo para a Criação” como um chamado para a mudança. E, em fase de conclusão, refletimos sobre o movimento ecológico ecumênico, incluindo a experiência da Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul.

Sendo este o capítulo do agir, vale ressaltar que o mesmo não é estritamente prático e sim portador de respostas para a ação e de algumas diretrizes para o agir cristão frente aos desafios das mudanças climáticas na perspectiva de que, pela fé cristã, temos uma aliança com o Criador.

### 3.1 *Oikoumene*, Uma Visão Afirmadora da Vida

Através do documento AGAPE<sup>120</sup>, o CMI denuncia a globalização econômica, o modelo global de economia de mercado que escraviza e explora as pessoas e degrada o meio ambiente em busca do lucro que se concentra nas mãos de poucos. A pobreza e a miséria humana e a degradação do ambiente se espalha por toda a Terra, mas a riqueza é concentrada. Contra este tipo de globalização, AGAPE propõe que as igrejas possam ir além do que parece difícil e afirmar um outro mundo possível através de ações transformadoras e alternativas vivas. É preciso reafirmar as inúmeras existentes e criar novas alternativas que, “em meio à morte e destruição”, sejam “uma afirmação maciça da vida”. As igrejas têm o dever de animar, fortalecer e praticar alternativas já existentes, de modo especial as que “provêm dos pobres, das mulheres, dos Povos Indígenas e de outros povos excluídos”.

A transformação nos compele como igrejas a ir além daquilo que é difícil, porém concebível, para imaginar, descobrir, abraçar e encarnar aquilo que é verdadeiramente libertador, para então fazer com que o libertador se torne possível. Rompendo com o paradigma propagador da morte, que é a globalização neoliberal, defendemos uma visão afirmadora da vida, que é a da “*oikoumene*” – uma comunidade da Terra onde todos os povos vivem em relações justas entre si, com toda a Criação e com Deus.<sup>121</sup>

E o caminho seguro para a mudança começa pelas realidades e verdades vivenciadas pelas pessoas, onde contêm sementes de transformação. Não se podem apresentar (ditar) soluções padronizadas e engessadas, mas é preciso considerar as capacidades que emergem em todas as partes do mundo. Na comunidade da Terra, a *oikoumene*, existem diversas ações afirmadoras da vida. Talvez pequenas, mas que, na unidade, são transformadoras, porque rompem com o paradigma da morte. As igrejas podem e devem buscar a cooperação de outros segmentos das sociedades onde estão inseridas. No passado, o cristianismo cometeu equívoco, sendo cúmplice no sofrimento de muitos povos, como indígenas, africanos, pescadores e etc. Mas, agora, as igrejas podem protagonizar um outro movimento, que é o da solidariedade com as vítimas da globalização econômica que vem causando sérios danos contra a vida na Terra. Este é o momento de dar testemunho com ações transformadoras e alternativas vivas.

---

<sup>120</sup> Já citado nos capítulos anteriores, AGAPE (Alternative Globalization Addressing Peoples and Earth) ou “Alternativa de Globalização Abordando o Planeta e a Ecumene”, traz uma proposta de “Globalização Alternativa para os Povos e para a Terra”. Agora novamente utilizamos este documento do Conselho Mundial de Igrejas no momento do Agir, dissertando sobre as propostas do CMI para uma outra globalização, com uma visão afirmadora da vida, que é a da “*oikoumene*”.

<sup>121</sup> CMI. *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)>

Além da cooperação e solidariedade com povos tradicionais, que são as vítimas mais imediatas e indefesas das catástrofes ambientais e sociais no mundo de hoje, as igrejas precisam apoiar as lutas dos “movimentos sociais que emergem por toda a parte e indicam o aumento da conscientização das pessoas nas bases”. Pois, esses movimentos com suas lutas legítimas, geralmente são tratados com criminalização pelas próprias estruturas de estado democrático, que deveriam estar atendendo suas reivindicações e protegendo seu direito de existir como salvaguarda da democracia.

Para o CMI, “a mudança do clima é uma questão de justiça”, pois, a exploração das riquezas naturais se dá com “forte ênfase sobre o crescimento econômico acelerado, que beneficia desproporcionalmente aqueles que já estão ricos, solapando a vida como a conhecemos no planeta Terra”. E esta realidade, que precisamos mudar, é considerada pelo líder espiritual da Comunhão Ortodoxa Oriental, patriarca ecumênico Bartolomeu I, um “pecado que atenta profundamente contra a benevolência de Deus, o perseverante amor de Deus pela vida, pelos seres humanos e por toda a Criação”. E as diversas expressões catastróficas da mudança do clima “nos alertam que estamos todos no mesmo barco” e que “somos chamados a viver em relações justas e sustentáveis uns com os outros, para o bem de todos, incluindo a vida futura sobre o planeta Terra”.<sup>122</sup>

O título do documento AGAPE, como já esclarecemos, é uma sigla, mas a escolha deste termo também se deve pelo seu significado. “*Ágape*”, do grego, quer dizer amor. E diante deste modelo atual de globalização, imposto pelo mercado, o CMI, através das reflexões expressas no documento AGAPE, afirma que as “comunidades transformadoras são transformadas pela graça amorosa de Deus. Elas praticam uma economia de solidariedade e compartilhamento”. E que, por isso, as igrejas e os crentes estão sendo chamados “a encarar a realidade do mundo desde a perspectiva das pessoas, particularmente das pessoas oprimidas e excluídas”. As igrejas cristãs devem ser “comunidades não-conformistas e transformadoras”.

As igrejas, transformadas pela graça de Deus, precisam aceitar e assumir sua vocação de desafiar o pensamento atual e “confrontar a falsa espiritualidade da conformidade” e, através do testemunho, “encorajar fiéis cristãos e comunidades de fé a abraçar uma espiritualidade de vida e transformação enraizada na graça amorosa de Deus”. As igrejas neste momento são chamadas a “criar espaços para a transformação” e atuar no mundo como agentes de

---

Acesso em: 11 jul. 2011. p. 21.

<sup>122</sup> *Idem.* p. 21-23.

transformação. Estão sendo chamadas a caminhar com o povo que sofre e com a criação degradada, que geme. Os cristãos de hoje precisam viver a solidariedade com aqueles e aquelas que estão construindo comunidades alternativas de vida e enfrentando corajosamente e numa luta desigual a globalização neoliberal.

“O lugar das igrejas é onde Deus está atuando, Cristo está sofrendo e o Espírito está cuidando da vida e resistindo aos principados e poderes destrutivos. As igrejas que se mantiverem distantes desse lugar concreto do Deus Triúno não podem afirmar que são igrejas fiéis. No contexto da globalização neoliberal, as igrejas são chamadas a assumir um compromisso explícito e público em palavras de fé e atos”.<sup>123</sup>

E assim, as igrejas podem expressar sua fidelidade, cientes de assumir um discipulado de alto ônus e “preparadas para se tornarem mártires ao seguir a Jesus”. Mas, sem falhar em dar aos pobres as respostas do evangelho, professando sua fé dizendo um sonoro “não” aos poderes que degradam a vida. Resistindo aos poderes da injustiça e da destruição, se solidarizando e “compartilhando o sofrimento e a dor das pessoas e da Terra na companhia do Espírito, que está gemendo com toda a Criação” (Romanos 8:22-23), as igrejas testemunham sua fé “participando na comunhão (*koinonia*) do Deus Triúno pela plenitude da vida”.<sup>124</sup>

Para superar a globalização neoliberal, que, em busca de lucros, oprime as pessoas e degrada o ambiente natural, ÁGAPE propõe a “economia da vida”, que é “uma economia baseada na cooperação, reciprocidade e solidariedade”, onde o amor a Deus e ao próximo, se expressa na vida das sociedades, nas relações das pessoas e com a natureza. Isto é, uma “economia da vida” que:

Supera divisões sociais; reúne pessoas e recursos para o bem de cada pessoa e cada comunidade na sociedade; exige solidariedade com responsabilidade, reconhecendo nossa interconexão com outros e com toda a Criação; liga o que foi dividido e une o que foi separado; se fia em que as pessoas assumam a responsabilidade de se tornarem capacitadas a gerenciar seu próprio sustento individual e comunitário, desenhem sua própria história e desenvolvam seus próprios atributos e potenciais; substitui o capital pelo trabalho, conhecimento e criatividade das pessoas como forças propulsoras da atividade econômica; adota direitos individuais e sociais como referencial para o planejamento e a implementação do desenvolvimento; permite que indivíduos, comunidades e nações cooperem na construção de uma globalização baseada na solidariedade. Uma economia da vida não é um fim em si mesmo, mas um meio que permite a cura e o desenvolvimento das pessoas, da sociedade e da Terra. Tal economia traduz ágape para a prática.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> AGAPE. p. 7.

<sup>124</sup> *Idem*. p. 6-7.

<sup>125</sup> *Idem*. p. 7

Para o CMI, nas reflexões que constam no documento *ÁGAPE*, é preciso colaboração por parte das igrejas, para fazer frente ao modelo neoliberal de globalização que abriu as fronteiras para a exploração, fechando os caminhos da solidariedade. As igrejas, comunidades eclesiais e congregações, dando testemunho de unidade, devem:

Zelar pela rede da vida e pela rica biodiversidade da Criação; engajar-se pela mudança de padrões insustentáveis e injustos de extração de jazidas e de uso dos recursos naturais, particularmente levando em consideração os Povos Indígenas, suas terras e suas comunidades; apoiar movimentos, grupos e iniciativas internacionais que defendem recursos comuns vitais da privatização, como água e biodiversidade; defender a eficiência no uso de recursos e energia bem como uma mudança da produção de energia com base em combustível fóssil para energias renováveis; isto implica que as próprias igrejas adotem políticas adequadas; encorajar o engajamento público na redução das emissões de gases estufa de modo a ultrapassar as metas da UNFCCC [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas], e trabalhar com as igrejas na adoção de políticas e programas em favor de povos afetados pela elevação do nível oceânico; fortalecer o movimento de justiça que envolve a família ecumênica mais ampla. As igrejas nas sociedades ricas e afluentes deveriam trabalhar visando o consumo sustentável e padrões de produção sustentável, adotando a moderação e simplicidade nos estilos de vida e a resistência aos padrões dominantes de consumismo.<sup>126</sup>

As comunidades eclesiais também deveriam “se unir à luta global contra a privatização de bens e serviços públicos; bem como, defender ativamente os direitos dos países e do povo de definir e administrar seu próprio desenvolvimento”. É sabido, como já abordamos no primeiro capítulo, que instituições do sistema financeiro internacional, os credores que aplicam dinheiro nos países pobres, têm forte influência em seus governos e exigem grandes sacrifícios, como a privatização de serviços essenciais à população. Em diversos lugares aconteceu a privatização da água, que resultou em tremendos sacrifícios para a população. Já, no âmbito da “agricultura para a vida”, como testemunho de comunhão e profetismo, as igrejas, comunidades e congregações deveriam:

Assegurar o uso da terra pertencente à igreja para a agricultura que visa a vida; criar e promover um fórum ecumênico de agricultura para a vida; fazer oposição ao Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e ao patenteamento de sementes e formas de vida; assegurar a soberania alimentar; opor-se à produção de transgênicos; e fomentar a agricultura orgânica e unir-se a movimentos de resistência contra o agronegócio.<sup>127</sup>

Para propor e agir numa visão afirmadora da vida, as igrejas também precisam desafiar o poderio do império, que nem sempre mostra a sua verdadeira face para não ter oposição,

---

<sup>126</sup> *Idem.* p. 30-31.

mas atua no mundo contra o Reino de Deus. Portanto, compete às igrejas, assumir uma postura profética corajosa, refletindo sobre “a questão do poder e do império desde uma ótica bíblica e teológica”, com uma “clara posição de fé sobre as potências hegemônicas”. E, para isto, é preciso apoiar iniciativas em âmbito global que visam transformar, inclusive, órgãos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), para que assumam posições políticas em favor das verdadeiras necessidades dos povos e comunidades do mundo, visando a paz e a justiça.<sup>128</sup>

Para garantir a vida no planeta precisamos construir uma nova forma de relações, um novo paradigma relacional. Deve-se pensar numa saída global, visto que se trata de uma problemática globalizada. E para isso, é preciso uma ética planetária, como afirma Leonardo Boff no livro *Ethos Mundial*.<sup>129</sup> Vivemos hoje “o momento da planetarização e da globalização do fenômeno humano”<sup>130</sup>, que desafia o cristianismo. Pois, é preciso compreender e agir diante da globalização, que tem dimensões perversas, como a exploração do trabalho humano e dos recursos da natureza em favor dos lucros do mercado. Mas, por outro lado, está ocorrendo uma consciência planetária, congregando pensamentos e ações que afirmam a vida. O cristianismo tem muito a contribuir e está diante do desafio de denunciar as injustiças praticadas pela globalização da economia e ajudar a globalizar a solidariedade, o amor, a justiça e a paz com a criação. Cabe às igrejas cristãs dar uma dimensão global da aliança com Deus, criador e defensor da vida.

---

<sup>127</sup> *Idem*. p. 31.

<sup>128</sup> Cf. *Idem*. p. 31.

<sup>129</sup> Segundo Leonardo Boff, “para viver como humanos, os homens e as mulheres precisam criar certos consensos, coordenar certas ações, coibir certas práticas e elaborar expectativas e projetos coletivos. Sempre houve tal fato desde os primórdios da constituição das comunidades humanas. Surge, então, a questão da validade de uma referência ética e moral comum que possa congrega a todos” (BOFF. 2000. p. 33). É preciso estabelecer um consenso mínimo entre os humanos, que deve partir “de uma visão ética, integradora e holística, considerando as interdependências entre pobreza, degradação ambiental, injustiça social, conflitos étnicos, paz, democracia, ética e crise espiritual” (p. 89). E para isso encontramos uma iluminação e uma base firme no texto da “Carta da Terra”, que permite “reafirmar a convicção de que formamos uma grande comunidade terrenal e cósmica”. E estando ameaçada a vida, a diversidade e a beleza de nossa “casa comum”, temos que realizarmos “uma nova aliança com a Terra e um novo pacto social de responsabilidade entre todos os humanos”. Mas não se trata de uma atitude com prepotência, como quem tem o poder de dar proteção ao desprotegido. E sim de pôr-se “numa dimensão espiritual de reverência frente ao mistério da existência, de gratidão pelo presente da vida, e de dignidade, considerando o lugar que o ser humano ocupa na natureza” (p. 94). Para se estabelecer uma ética mundial é preciso observar alguns imperativos mínimos como: o cuidado, a solidariedade, a responsabilidade, o diálogo, a compaixão e a libertação e uma ética holística (p. 107-123).

<sup>130</sup> No livro “Ética da Vida, Leonardo”, Boff afirma que “a Terra entrou numa fase de consciência e de realização de sua unidade. É o momento da planetarização e da globalização do fenômeno humano e de sua relação com a totalidade da criação” (BOFF, 2006. p. 136).

### 3.2 Solidariedade com as Vítimas das Alterações Climáticas

Nas reflexões do Conselho Mundial de Igrejas sobre as mudanças climáticas, especialmente nos últimos dez anos, surgem duas questões básicas: “Quais são as prioridades em matéria de mudança climática?” e “Que testemunho as igrejas são chamadas a dar?” Emerge fortemente o desafio e o compromisso das igrejas através da solidariedade imediata para com as vítimas deste processo de transformações que o planeta vem sofrendo. Em 2002, o CMI, através da Comissão de Justiça, Paz e Criação, publicou um documento específico sobre a “Solidariedade com as vítimas das alterações climáticas”. As reflexões do CMI neste documento giravam entorno do Protocolo de Quioto<sup>131</sup>, onde salientavam que a força e a frequência das catástrofes naturais seriam cada vez maiores, aumentando também o número de vítimas. Para o CMI, independentemente das negociações futuras entre as nações na Conferência das Partes, estava a necessidade urgente de reforçar a capacidade e a prontidão para a ajuda imediata às vítimas. Além de se multiplicarem, os eventos climáticos deixam de ser isolados e afetam o conjunto da vida no planeta.<sup>132</sup>

No centro das prioridades, assim compreendidas pelo CMI, tanto para as igrejas, como para o conjunto da sociedade, está a solidariedade para com as vítimas das mudanças climáticas. Nesta última década o CMI priorizou também seu dever de acompanhar as negociações entre as autoridades competentes para fazer a humanidade agir frente aos fenômenos das alterações do clima. O CMI também defendeu a necessidade de se dar forte ênfase nas medidas de adaptação e proteção das pessoas vulneráveis aos perigos climáticos. O CMI também salientou que “o desafio colocado pelas necessidades de adaptação” existentes em muitas partes do planeta, podem ser superiores ao tamanho das capacidades de solidariedade humana. Para o CMI, o conceito de desenvolvimento deve ser repensado e, “espiritualmente, a luta contra a degradação ambiental, em particular, o impacto da mudança

---

<sup>131</sup> O Protocolo de Quioto é um acordo internacional criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, discutido e negociado em Quioto no Japão em 1997, foi aberto para assinaturas em 11 de Dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999. Sendo que para este entrar em vigor precisou que 55% dos países, que juntos, produzem 55% das emissões, o ratificassem, assim entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou em Novembro de 2004. Por ele se propõe um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) têm a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Cf. Wikipédia. *Protocolo de Quioto*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo\\_de\\_Quioto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Quioto)> Acesso em 17 out. 2011.

<sup>132</sup> Cf. WCC. *Solidarity with Victims of Climate Change*. Comissão de Justiça, Paz e Criação, 2002. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity\\_with\\_victims\\_of\\_climate\\_change.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity_with_victims_of_climate_change.pdf)> Acesso em 17 out. 2011. p. 18-21.

climática, deve abordar as contradições da sociedade”<sup>133</sup>, que precisa resgatar a ética, a compaixão e a corresponsabilidade.<sup>134</sup>

De forma muito consciente, o Conselho Mundial de Igrejas vem abordando a questão da mudança climática, sempre levando muito a sério “as advertências da comunidade científica numa perspectiva cristã”. O CMI compreende que, diante dos pontos advertidos pela ciência, cabe aos governos tomar medidas, mas as igrejas devem “apoiar e participar de esforços” que visam a saúde da Terra. Por isso, “representantes do CMI têm acompanhado de perto as negociações sobre metas de redução de gases, no âmbito das Nações Unidas”. E a constatação que se faz é de que os governos dos países industrializados continuam lentos e as igrejas ficam diante de um grande desafio. Como fica o testemunho das igrejas, em particular do CMI, diante do fato de que vem aumentando as vítimas da alteração climática? E como tratar a contradição existente entre a análise científica e o comportamento político?<sup>135</sup>

Além de adotar políticas internas adequadas, as igrejas precisam se encorajar no engajamento público para responder positivamente as advertências da comunidade científica. Bem como, ter uma postura profética frente à questão da política e do poder, fortalecendo organismos, como a ONU, para que possam promover a convergência do maior número de nações na defesa do futuro com vida saudável na Terra.<sup>136</sup>

No final de 2002, por ocasião da 8ª sessão da Conferência das Partes (COP-8) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Nova Delhi, a Comissão de Assuntos Internacionais do CMI, no âmbito da justiça ambiental, lançou, “um apelo à ação em solidariedade com os mais afetados pela mudança climática”. O CMI argumentava que naquele momento havia um cenário dramático prevendo que a mudança das condições climáticas criaria 150 milhões de refugiados. O apelo das igrejas em defesa das vítimas da alteração climática apresentou dois requisitos básicos, sendo um deles, a “estabilização de gases de efeito estufa na atmosfera a um nível de acordo com o objetivo geral da Convenção

---

<sup>133</sup> Idem. p. 3.

<sup>134</sup> Leonardo Boff fala da solidariedade planetária, reavendo as contradições da “solidariedade convencional”, entre os seres humanos. Agora é preciso ser solidário com a Terra e com tudo o que nela existe. Curar a Terra é possibilitar a vida para todos. Ser solidário com a Terra, é respeitar sua autonomia e deixar livre os recursos que ela produz também para que ela possa se regenerar, a sua sustentabilidade. Cuidar da Terra e dos seres mais ameaçados e esta solidariedade implica também questionar o tipo de sociedade vigente, que é a globalização econômica. Diante do fato em que tantas espécies vão sendo extintas, precisamos “alargar o conceito de democracia. Ela deverá ser social e cósmica” (BOFF, 2005. p. 79-81).

<sup>135</sup> Cf. WCC. *Solidarity with Victims of Climate Change*. Comissão de Justiça, Paz e Criação, 2002. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity\\_with\\_victims\\_of\\_climate\\_change.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity_with_victims_of_climate_change.pdf)> Acesso em 17 out. 2011. p. 3-5.

<sup>136</sup> Cf. ÁGAPE. p.30-31.

sobre Mudança do Clima”. Outro requisito apresentado pelo CMI é a “justa distribuição de direitos e obrigações”. E para isso se considerou necessário fortes ações para tornar possível a substituição do combustível fóssil para a energia renovável. O uso de energia renovável deve ser uma das mais altas prioridades dos países desenvolvidos, enquanto que a ajuda aos países em desenvolvimento, deve estar dirigida para esta linha de ação, isto é, “a produção e utilização de energia e sistemas de transporte que sejam ambiental e socialmente sustentáveis”. O apelo é de caráter político e global, mas também pessoal, no sentido de gerar o sentimento de solidariedade. Através dos próprios estilos de vida, os cristãos podem contribuir com a saúde da Terra, como, por exemplo, na redução das emissões de gases de efeito estufa. E o testemunho cristão também pode “encorajar os governos para avançar no caminho para metas de redução responsável”.<sup>137</sup>

Continuam constantes os apelos e ações concretas do Conselho Mundial de Igrejas no sentido de ajudar a reverter a crise ambiental, agindo em favor de quem já é vítima das alterações climáticas. No último relatório da Comissão de Assuntos Internacionais, que tratou mais especificamente sobre a crise financeira global, o Grupo de Trabalho sobre Justiça Social e Bens Comuns apresentou para as igrejas o desafio de se opor aos cortes de financiamento em educação, saúde e outros investimentos essenciais para a vida e na assistência aos países menos desenvolvidos. Bem como, pressionar os governos a manter importantes projetos de longo prazo, que atendem as demandas das alterações climáticas e a produção de novas fontes de energia.<sup>138</sup>

O Fórum interreligioso sobre Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Direitos Humanos de Genebra é um grupo informal de ONGs que se reuniram, baseadas na fé, para “reafirmar a responsabilidade” de cada tradição espiritual no cuidado com o meio ambiente. As denominações religiosas e de fé são chamadas a “desempenhar um papel no combate às alterações climáticas e seu impacto nos direitos humanos da população do mundo”. O Fórum de Genebra adverte que a mudança climática continuará causando desastres que direta ou indiretamente “afeta todos os aspectos da vida humana e da natureza”. E, conseqüentemente, os “povos que têm um vínculo forte e direto com a natureza” e aqueles que têm forte

---

<sup>137</sup> WCC. *A call to action in solidarity with those most affected by climate change*. Commission of the Churches on International Affairs (CCIA), 2002. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international-affairs/environmental-justice/a-call-to-action-in-solidarity-with-those-most-affected-by-climate-change.html>> Acesso em 19 out. 2011. p. 3864.

<sup>138</sup> Cf. WCC. *Meeting of the CCIA in Cuba* - Commission of the Churches on International Affairs (CCIA), 2009. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international-affairs/commission-on->

dependência de seu ambiente natural, como as pessoas que vivem em pequenas ilhas, estão na condição de vulneráveis e a humanidade toda responsável pela mudança climática, precisa compreender isso e assumir suas responsabilidades. É imperativo que a comunidade internacional e todos os setores da sociedade civil se mobilizem com urgência, pois, é “vital agir para promover as mudanças necessárias para gerar soluções rápidas para as consequências das alterações climáticas”. Do contrário, “o custo de atrasar a tomada de decisão mais responsável vai perturbar a vida social, econômica, política e cultural dos povos”. Por isso, o Fórum de Genebra, com sua “chamada para ação”, atua fortemente na convergência de forças para agir focando os direitos e a dignidade humana.<sup>139</sup>

### 3.3 Justiça Climática e Direitos Humanos

A preocupação do CMI com as vítimas das mudanças climáticas, naturalmente remete para uma abordagem transdisciplinar entre a justiça climática e os direitos humanos. E esta preocupação levou o Conselho a fazer um comunicado ao Segmento Ministerial de Alto Nível da Conferência do Clima da ONU em Nairobi COP-12/MOP2), defendendo a justiça climática para todos. Para o CMI “cuidar da vida na Terra é um compromisso espiritual” e por isso defende que o ser humano e “outras espécies têm o direito à vida sem ameaças pela ganância humana e destruição”. Neste processo de alterações no clima, as comunidades pobres e vulneráveis do mundo de hoje e as gerações futuras vão sofrer mais. Portanto, agir frente a isso, significa promover a justiça climática com interface nos direitos humanos. Existem realidades ao redor da Terra como, por exemplo, o Quênia e o Pacífico, que não podem mais esperar que o mundo chegue a um acordo sobre as questões do clima. Algo urgente deve ser feito e o CMI vem promovendo ações, motivando esforços de comunhão entre as igrejas.<sup>140</sup>

Organizações baseadas na fé, no Quênia, estão respondendo com firmeza diante da realidade. Existe uma parceria através da Conferência Africana de Igrejas e Cáritas, que está

---

international-affairs-policy/report-of-the-march-2009-ccia-meeting.html> Acesso em 19 out. 2011. p. 6914.

<sup>139</sup> Cf. WCC. *Call for Action*. The Geneva Interfaith Forum on Climate Change, Environment and Human Rights (2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/call-for-action-by-geneva-interfaith-forum.html>> Acesso em: 19 out. 2011. p. 8556.

<sup>140</sup> Cf. WCC. *Climate justice for all*. A statement from the World Council of Churches (WCC) to the High-Level Ministerial Segment of the UN Climate Conference in Nairobi COP12/MOP2), 2006. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/climate-justice-for-all.html>>. Acesso em: 19 out. 2011. p. 2640.

promovendo uma série de conscientização pública e trabalhando em diversos projetos voltados para os impactos ambientais, especialmente relacionados com a água. E no Pacífico, as igrejas e comunidades cristãs estão agindo, cientes de que “não pode esperar mais para que o mundo concorde para os efeitos das alterações climáticas e suas consequências sobre as comunidades isoladas”. As igrejas estão agindo, fazendo seu próprio caminho e com meios próprios, porque não se sentem dignas de simplesmente esperar por acordos, contratos e declarações oficiais. E o empenho e testemunho das igrejas do Pacífico despertam, por exemplo, a solidariedade das igrejas da Austrália. Na África e no Pacífico existem diversas organizações de fé que estão muito conscientes da relação que existe entre mudanças climáticas com as catástrofes ocorridas nessas regiões.<sup>141</sup>

Para o Conselho Mundial de Igrejas, “toda a comunidade terrestre merece se beneficiar das bênçãos da criação”. Por isso, defende o desenvolvimento equitativo para todos, de tal forma que se preserve a integridade ecológica da biosfera, que é a dignidade de todas as suas formas de vida. As “comunidades de fé estão abordando a mudança climática, porque é uma questão espiritual, ética e de justiça”. Solidariedade e sustentabilidade fazem parte do testemunho da fé cristã, visto que a situação é crítica e requer o agir imediato de todos, respondendo ao grito da Terra.<sup>142</sup>

O Fórum de Genebra adverte que “a mudança climática também limita severamente as oportunidades de desenvolvimento dos países pobres, que carecem de recursos e tecnologia para efetivar os direitos humanos progressivamente de forma sustentável”. E, conforme o alerta do Conselho de Direitos Humanos da ONU<sup>143</sup>, as mudanças climáticas, tanto de forma imediata, como a longo prazo, “representam uma ameaça ao pleno gozo dos direitos humanos”. Trata-se de um problema global, que exige “uma solução global”. Por isso, coube ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos “realizar um estudo analítico detalhado da relação entre mudanças climáticas e direitos humanos”. Neste sentido, o CMI fica na expectativa, expressa através do Fórum de Genebra, que o Conselho de Direitos Humanos possa dar um efetivo acompanhamento nas ações tomadas em relação à mudança climática e os direitos humanos. De modo especial, no que se refere “às responsabilidades dos

---

<sup>141</sup> Cf. *Idem*.

<sup>142</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>143</sup> Em 1946, a Organização das Nações Unidas criou o Comitê de Direitos Humanos responsável pela redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que conseguiu expressar uma visão de mundo, até hoje atual, desejada pela comunidade internacional.

Estados na área de mudanças climáticas, adaptação, mitigação, transferência de tecnologia e financiamento”, bem como, a realidade dos povos deslocados por efeitos climáticos, dentro e fora das fronteiras nacionais.<sup>144</sup>

A expressão “direitos humanos” é uma forma resumida de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Tais direitos são considerados fundamentais porque sem eles um ser humano não consegue viver nem desenvolver ou participar plenamente da vida. Desde o nascimento, todo o ser humano deve ter a garantia das mínimas condições necessárias para a vida. Precisa receber os benefícios que a vida em sociedade pode lhe proporcionar. Trata-se de um conjunto de condições e de possibilidades para a vida humana na Terra. Direitos humanos são os direitos que correspondem a necessidades essenciais da pessoa humana. São necessidades que são iguais para todos os seres humanos em qualquer parte do mundo e que devem ser atendidas para que a pessoa possa viver com a dignidade que deve ser assegurada a todas as pessoas. Claro que na forma prática de garantir os direitos humanos pode haver variação de acordo com o lugar e o tempo, mas são direitos universais e inalienáveis. No entanto, além de um processo histórico de negação dos direitos humanos, por causa de conflitos e interesses, agora a situação se agrava neste aspecto, motivada pelas mudanças climáticas.

Por isso, o CMI, através do Fórum de Genebra, manifesta sua preocupação e empenho quanto às ameaças aos direitos humanos por causa das mudanças climáticas. Enquanto trabalhamos nesta pesquisa, ao se aproximar a 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-17), em Durban, na África do Sul, entre os dias 28 de novembro a 9 de dezembro. E o Fórum de Genebra, por suas expectativas com a COP-17, passa a unir forças com ONGs e movimentos da sociedade civil para garantir que as decisões sobre a mudança climática levem em conta os direitos humanos.<sup>145</sup>

Além dos itens de JPIC, também utilizamos os documentos sobre “Justiça Ambiental” e “Mudança Climática”, da Comissão de Assuntos Internacionais, bem como o projeto “Direitos Humanos”, que faz parte do programa “Testemunho público: enfrentar o poder, afirmando a paz”. Este projeto do CMI acompanha as igrejas em diversas partes do mundo nas situações mais críticas e emergentes, em seus esforços para defender os direitos e a

---

<sup>144</sup> Cf. WCC. *Call for Action*. The Geneva Interfaith Forum on Climate Change, Environment and Human Rights (2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/call-for-action-by-geneva-interfaith-forum.html>> Acesso em: 19 out. 2011. p. 8556.

<sup>145</sup> Cf. Fórum de Genebra. Op. Cit. p. 8556.

dignidade humana. O projeto também visa superar a impunidade, fazendo com que haja punição sob os crimes praticados contra dos direitos humanos E também trabalha para garantir uma verdadeira responsabilização e promover a construção de sociedades justas e pacíficas.

O Conselho Mundial de Igrejas trabalha para defender a dignidade humana, abordando os direitos humanos a partir de uma perspectiva ética e teológica. O CMI responde a pedidos de igrejas para apoiar o seu trabalho quando a dignidade humana está ameaçada. Este projeto tenta acompanhar igrejas e fortalecer seu trabalho de defesa dos direitos humanos. Isso requer uma abordagem holística, onde os direitos civis e políticos, direitos econômicos, culturais e sociais são abordados de forma integrada.<sup>146</sup>

O CMI busca promover um maior desenvolvimento da dimensão interreligiosa dos direitos e da dignidade humana, focando os direitos das vítimas e das minorias. Este projeto está em estreita colaboração com outro projeto do CMI, que é “Plataforma global de reflexão e análise teológica”, que realiza estudos sobre justiça e direitos. O CMI também participa nas três sessões anuais do Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde apresenta suas observações de forma escrita e oral sobre a liberdade religiosa e a intolerância, os direitos socioeconômicos e culturais, relacionados com o racismo, migração e xenofobia. E, além disso, o CMI possibilita para as vítimas de abusos de direitos humanos do Sul o acesso aos mecanismos especiais no Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU. O CMI busca, através da cooperação com outros atores ecumênicos, trocas de informações e reuniões, “fortalecer a capacidade das igrejas em assegurar o respeito para toda a gama dos direitos humanos, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais”.<sup>147</sup>

Quando se fala de uma gama de direitos humanos, está incluída a questão da justiça climática. Ou seja, os povos e as comunidades mais atingidas pela mudança climática têm seus direitos também degradados. Visto que as mesmas estruturas que agridem o meio ambiente, também arrecham os direitos das pessoas. E as agressões aos ecossistemas resultam em refugiados do clima, que gritam por justiça, dignidade e direitos. Por isso, abordamos a questão da justiça climática em relação aos direitos humanos, como é a visão do Fórum de Genebra.

A realidade global da mudança climática, causada pelo ser humano, é contínua e vem causando sérias ameaças a vida de milhões de pessoas, que poderão perder seus meios de

---

<sup>146</sup> WCC. *Human rights to enhance human dignity*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/programmes/public-witness-addressing-power-affirming-peace/human-rights.html>> Acesso em: 26 out. 2011. p. 3111.

subsistência e serem forçadamente deslocadas de seus lugares. E com isso, passarão a enfrentar conflitos por causa do acesso à água, terra e outros recursos naturais, aumentando ainda mais a fome, a pobreza e a miséria. Até mesmo o Banco Mundial estima hoje que as consequências da “mudança climática levará entre 100 e 400 milhões de pessoas à fome, e entre um e dois bilhões de pessoas podem não ter água suficientemente limpa para o consumo no futuro próximo”. É lamentável que, diante do desafio e urgência da mudança climática, “a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e suas instituições são atualmente insuficientes para tratar adequadamente esses impactos”. E o CMI levanta a questão de “como lidar com esse desafio na perspectiva do povo ameaçado? Onde podemos encontrar um quadro global de responsabilidade?”. Ou seja, os organismos internacionais precisariam ter mais força política para serem eficientes e eficazes na responsabilização. E as igrejas precisam fazer a diferença neste processo.<sup>148</sup>

O conceito de justiça climática vem do argumento de que para a justiça há um direito fundamental, que é uma existência digna e o direito fundamental de ter real “acesso aos recursos que sustentam tal existência”. Justiça é um princípio fundamental, e “como a mudança climática é um problema para todos, enquanto as responsabilidades são distribuídas de forma desigual”. Neste contexto, portanto, justiça “significa que ninguém tem mais direito de usar um bem comum global, como, por exemplo, o clima”. Justiça climática também significa “que pessoas e países que são afetados pela pobreza e pela marginalização”, não podem simplesmente serem tratadas diferentes naquilo que podem contribuir para a proteção do clima, mas também devem receber apoio adicional para garantir seu desenvolvimento. Justiça climática também significa garantir o direito ao desenvolvimento, que repercute na desobrigação de quem está abaixo dos padrões mínimos a arcar com o ônus de resolver o problema do clima. Quem está acima dos padrões mínimos de desenvolvimento estão contemplados no direito ao desenvolvimento, mas ficam no dever de “preservar esse direito para os outros”, não como uma questão de caridade e sim como “direito internacional vinculativo”.

A mudança climática interfere diretamente contra os direitos humanos, incluindo “os direitos a vida, saúde, água, comida, abrigo e trabalho”. Vejamos, no entanto, que “as

---

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> WCC. *Climate Justice and Human Rights: Why Churches can Make a Difference*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/climate-justice-and-human-rights.html>> Acesso em 26 out. 2011. p. 8513.

alterações climáticas não afetam apenas a subsistência material. Quando nações inteiras estão ameaçadas pela elevação dos oceanos, as questões de cidadania e, em geral, a garantia de liberdades civis e políticas também estão em jogo”. A “mudança climática representa uma ameaça imediata e de longo alcance para o pleno exercício dos direitos humanos”. Por isso, o Direito ao Desenvolvimento está relacionado ao “respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais” e deve promover equidade e justiça no processo de desenvolvimento e a cooperação internacional. Diante disso, o CMI espera que a ONU possa: “consolidar as vozes dos detentores de direitos”, que estão sendo vítimas; “monitorar os impactos das alterações climáticas sobre os direitos humanos”; “esclarecer questões jurídicas”; “fornecer informações” sobre a consonância entre os princípios de direitos humanos e a justiça climática; e realizar missões de averiguação.

O CMI esclarece sobre o papel das igrejas, apontando alguns desafios e recomendações. E o desafio número um é a questão ética, pois, é necessária uma mudança radical no pensamento e na maneira de pensar a questão climática. As igrejas devem estar atentas e preocupadas com as vítimas das mudanças climáticas. Consta-se que os padrões e estruturas econômicas, desenvolvidos desde o início da industrialização, precisam de uma transformação fundamental. Pois, o clima e todo o ambiente natural são partes da infraestrutura da sociedade e não podem ser simplesmente tratados na área econômica como mera mercadoria. Na compreensão do CMI, o processo “Rio+20”<sup>149</sup> tem dois temas importantes, que são: governança para o desenvolvimento sustentável e economia verde. A mudança de pensamento e de ação requer uma compreensão de que o problema climático vai além de uma manipulação técnica e de gestão de desastres.

O segundo desafio apontado pelo CMI é o de evitar a rotina na comunicação, linguagem e metodologia sobre o meio ambiente e questões de mudança climática. Muitos fenômenos que marcam a degradação ambiental são causas das alterações climáticas e do aquecimento do planeta Terra. “No entanto, em termos conceituais, a mudança climática evolui com a compreensão de irreversibilidade e urgência”, em especial no contexto de deslocamentos forçados por refugiados do clima. O terceiro desafio é que “uma compreensão abrangente sobre as mudanças climáticas pelas igrejas começa com a linguagem, a maneira de conceituar e por último a metodologia de identificar o problema”. Os compromissos devem ser

---

<sup>149</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) está sendo organizada para acontecer no Brasil, entre os dias 4 e 6 junho de 2012 para marcar o 20º aniversário da Rio 92. Será uma conferência do mais alto nível possível, com a presença de chefes de Estado e de Governo ou outros representantes. A Conferência deverá resultar em um

assumidos também a longo prazo, porém, numa constante observação para melhor compreender e “avaliar a essência da vida na Terra, bem como em relação às questões de mudança climática”. As igrejas também precisam compreender a linguagem dos pobres, saber auscultar seus gritos e acolher suas manifestações.

Outro importante grande desafio é dar voz aos pobres, ou seja, garantir sua própria voz. E isto implica em desafiar as relações de poder que hoje existem. É preciso que os pobres estejam familiarizados com os instrumentos, mecanismos e linguagens de defesa de seus direitos. Que as vítimas das alterações climáticas conheçam os procedimentos para exigir o cumprimento dos direitos humanos e tenham consciência da sua condição de “pessoas vulneráveis” e que esta vulnerabilidade resulta das alterações climáticas, por sua vez causadas pelo modelo de desenvolvimento global.

Diante desses desafios, o CMI sublinha algumas recomendações. Trabalhar a questão da mudança climática do ponto de vista de igrejas significa que se deve promover um estilo de vida diferente. Também requer “uma abordagem baseada nos direitos humanos”, salvaguardando os direitos das vítimas, a começar pelo direito de voz. É recomendável que os procedimentos de manifestações e reclamação junto ao sistema das Nações Unidas sobre direitos humanos sejam sintetizados e divulgados, para que as comunidades possam recorrer e garantir sua dignidade. E que haja uma plataforma de discussão para a deliberação de “abrigo genuíno” para os refugiados do clima. Isto quer dizer que as vítimas das alterações climáticas não podem ser novamente vitimadas, tendo que sair de seu habitat ir para o desconhecido, com mais dificuldades de adaptação.<sup>150</sup>

As igrejas podem colaborar na organização das sociedades onde estão inseridas, de tal forma que haja uma interação solidária da vida humana com a natureza. Isto significa que a satisfação do ser humano seja universalmente garantida e a integridade da criação também seja preservada.<sup>151</sup> O ser humano tem direitos de acessos aos bens da natureza, mas é dele o dever e a responsabilidade por garantir o descanso da terra, seu direito de regeneração.

---

documento com foco político ([www.uncsd2012.org/rio20](http://www.uncsd2012.org/rio20)).

<sup>150</sup> Cf. WCC. *Climate Justice and Human Rights: Why Churches can Make a Difference* (2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/climate-justice-and-human-rights.html>> Acesso em 27 out. 2011. p. 8513.

<sup>151</sup> Segundo Boff, “a tarefa da ecologia é estudar os sistemas sociais em interação com os ecossistemas. A forma como se organiza uma sociedade íntegra e protege a natureza ou a fere e até destrói? Como os seres humanos satisfazem suas necessidades, de forma solidária, sem produzir tensões e exclusões, respeitando os ciclos naturais e os tempos ecológicos? Como se trata a Terra, como mercadoria e “recurso natural” a ser explorado, ou realidade a ser respeitada como parte do nosso corpo, trabalhando com ela e nunca contra ela?” (BOFF, 1993. p. 32)

### 3.4 Tempo para a Criação: Um Chamado para a Mudança

De 1º de setembro a 04 de outubro, é celebrado o chamado “Tempo para a Criação”, proposto pelo CMI, onde as igrejas cristãs são chamadas a rezar e celebrar a Criação, promovendo estilos de vida sustentáveis. Todos os anos, o “Tempo para a Criação” inicia no dia 1º de setembro por ser o primeiro dia do ano da Igreja Ortodoxa, estendendo-se até 4 de outubro, que é a Festa de São Francisco de Assis, na tradição católica romana e anglicana. É um tempo de oração, reflexão sobre o cuidado e o uso justo dos dons da natureza que recebemos de Deus, e assim, renovar o compromisso ecológico. Conforme o diretor dos programas de Mudanças Climáticas do CMI, Guillermo Kerber, o “Tempo para a Criação” contribui para a ecojustiça, pois “a política do CMI sobre a mudança climática reflete o entendimento ecumênico de que esta é uma questão de justiça”.<sup>152</sup>

Para expressar a responsabilidade pela natureza, o falecido Patriarca Ecumênico Dimitrios proclamou o 1º setembro como dia de oração para o meio ambiente em 1989. O “Tempo para a Criação” faz parte das iniciativas da justiça climática do CMI através do qual, igrejas, organizações ecumênicas e redes religiosas enfatizam o “aspecto ético e espiritual do debate sobre questões ambientais”. Em todas as Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC)<sup>153</sup>, o CMI tem participado, fazendo força para transformar em ação esta visão ética e espiritual do meio ambiente.<sup>154</sup>

Já citamos no capítulo anterior a homilia de Dom Rowan Williams, mas convêm fazer novamente referência, agora no contexto do agir, abordando o evento do “Tempo para a Criação”. Este é um momento oportuno de oração e ações para concretizar a união das igrejas em defesa da vida, anunciando a boa nova para toda a criação de Deus. É a hora de “pedirmos a Deus para nos revigorar, nos unir e nos inspirar em torno dessa visão de uma boa nova universal”. Isto é, a concretização da justiça para a criação, para a natureza e para os seres

---

<sup>152</sup> Cf. CMI. *Tiempo para la Creación: un llamamiento a orar, reflexionar y actuar*. (13/09/11). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/ewn-news-and-events-containers/english-news-container/single-news/article/3083/tiempo-para-la-creacion-1.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011. p. 3039.

<sup>153</sup> Entre 28 de novembro até 9 de dezembro, acontece em Durban, na África do Sul, a 17ª Conferência das Partes (COP-17), que mais uma vez conta com a presença do CMI.

<sup>154</sup> Cf. CMI. *Tiempo para la Creación: un llamamiento a orar, reflexionar y actuar*. (13/09/11) <<http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/browse/1/article/1634/tiempo-para-la-creacion-1.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011. p. 1727.

humanos, todos os filhos e filhas de Deus. O “Tempo para a Criação” é uma forma de resgatar o valor e a dignidade de toda a criação e de promover a conscientização de que ela também espera ansiosa pela libertação prometida ao gênero humano.

Quando os seres humanos são curados do seu pecado e do seu medo, quando as armadilhas são desativadas, e uma nova vida começa a se desenvolver em cima delas, então esse é um momento de esperança para toda a Criação. Quando os seres humanos encontram a sua cura, a sua libertação do egoísmo, da ganância e da ansiedade, isso começa a fazer uma misteriosa diferença em tudo. Você começa a ver que o propósito de Deus para toda a Criação é a glória para tudo o que foi criado. A própria Criação será liberta da escravidão da corrupção e obterá a liberdade da glória dos filhos de Deus.<sup>155</sup>

Além de um evento adicionado ao calendário litúrgico das igrejas cristãs, o “Tempo para a Criação” é o contínuo despertar para a mudança, é a conversão ecológica, onde o ser humano, numa visão holística, compreende seu lugar na criação. Tudo é criatura de Deus, que muito ama todas as formas de vida que criou. Esta é a oportunidade em que os cristãos podem encorajar uns aos outros e a toda a humanidade quanto aos fenômenos das mudanças climáticas. “Como cristãos, não devemos dizer para o resto da raça humana: ‘É hora de entrar em pânico. Preocupem-se mais’. Porque, misteriosamente, na verdade, isso não muda muita coisa”. Podemos contribuir com a mudança, “partilhando boas novas”, declarando que “haverá vida para nós, vida para os nossos vizinhos, vida para a Criação”<sup>156</sup>. É, portanto, um tempo de resgatar a esperança e, num clima de conversão, reafirmar o compromisso ético de mudanças nas atitudes humanas para deter a injustiça climática.

Em 2009, o “Tempo para a Criação” abordou a questão da paz, através da garantia do direito de espaços para os povos viverem. Tais espaços que são ameaçados pelas mudanças climáticas, por fenômenos que expulsam pessoas de seus lugares onde estão vitalmente constituídos. E naquele ano a preocupação esteve voltada ao processo de mudança climática no Pacífico<sup>157</sup>.

E no ano de 2010 foi trabalhado o tema da biodiversidade, por ser adotado pela ONU como o “Ano Internacional da Biodiversidade”. Mas “ao mesmo tempo, as igrejas foram encorajadas a orar por e com os povos da África, onde a biodiversidade e o bem estar humano

---

<sup>155</sup> WILLIAMS, Dom Rowan. *Uma Boa Nova para Toda a Criação*. Em: IHU On-Line (9/10/2010). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=37143](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=37143)> Acesso em: 11 nov. 2011.

<sup>156</sup> *Idem*.

<sup>157</sup> Cf. CMI. *Tiempo para la Creación 2009*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-por-la-justicia-climatica/tiempo-para-la-creacion/2009-oraciones-del-pacifico.html>> Acesso em: 11 nov. 2011. p. 7994.

estão ameaçados pela mudança climática”. As orações motivadas pelo CMI e compartilhadas entre as igrejas, motivavam para a importância da biodiversidade no Planeta e sua dimensão sagrada. Ela também revela Deus, expressa o amor divino no mundo. A biodiversidade é mestre da vida, nós humanos devemos aprender com a natureza para vivermos melhor. Os temas do “Tempo para a Criação” de 2010 e de outras edições não ficam apenas nos anais do CMI, eles devem continuar presentes e este tempo específico, na verdade, desperta para um tempo de contínua relação harmônica com a criação. As igrejas e comunidades cristãs, a partir de 2010, são motivadas a continuarem trabalhando em defesa da biodiversidade.<sup>158</sup>

A ONU declarou o ano de 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade<sup>159</sup>, como uma grande celebração da vida na Terra. O objetivo principal é reconhecer o valor da biodiversidade para as vidas humanas e convidar o mundo a agir para salvaguardar a variedade de formas de vida existentes na Terra, que é a biodiversidade. No documento ÁGAPE, o CMI chama a atenção para o problema da extinção de espécies, que a cada ano vai se acentuando mais e ameaçando a biodiversidade. O alerta é que em 50 anos, se não deter o aquecimento global, 25% das espécies animal e vegetal poderão desaparecer.<sup>160</sup> Por isso, a campanha do “Tempo para a Criação” em 2010 trouxe o tema da biodiversidade, para que as igrejas continuem orando e agindo pela salvaguarda da variedade de vida no Planeta. Biodiversidade é a criação de Deus, cuja “riqueza se expressa nas milhares de espécies que povoam nosso planeta azul”, destaca Guillermo Kerber, do CMI, que também afirma que as igrejas devem se preocupar em conciliar o cuidado com os pobres e a biodiversidade. “A ‘opção ecológica’ implica em reconhecer, junto ao grito dos pobres, o grito de toda a Criação”. Kerber fala sobre este tema em entrevista para IHU On-Line da Unisinos.

O cuidado da criação e o trabalho pela justiça não podem se separar. Os conceitos de justiça ecológica, justiça climática, apontam para a união dessa preocupação e dessa luta. As mudanças climáticas são um exemplo da injustiça, porque, como disse antes, os que sofrem e sofrerão mais seus efeitos negativos são os mais pobres e vulneráveis. São Francisco de Assis é uma referência inevitável quanto ao seu testemunho de harmonia com a criação, com o irmão Sol, a irmã Lua, a irmã Água e seu radical seguimento de Jesus no serviço aos mais pobres, como reflete o seu encontro com o leproso. No Brasil, acho que Chico Mendes ou a irmã Dorothy Stang são exemplos de que o compromisso pela Criação e pelos pobres não é banal e

---

<sup>158</sup> Cf. CMI. *Tiempo para la Creación 2010*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-por-la-justicia-climatica/tiempo-para-la-creacion/2010-oraciones-por-africa-y-biodiversidad.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011. p. 8007.

<sup>159</sup> UN. *International Year of Biodiversity*. Disponível em: <<http://www.cbd.int/2010/welcome>> Acesso em: em: 11 nov. 2011.

<sup>160</sup> Cf. ÁGAPE. p. 22-23.

pode trazer consigo a morte. Em muitos países latino-americanos, as comunidades indígenas já não são figuras históricas individuais, mas sim sujeitos comunitários desse compromisso. Na Índia, Vandana Shiva mostrou como a preocupação pelo ambiente e pelas mulheres vai de mãos dadas. Esses são só alguns casos. Em todos os lugares, encontramos exemplos de pessoas e de comunidades, talvez não tão conhecidas, que em sua vida são testemunhas desse amor e desse compromisso com a terra e com os pobres.<sup>161</sup>

Cuidar da biodiversidade é cuidar da vida das pessoas e, de modo especial, dos mais pobres, que muitas vezes convivem numa relação de dependência com uma ou mais espécies que, com a extinção provocada por terceiros, ficam desprovidos e com menos condições de readaptação. Por isso, o “Tempo para a Criação” é deixar a natureza viver sem a pressão humana. É parar os nossos relógios e deixar a criação respirar na sua velocidade. Podemos comparar com o tempo sabático, só que de uma forma reduzida, porque é um período para refletir, rezar e assumir compromissos e desafios para a vida. O “Tempo para a Criação” é, portanto, um chamado para a mudança. São quarenta dias, semelhante ao tempo da Quaresma e é também um tempo de conversão.

Em 2011, enquanto trabalhamos nesta pesquisa, o CMI também realizou o “Tempo para a Criação” e trouxe o tema das Florestas<sup>162</sup>, praticamente continuando com a questão da Biodiversidade, trabalhada no ano anterior. O CMI chamou para um tempo de oração, reflexão e ação pelo cuidado no uso dos dons da natureza que recebemos de Deus. Nos últimos 20 anos, um número crescente de cristãos em todas as partes do mundo costumam reservar essas datas em setembro e outubro para viver este período especial com oração e ação pelo meio ambiente.<sup>163</sup>

O “Tempo para a Criação” provoca para o debate sobre a Terra e toda sua biodiversidade. Ajuda as pessoas a compreenderem o sentido da humanidade como uma comunidade de vida onde todos são responsáveis por todos e por tudo. É o despertar para um olhar ecológico e holístico, com a compreensão de que somos a comunidade Terra.<sup>164</sup> Nosso

---

<sup>161</sup> KERBER, Guillermo. “Opção ecológica”: reconhecer o grito de toda a Criação junto ao grito dos pobres. *IHU On-Line*, São Leopoldo, n.º. 346. p. 19-24, out. 2010. Entrevista.

<sup>162</sup> A Assembléia Geral da ONU declarou 2011 como o Ano Internacional das Florestas de sensibilização para a gestão sustentável, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

<sup>163</sup> Cf. CMI. *Tiempo para la Creación en 2011: árboles y bosques*. (31/08/11) Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/article/1634/tiempo-para-la-creacion.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011. p. 1727

<sup>164</sup> No livro “Ética da Vida”, supracitado, Leonardo Boff afirma que este “é o momento da planetarização e da globalização do fenômeno humano e de sua relação com a totalidade da criação” (p. 136). Diante disso cabe se perguntar sobre a contribuição do cristianismo nesse processo global. O cristianismo deve dar a sua contribuição a partir da realidade mundial, onde se verifica um crescente fosso entre ricos e pobres, geograficamente definido entre norte e sul do planeta. Cabe ao cristianismo agir frente ao processo de globalização, considerando a emergência de “uma nova espiritualidade,

Planeta é uma comunidade de vida e os seres humanos precisam compreender seu lugar em meio a toda a biodiversidade existente na Terra. Ou seja, com o “Tempo para a Criação” quer fazer o ser humano deixar a natureza ser ela mesma e assumir uma postura fraternal e amorosa frente a todas as formas de vida. É o momento para o despertar da ciência de que somos partes da Terra e que estamos o tempo todo interferindo positiva ou negativamente na vida do planeta. E com o “Tempo para a Criação” podemos influenciar na harmonia da vida.

### 3.5 O Movimento Ecológico Ecumênico

A dimensão do cuidado com a criação sempre foi um elemento muito importante na teologia cristã, apesar de que tenha sido perpassado por um viés antropocêntrico. Especialmente nas últimas décadas, as igrejas têm vivenciado um processo de aprendizagem e construção da identidade coletiva, passando por uma experiência de confiança entre si e de cooperação, possibilitando uma “comunicação face a face”. Ainda existe nas igrejas uma arquitetura vertical nas decisões políticas. Mas, “o trabalho ecumênico sobre mudanças climáticas está enraizado na totalidade da criação e no imperativo bíblico do compromisso pela justiça, que presta especial atenção aos pobres”, fortalecendo as comunidades locais, para que elas próprias possam ter voz “para articular suas demandas por elas mesmas”. A questão climática está emergindo no seio do Conselho Mundial de Igrejas a partir da discussão sobre a sustentabilidade desde 1970. “Além disso, “Justiça, Paz e Integridade da Criação” são as preocupações prioritárias do movimento ecumênico desde 1990 para identificar as principais ameaças à vida”.<sup>165</sup>

Por movimento ecológico se entende as manifestações da sociedade civil frente às questões ambientais, como o desmatamento, a poluição das águas, o envenenamento dos solos, a desertificação e, mais recentemente, o buraco na camada de ozônio, o aquecimento

---

que quer dizer, um novo sentido fundamental para a vida humana pessoal e social” (p. 143). E para isto é preciso, em primeiro lugar, “refocalizar a própria compreensão do ser humano”, bem como rever “a concepção de sociedade” e a “noção de democracia”. E, além disto, “convém refundar a economia política”, que hoje, em vez de administrar as carências e promover o suficiente para todos, ela está a serviço do crescimento de poucos. E também, “impõe-se um novo paradigma de desenvolvimento”, que deve contemplar as “dimensões econômica, política, social e ambiental da história humana”. E, contudo, “é imprescindível uma transformação cultural e subjetiva” (p. 143-145). Leonardo Boff sustenta que o cristianismo deve dar enorme contribuição para a solidificação da democracia e “deve ajudar a criar um mundo para todos, e não só para cristãos” (cf. BOFF, 2006. p. 143-148).

<sup>165</sup> Cf. WCC. Climate Justice and Human Rights: Why Churches can Make a Difference (2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/climate-justice-and-human-rights.html>> Acesso em 27 out. 2011. p. 8513.

global e as mudanças climáticas. Algumas questões são de mais longa data e outras próprias das últimas décadas, como é o caso das mudanças climáticas em âmbito global. E, frente a tudo isto, diversas igrejas cristãs, bem como outras religiões, também se articulam numa agenda ambiental ecumênica. E, no nosso caso, a referência é especificamente quanto ao movimento ecológico ecumênico articulado pelo Conselho Mundial de Igrejas, que nas últimas duas décadas vem consultando e orientando seus membros, igrejas presentes em todo o mundo, para ações concretas que articulam justiça, paz e ecologia. Isto já é tradição no CMI, com “marca registrada” desde a convocatória de Seul aos dias de hoje.

A forma concreta de testemunhar a aliança com Deus Criador é preservar a criação de todas as ameaças, dando prioridade de apoio aos mais ameaçados, que são as vítimas das mudanças climáticas, os refugiados do clima. A promoção da justiça e da paz entre as criaturas é a expressão da aliança com o Criador. E a grande causa do CMI é a justiça climática, assunto que abordamos nos três capítulos. Assim como é necessário denunciar os responsáveis pela degradação da Terra e pressionar os governos e autoridades internacionais, também é preciso olhar solidariamente para as vítimas, as pessoas e a natureza espoliadas pelo modelo de desenvolvimento global. Não podemos esquecer nossa responsabilidade ética. Como seres humanos, somos responsáveis pela dignidade de todas as formas de vida e pelas futuras gerações.<sup>166</sup>

De acordo com o teólogo Marcial Maçaneiro, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) passou por uma evolução de paradigma ecoteológico a partir da Assembléia Ecumênica da Europa (Basiléia, 1989), onde as igrejas européias abordaram o tema “Justiça e Paz”, dedicando espaço para a questão ambiental. Olhando para a pegada ecológica da humanidade, suas marcas de devastação ao longo da história, justificadas, inclusive pelo preceito bíblico “dominai e multiplicai”, o CMI passou a buscar uma releitura da Bíblia numa ótica ecológica para compreender o sentido original de “*Bereshit*” (o princípio, o início, a gênese do universo). Mas, se compreendeu que era preciso ir além da compreensão de “*Bereshit*”, sendo necessário se afirmar em “*Shalom*” (a plenitude de justiça e paz com a criação).

Na visão do CMI, existem demandas com reciprocidade entre justiça, paz e ecologia.

---

<sup>166</sup> Leonardo Boff afirma em “Ecologia: grito da terra, grito dos pobres” que “o que pensamos e principalmente o que sentimos devem nos ajudar a renovar nossas atitudes”. A política nos remete para a ética, que, por sua vez, apresenta demandas que vão muito além da moral. “Dois princípios dão forma a esta ética: o princípio da responsabilidade e o princípio da compaixão” (p. 187). Leonardo Boff cita Albert Schweitzer, dizendo que “ética significa a ilimitada responsabilidade por tudo o que existe e vive” (p. 187). O ser humano vive de forma ética, quando vive responsabilmente mantendo o equilíbrio dinâmico de todas as coisas. (cf. BOFF, 2004. p. 186-7).

Por isso, a Convocatória Ecumênica Mundial de Seul, em 1990, com o tema “Justiça, Paz e Criação”, levou a reflexão para além de “*Bereshit*” e “*Shalom*” (do princípio à plenitude da criação) firmando-se em “*Berith*” (temos uma aliança, um pacto com o criador). *Berith* (uma aliança solidária, de amor, justiça, paz e ecologia, entre Criador e criaturas) é o ponto alto da ecoteologia do CMI, conforme também desenvolvemos esta pesquisa.

Este novo paradigma do CMI iluminou as reflexões teológicas em interação com o debate da ética, da política e da ecologia. E resultou em ações concretas, um programa de Justiça, Paz e Integridade da Criação, que envolve centenas de igrejas de todo o mundo num verdadeiro ato de aliança, um pacto com o Criador (*Berith*). Daí surge várias iniciativas de caráter local e global. E o CMI passa a levantar bandeiras como a globalização da solidariedade, a superação da fome, do racismo e da violência, a inclusão social e a participação popular nas gestões política e ecológica, bem como a questão das dívidas dos países pobres, a harmonia entre povos e etnias e o tema do desarmamento.

Com isso, o CMI estabelece diálogo com organismos internacionais, de modo especial, com o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Fruto, portanto, de uma releitura bíblica, o CMI vem colaborando com a comunidade humana, dando respostas de fé que ajudam a melhorar a vida no planeta. O testemunho de fé que as igrejas cristãs podem levar para os confins da Terra é de que temos uma aliança solidária, um pacto de amor, justiça, paz e ecologia, entre Criador e criaturas (*Berith*). Os sinais desta aliança estão nas iniciativas de justiça e paz com a criação de Deus.<sup>167</sup>

E para defender a justiça climática, garantir o direito das vítimas e refugiados do clima, o CMI se preparou para dar sua contribuição na CO-P17, entre os dias 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011, em Durban, na África do Sul, com o objetivo de avançar na implementação da Convenção e do Protocolo de Quioto; bem como no Plano de Ação de Bali, que foi acordado na COP-13, em 2007; além dos Acordos de Cancun, alcançados durante a COP-16, em dezembro de 2010. Para o CMI, o encontro de Durban é considerado uma “última oportunidade” para agir com responsabilidade pela justiça climática.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> Cf. MAÇANEIRO, Marcial. *Religiões e Ecologia: cosmovisão, valores, tarefas*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 88-90.

<sup>168</sup> Cf. WCC. *Ecumenical Water Network (EWN)*. (Notícias 23/11/11). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/activities/ewn-home/ewn-news-and-events-containers/english-news-container/single-news/article/3083/wcc-calls-durban-a-las.html>> Acesso em: 23 nov. 2011. p. 3039.

Enquanto trabalhamos nesta pesquisa sobre a atuação do CMI nas questões ambientais, ocorrem as movimentações para mais uma Conferência das Partes, a COP-17, que, assim como outras conferências também é marcada pela atuação profética do movimento ecológico ecumênico. Estes espaços são decisivos e por isso não devem ser esquecidos pelas igrejas, que podem fazer a diferença antes, durante e depois.

Uma declaração do secretário geral do CMI, o Rev. Dr. Olav Fykse-Tveit, para a COP-17, recorda que em Copenhague na COP-15, houve uma “falha em responder adequadamente aos desafios do clima”. E na COP-16, em Cancun, “os governos chegaram a um acordo que trouxe de volta a possibilidade de negociações internacionais sobre o regime climático”. Mas, os acordos de 2010 não são suficientes e agora em “Durban pode ser a última oportunidade para a comunidade internacional ser responsável no tratamento da mudança climática”. Porém, Durban deve adotar: um segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto; um mandato claro para concluir as negociações em 2015; um conjunto de medidas para operacionalizar o Fundo do Clima Verde <sup>169</sup>.

Manchetes referentes à COP-17, relacionadas com o CMI, dão conta de que “vozes religiosas estão pedindo justiça climática em Durban”. Além do projeto “Juventude para a Ecojustiça”, organizado pelo CMI e a Federação Luterana Mundial (FLM), também membros da Comunhão Anglicana mundial foram desafiados a orar para o sucesso nas negociações da COP-17 e assinar uma petição para combater as alterações climáticas. E no Brasil, no mesmo período que acontece a COP-17, o movimento ecumênico também se preocupa com os preparativos da Rio+20. <sup>170</sup>

Com o texto desta dissertação em aberto durante a realização da COP-17, além do que registramos acima, foi possível conferir outras manchetes <sup>171</sup> com a marca da esperança e de

---

<sup>169</sup> O Protocolo de Quioto é o único instrumento juridicamente vinculativo que temos até agora para estabelecer metas claras e objetivas para emissões de gases de efeito estufa.

<sup>170</sup> Cf. WCC. Climate change programme. Climate change newsletter #53. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/index.php?id=8592>> Acesso em: 05 dez. 2011.

<sup>171</sup> Manchetes de esperança e de contradições, como estas que apareceram nos boletins do IHU On-Line e algumas no “Climate change newsletter” do CMI: “Vozes religiosas advogando pela justiça climática em Durban”; “Países negociam 3 textos para evitar fracasso da Conferência do Clima”; “Impasse marca final de encontro do clima”; “Brasil mantém papel importante em negociações”; “ONGs pressionam delegações por resultados”; “Ecojustiça mobiliza jovens no enfrentamento das mudanças climáticas”; “Kyoto é prorrogado por prazo indefinido com objetivo recorde de corte de emissões”; “Ministra do meio ambiente do Brasil dá nota máxima para COP-17”; “Essencial para países pobres, Fundo do Clima sai do papel”; “EUA e China comprometem-se a cortar gases de efeito estufa em pacto global”; “Governos falham em coragem e ambição nas negociações climáticas da ONU”; “O que está em jogo é muito maior do que a emissão de CO<sub>2</sub>”; “Nível do mar vai subir mais rápido, dizem cientistas”. E numa entrevista o senador Cristovam Buarque expressa o

muitas contradições. Onde também não faltaram críticas ao Brasil que simultaneamente votava no Senado a mudança do seu Código Florestal<sup>172</sup>.

E no que se refere ao movimento ecumênico ecológico, em Durban, deve se dar destaque ao envolvimento de jovens cristãos numa promessa ativa para a justiça ambiental. Através do projeto “Juventude para a Ecojustiça”, numa parceria entre o CMI e a FLM, a juventude cristã de todas as partes do mundo e das mais diferentes igrejas, após uma experiência de duas semanas em Durban, na África do Sul, acompanhando a COP-17, se comprometeram em promover iniciativas de ecojustiça em seus próprios contextos locais. Os jovens cristãos, mobilizados em Durban, querem desenvolver iniciativas de base para poder ajudar a transformar o clima de injustiça em uma nova realidade, de justiça e paz com a criação. Já que na avaliação dos coordenadores do encontro de juventude em Durban, a COP-17 “ficou aquém do que o planeta e a humanidade precisam”.<sup>173</sup>

O CMI declara que “a Terra e seus habitantes não podem esperar mais”. Por isso conclama as igrejas membro e todo o movimento ecumênico, bem como, as outras religiões para “continuar orando e falando, expressando o grito dos pobres e da Terra nestes momentos cruciais”.<sup>174</sup> Pois, a humanidade vive hoje uma realidade complexa, mas ao mesmo tempo é possível distinguir algumas questões essenciais. Está claro que o mesmo sistema que oprime os pobres, é o que degrada o meio ambiente e promove guerras e conflitos em muitas partes do mundo. E é hora da humanidade, como uma comunidade de vida, fazer sua opção, pois ela será decisiva para salvaguardar a própria espécie humana e todo o sistema planetário. As igrejas e religiões podem contribuir por uma opção que é decisiva para manter o cordão umbilical da vida, permitindo que as futuras gerações venham e encontrem uma casa viva e

---

que é a COP-17: “Alerta e esperança: duas palavras para pensar os novos rumos do mundo”.

<sup>172</sup> Claro que as vozes de quem representa países que nunca cuidaram do meio ambiente, agora soam mal ao criticar o Brasil. Mas, nosso país perdeu a chance de mostrar ao mundo que tem vontade política de cuidar das florestas que existem em seu território. A proposta de mudança do Código Florestal Brasileiro (CFB) votada no Senado é ainda bem melhor, politicamente falando, do que a anteriormente aprovada na Câmara dos Deputados, mas ainda é muito ruim para o meio ambiente, pois perdoa muitas de terríveis crimes ambientais. E toda a discussão dos parlamentares se deu sem ouvir dignamente a ciência. Tudo para salvaguardar o interesse da posse de terra do setor agropecuário. Vale lembrar também que no Brasil, para este setor arcaico da agropecuária, posse de terra representa terra desmatada. O negócio deles não é a produção de alimentos, como dizem, pois a única fome que querem saciar é a própria, que é por dinheiro e terras devastadas.

<sup>173</sup> Cf. WCC. *Youth promise active involvement for environmental justice* (14/12/11). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/news/news-management/eng/a/article/1634/youth-promises-active-inv.html>> Acesso em: 14 dez. 2011. p. 1724.

<sup>174</sup> Cf. WCC. *Statement of the WCC general secretary, the Rev Dr Olav Fykse-Tveit, for the UNFCCC COP 17* (23/11/2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/general-secretary/statements/statement-ahead-of-cop17-in-durban-2011.html>> Acesso em 25 nov. 2011. p. 8589.

salutar para viver.<sup>175</sup>

O cristianismo, num movimento ecológico ecumênico, pode ser grande colaborador para que a humanidade assuma sua vocação de mordomo da criação. Conforme o Dicionário Aurélio, o termo “mordomo” vem do Latim [majordomu, “o criado maior da casa”], que significa “administrador dos bens de uma casa, de uma irmandade, de uma confraria, etc.; ecônomo” ou “serviçal encarregado da administração duma casa”. E na visão do CMI, este é o ser humano, o mordomo da criação de Deus. Devemos assumir, portanto, nossa condição de mordomos da casa que é o planeta e gozar de mordomia de forma sustentável. Mas o que se fez até agora, de modo geral, foi simplesmente viver a mordomia irresponsavelmente, sem compromissos com o cuidado da casa de todos, a nossa mãe e irmã Terra. Somos desafiados seguir a orientação das Escrituras, traduzindo a palavra “domínio” por “mordomia”, uma vez que não somos donos da Terra. E ser mordomo é ser responsável, cuidar amorosamente o mundo que Deus criou por amor, dando recursos para sustentar as gerações futuras e, equitativamente, as pessoas e povos de hoje.<sup>176</sup>

Com relação ao tema da ecologia, não há dúvidas de que além do empenho pessoal e coletivo de cuidar da criação, também é preciso clamar por cuidados, exigir a corresponsabilidade. Por isso, as igrejas vêm se pronunciando sobre as mudanças climáticas e o CMI tem sido um congregador de forças e de vozes solidárias com a vida. E assim se constitui um movimento ecumênico ecológico em nível mundial. Pois, além do olhar global, são necessárias ações globalizadas e a articulação em rede das ações locais.

---

<sup>175</sup> Neste sentido, vale a pena ter presente a Carta da Terra, um documento da ONU que pode direcionar os países, povos, culturas e religiões diferentes, todos e todas num objetivo comum que é a salvaguarda da criação de Deus. É hora de agirmos juntos porque tudo está implicado para todos. Com um senso de justiça e ética a família humana precisa agir de forma local e global, atendendo os anseios básicos, superando as alienações do preconceito, percorrendo um caminho de paz entre os humanos, garantindo também uma relação de paz com a natureza. Para isso precisamos pensar e definir alguns consensos mínimos entre os humanos, fundar uma “ética planetária” que tem como base o diálogo, a mística e a espiritualidade numa convergência entre as religiões (BOF, 2000). “Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.” (Preâmbulo da Carta da Terra, aprovada pela ONU em 2002).

<sup>176</sup> Cf. WCC. *Minute on global warming and climate change* (20/02/2008). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/central-committee/geneva-2008/reports-and-documents/public-issues/minute-on-global-warming-and-climate-change.html>> Acesso em 20 nov. 2011. p. 5610.

### 3.6 A Pastoral da Ecologia no Rio Grande do Sul

No Brasil, a Igreja Católica Romana, que oficialmente não é membro do CMI<sup>177</sup>, tem tomado iniciativas que, pela sua estrutura de igreja, pelas capacidades, presença e abrangências, são consideradas ações ainda muito tímidas. Além da realização de seminários, congressos e fóruns, no Brasil a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) realizou a Campanha da Fraternidade de 2011 voltada para o tema das mudanças climáticas, que faz algumas propostas para o agir, como: resgatar o valor do tempo sabático, o que hoje seria o “sentido profético do domingo”; o controle da nossa “pegada ecológica”, diminuindo o consumo; o cuidado ecológico das cidades; as comunidades cristãs devem dar testemunho e conscientizar mostrando que é possível viver a sustentabilidade; empreender esforços coletivos e pessoal, com agir global e local, enfrentando as questões da energia, do desmatamento e do atual sistema de agronegócio; desenvolver políticas públicas preventivas e de superação de situações de risco.<sup>178</sup>

Uma experiência, particularmente, marcante no regional Sul 3 da CNBB, que abrange o Rio Grande do Sul, é a criação da Pastoral da Ecologia. Hoje, o único regional da CNBB que tem uma pastoral específica para a questão ambiental e ecológica é o do Rio Grande do Sul. No entanto, se tem notícias de que algumas dioceses do Brasil já criaram esta pastoral específica. A Pastoral da Ecologia tem o propósito de ser uma pastoral socioambiental e

---

<sup>177</sup> A Igreja Católica Romana não é membro oficial do CMI, mas mantém uma participação formal no Conselho a partir da Assembléia de Nova Deli (1961) sob a forma de uma delegação de cinco observadores. Sendo que dois anos depois é o CMI que envia os seus observadores ao Concílio Vaticano II. A partir deste momento a Igreja Católica Romana passou a estar presente, como convidada, observadora ou conselheira em todas as reuniões do Comitê Central do CMI e em quase todas as suas grandes reuniões ou conferências. A forma mais sistemática de participação da Igreja de Roma no CMI é através da Comissão de Fé e Ordem, onde é membro de pleno direito e também na Comissão Mundial de Missão e Evangelização da qual faz parte através de várias ordens religiosas missionárias. Além disso vale considerar que já são longos anos de comunhão através da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e dos estudos sobre o Batismo, a Eucaristia e o Ministério (BEM). E desde a Assembléia de Vancouver (1983) a Igreja Católica Romana tem sido uma parceira indispensável no chamado processo conciliar "Paz, Justiça e Integridade da Criação", e mesmo não sendo co-organizadora da Convocatória Ecumênica Mundial de Seul (1990), nela participou ativamente. Para o CMI a porta de encontro com a Igreja Católica Romana é a Comissão de Fé e Ordem e para o Vaticano as relações ecumênicas são de responsabilidade do Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos. Desde 1965, a Igreja Católica Romana e o CMI compõe o Grupo Unido de Trabalho (GUT), que entre outros assuntos, estudou a questão da filiação da Igreja de Roma no CMI e se deram conta de de alguns dos obstáculos, como, por exemplo, a questão de governo, estrutura de ensino e do número de membros e as suas consequências nos critérios de representatividade e decisão nos órgãos do CMI. Fazendo suas avaliações de prós e contras, a Igreja Católica Romana, em 1972, optou por não pedir a sua adesão, pelo menos, "num futuro imediato". No entanto, deixou clara a sua convicção de, não só continuar, mas intensificar a mútua colaboração com o CMI. (cf. ECCLESIA. *Diálogo Ecumênico: O Conselho Mundial de Igrejas*. Disponível em: <[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo\\_ecumenico/CMI.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo_ecumenico/CMI.html)> Acesso em 31 jan. 2012).

<sup>178</sup> Cf. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Campanha da Fraternidade 2011. *Texto-Base*. Brasília: Edições CNBB, 2010. nº 153. p. 98-111.

ecumênica, levando a ecologia para os espaços eclesiais a partir dos pobres, dos catadores, pessoas que vivem do “lixo”. Pois, a organização dos catadores e a questão da água são as duas frentes de atuação mais prioritárias da Pastoral no Rio Grande do Sul.

A Pastoral da Ecologia, ao longo de 10 anos de caminhada, procurou ser uma referência para que a Igreja pudesse se manifestar e agir frente às questões ambientais. E desde os primeiros momentos é uma pastoral socioambiental e ecumênica, que procura agir em interação com o movimento ambientalista. E assim, a Pastoral participou da luta contra as monoculturas de árvores exóticas no estado. Também assumiu a causa da defesa da orla do Guaíba, contra sua privatização através de empreendimentos imobiliários. A Pastoral da Ecologia é parceira da ONG Caminho das Águas na organização de uma bicicletada que percorre sete cidades do Rio Grande do Sul resgatando a experiência comunitária e ecológica dos índios Guaraní e da Romaria das Águas<sup>179</sup> que conscientiza para a preservação de fontes e nascentes. A Pastoral da Ecologia também marcou presença ativa na organização de diversas edições do Grito dos Excluídos<sup>180</sup> e participação na Romaria da Terra<sup>181</sup>. A Pastoral da Ecologia também participou do Mutirão de Comunicação, que ocorreu em 2010, onde trabalhou a defesa do Aquífero Guaraní.

Envolvida na organização dos catadores de resíduos sólidos (lixo), a Pastoral da Ecologia participa da Feira Ecológica de Porto Alegre, onde expõe produtos sustentáveis, como sacolas de restos de tecidos e sabão de óleo de cozinha. Na feira onde se revezam grupos da Pastoral, é coletado óleo de frituras de residências e restaurantes de Porto Alegre. A Pastoral também possui um blog, que, em rede com o blog Olhar Ecológico e outros, passou a ser referência na troca de ideias e manifestações críticas frente às questões ambientais mais pertinentes. Na militância virtual (pela internet), a Pastoral promoveu campanhas em defesa da orla do Guaíba; contra a mudança do Código Florestal; pelo limite da propriedade da terra; pela preservação do Morro do Osso; em defesa da Água; divulgação da Lei de Resíduos Sólidos e a conscientização sobre a reciclagem e o trabalho dos catadores; a defesa da Amazônia e dos biomas Pampa e Mata Atlântica. Através do seu blog, a Pastoral da Ecologia

---

<sup>179</sup> A Romaria das Águas acontece no dia 12 de outubro, Festa Nacional de Nossa Senhora Aparecida, é um evento interreligioso promovido pela ong Caminho das Águas e faz parte do Calendário Oficial de Porto Alegre. A Romaria é antecedida pela coleta de água de nascentes dos rios que deságuam no Guaíba.

<sup>180</sup> Grito dos Excluídos é um ato de protesto que acontece em todo o Brasil por ocasião da celebração do Dia da Pátria, em sete de setembro de cada ano. Começou no ano de 2005 por iniciativa das Pastorais Sociais da CNBB e é assumido pelas centrais sindicais e movimentos populares.

<sup>181</sup> Romaria da Terra é uma atividade organizada anualmente no Rio Grande do Sul pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

também trabalhou questões referentes à Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, com o tema da Economia, relacionando-o com a questão ecológica. E em 2011, quando o tema da Campanha da Fraternidade estava diretamente ligado ao problema das mudanças climáticas, a Pastoral também promoveu uma série de discussões sobre o assunto.

Desde seu começo, a Pastoral da Ecologia luta muito para criar equipes diocesanas de pastoral, o que não se concretizou plenamente. Por isso, a coordenação da Pastoral optou pelos Grupos Ecológicos de Base. E nos seminários, reuniões e encontros de debates e reflexões, foram clareando a importância de se criar grupos de base e este é hoje um dos principais compromissos da Pastoral, enquanto equipe regional. Grupo Ecológico de Base é um grupo de pessoas organizadas na base que estudam, rezam, dialogam, planejam e atuam conjuntamente nas questões socioambientais. E cada grupo de base, com sua própria identidade, valorizando a realidade local, mantém comunhão com os outros grupos, organizando assim a rede da Pastoral da Ecologia, uma teia articulada em defesa da vida.

A Pastoral da Ecologia tem quatro pilares de sustentação: testemunho, diálogo, denúncia e anúncio. Ser Pastoral da Ecologia é dar testemunho da fé no Deus criador, cuidando e defendendo a vida. E para melhor cuidar, é preciso somar forças, buscar o diálogo e trabalhar com outras pessoas que também acreditam e lutam nesta causa. E, na força do testemunho, no diálogo e na cooperação, denunciar os abusos e desrespeitos com a vida. Denunciamos, pois, a degradação humana e ambiental, anunciando o Reino Ecológico de Deus, que é a vida em plenitude.<sup>182</sup>

Para a Pastoral da Ecologia é fundamental a opção pelos pobres, a defesa das pessoas e da natureza degradada pela ambição do capital. Ao refletir sobre “qual é a nossa ecologia?”, a Pastoral confirma seu comprometimento “com uma ecologia social, holística e ecumênica, que integra o ser humano; uma ecologia crítica, com a compreensão de que o sistema que degrada o meio ambiente é também o mesmo que explora e marginaliza as pessoas”.<sup>183</sup> E assim, a Pastoral da Ecologia considera importante fortalecer e gestar novos grupos ecológicos de base e atuar em rede, na perspectiva do olhar e do agir global e local. Portanto, a Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul tem uma forte sintonia com o Conselho Mundial de Igrejas. É uma pastoral da Igreja Católica Romana, mas que vem se inserindo nos meios ecumênicos e é composta por pessoas de outras igrejas cristãs e outras religiões, principalmente as de matriz africana.

---

<sup>182</sup> Pastoral da Ecologia - CNBB Sul 3. *10 Anos de Pastoral da Ecologia - RS*. Disponível em: <<http://pastoraldaecologia.blogspot.com/2011/09/10-anos-de-pastoral-da-ecologia-rs.html>> Acesso em 29 nov. 2011.

<sup>183</sup> Pastoral da Ecologia - CNBB Sul 3.

Faz parte do propósito desta pesquisa forjar um debate sobre as experiências do CMI e da Pastoral da Ecologia da CNBB, como uma contribuição ao ecumenismo e a ecologia. Hoje é consenso entre coordenadores, assessores e militantes da Pastoral da Ecologia que esta possa cada vez mais ser uma pastoral ecumênica, aberta ao envolvimento de pessoas de qualquer que seja a denominação religiosa. Pois, o importante é a unidade na defesa da criação de Deus. Podemos crer que a Pastoral da Ecologia tem a missão de promover o movimento ecológico ecumênico no Rio Grande do Sul. Isto é, buscar reunir as igrejas em torno da questão ambiental.

A Pastoral da Ecologia é uma experiência pioneira na Igreja Católica Romana, no Brasil, como uma pastoral específica para a questão ambiental, e organizada de forma ampla abrangendo um regional com mais de 20 igrejas locais, entre dioceses e vicariatos. Em outras igrejas cristãs certamente existem experiências concretas e localizadas, mas, pelo que se tem notícia, não possuem um serviço pastoral específico como a Pastoral da Ecologia criada pela CNBB no Rio Grande do Sul. E também pela sua experiência e caminhada que já soma 10 anos, desde que iniciou a partir dos coletivos de catadores e vem trabalhando em sintonia com outras igrejas e religiões, a Pastoral da Ecologia deveria assumir oficialmente sua dimensão ecumênica e colaborar com o movimento ecológico ecumênico no Rio Grande do Sul. Pois, indo para as conclusões da dissertação, queremos fazer esta ressalva, de que a Pastoral da Ecologia tem o dever e as possibilidades de promover uma mobilização ecumênica e de diálogo interreligioso em torno da questão ambiental, como já se tem o exemplo concreto da Romaria das Águas.

Concluimos este terceiro capítulo com algumas palavras referentes à Pastoral da Ecologia, não apenas como relato de experiências, mas com o objetivo de indicar ações concretas possíveis no meio pastoral e ecumênico. Conforme nosso método, este é o capítulo do Agir. Porém, não como um receituário pastoral e sim como algumas possíveis diretrizes de ação apontadas a partir de leituras das reflexões e projetos do CMI.

Diante de um clima de injustiças e crise de valores, numa realidade marcada pelo descuido, escassez e privatização dos recursos naturais por conta da globalização da economia de mercado, as igrejas cristãs apontam que Deus criou para a plenitude e que a fé garante a aliança com Deus criador e defensor da vida. E como desdobramentos desta aliança ou pacto de justiça e paz, competem aos cristãos o testemunho da *oikoumene*, pois, a Terra é uma comunidade onde todas as pessoas e povos podem viver ações afirmadoras da vida, com relações justas entre si, com toda a Criação e com Deus. E como ações afirmadoras da vida,

testemunhando a unidade, as igrejas cristãs são desafiadas a zelar pela criação de Deus, a biodiversidade em todas as suas formas de vida. E isto implica na solidariedade com as vítimas das alterações do clima, o comprometimento com a justiça climática e sua interação com os direitos humanos.

As igrejas podem, além das ações comunitárias locais, agirem de forma articulada na política dos Estados e nos acordos internacionais para que as ações do clima realmente se efetivem. A campanha ecumênica internacional “Tempo para a Criação” é uma ótima oportunidade para unir igrejas cristãs no mundo inteiro e poder rezar, refletir e conscientizar sobre as questões ambientais, levando as comunidades a agirem pelo clima de justiça e paz com toda a criação.

## CONCLUSÃO

A dissertação que aqui finalizamos foi escrita num contexto peculiar, marcado por eventos em nível mundial e nacional, diretamente relacionados ao tema da ecologia, como: a COP-17, em Durban, na África do Sul; as mudanças retrogradadas no Código Florestal Brasileiro; a preparação para a Rio+20 e o Fórum Social Temático 2012, com o tema “Justiça Social e Ambiental”. Antes, porém, destes eventos, em 2010 tivemos a celebração dos 20 anos da convocatória ecumênica mundial de Seul, que foi, sem dúvida, um fato motivador para a escolha do tema desta pesquisa. Mas, além disto, a influência vem do próprio contexto atual, marcado por desequilíbrios de ecossistemas, como enchentes, estiagens, vendavais, tornados, derretimentos de geleiras, inundações e outras catástrofes que abalam a vida de comunidades inteiras e já vitimam muitas pessoas que são obrigadas a migrar para outras terras, que são os refugiados do clima.

Também vivemos num cenário de crise econômica que expressa o fracasso de um modelo de economia que não se preocupa com a vida das pessoas e o meio ambiente. A prova disto é a forma de como se dão as negociações nas conferências sobre o clima, onde as partes se mostram mais interessadas em preservar seus lucros do que a vida do planeta. Ou seja, de um lado a crise e de outro o descaso com ela. E diante disso, emergem questionamentos sobre a atuação das igrejas. E a pergunta básica não é “onde está Deus?”, mas “onde está o testemunho da fé no Deus criador e defensor da vida?”. É explícito o desinteresse pela questão ambiental, por parte de quem detém o poder político e econômico. Mas as igrejas, que possuem os meios de mobilização e de possibilidade de conscientizar as pessoas, não podem ser omissas e precisam agir pela justiça climática, defendendo a integridade da criação de Deus. Não apenas por causa de seu poder de mobilização, mas pelo testemunho da fé, as igrejas devem profetizar, agindo e falando sobre as questões ambientais. Portanto, a motivação fundamental desta pesquisa está na relação da fé cristã com a ecologia. Pois, cabe a teologia refletir sobre isto, analisar, questionar e até suscitar algo novo.

A convocatória de Seul, em março de 1990, com o tema “Rumo à solidariedade da aliança pela justiça, paz e integridade da criação”, com o objetivo de projetar ações

ecumênicas para superar problemas causados pela injustiça, violência e pela degradação do meio ambiente, é, sem dúvida, um marco histórico e conceitual para o envolvimento das igrejas cristãs com a ecologia. Seul ergueu entrelaçadas as bandeiras da justiça, da paz e da ecologia. Ou seja, deu um foco para as abordagens do Conselho Mundial de Igrejas nestas três áreas que preocupam a humanidade. O olhar ecológico do movimento ecumênico mundial é um olhar voltado também para a questão da justiça, dos direitos e da dignidade humana, da conciliação e da paz entre culturas, religiões e povos. Seul deu o sentido de abordagens transversais na defesa da criação, forjando uma releitura da Bíblia que, numa visão holística, ajuda a recompreender o princípio da criação e o sentido da sua plenitude de justiça e paz. Seul é uma marca da atitude vigilante e da consciência das igrejas cristãs sobre sua aliança com o Criador.

Investigando os documentos do projeto “Ecojustiça”, do CMI em contraponto com a ecoteologia de Leonardo Boff e a experiência da Pastoral da Ecologia, seguindo a lógica do método Ver-Julgar-Agir, concluímos que a transversalidade da ecologia do movimento ecumenico mundial é importante para ajudar a humanidade a atravessar este momento de crise ecológica, que é também uma crise civilizatória. Como é uma crise de valores, do que fundamenta a vida em sociedade, é importante a colaboração das igrejas e religiões. Contudo que a modernidade tenha caracterizado as sociedades como, em sua maioria, laicas ou pelo menos os estados majoritariamente laicos, as religiões continuam tendo seu papel no mundo. E mais do que nunca agora, neste momento em que as pessoas e povos precisam resgatar valores essenciais para a convivialidade na casa de todos que é o planeta Terra. Da qual a humanidade não pode fugir para outro lugar, corre, sim, o risco de deixar de existir, se não souber reencontrar a harmonia de vida.

Finalizamos este trabalho com a convicção de que as igrejas têm um papel profético na questão ambiental, fazendo com que a humanidade compreenda suas responsabilidades. E que, além de promover toda uma mudança de comportamento para segurar as alterações do clima, se efetive, com urgência, a solidariedade com suas vítimas da injustiça climática. Cabe às igrejas e religiões conscientizar sobre o valor simbólico sacramental da natureza, onde todos os seus recursos são dons de Deus e devem estar para a garantia de vida e dignidade das pessoas e não para o lucro do mercado. E se as igrejas querem envolver os fieis na defesa do meio ambiente, é preciso promover uma espiritualidade ecológica e ampliar seu foco de evangelização, considerando que a Boa Nova do Reino de Deus é para toda a criação. As igrejas têm a missão de ouvir e fazer ecoar a profecia da Terra e dos pobres. E “o lugar das

igrejas é onde Deus está atuando, Cristo está sofrendo e o Espírito está cuidando da vida e resistindo aos principados e poderes destrutivos” (ÁGAPE, p. 7). Pois, este é o momento de dar testemunho com alternativas vivas, numa visão afirmadora da vida.

As igrejas, transformadas pela graça de Deus, são chamadas a viver sua vocação e “assumir um compromisso explícito e público em palavras de fé e atos” que mobilizam e criam espaços para a transformação do mundo em um lugar de afirmação da vida. Isto é, “a *oikoumene*, uma comunidade da Terra onde todos os povos vivem em relações justas entre si, com toda a Criação e com Deus” (ÁGAPE, p. 21). E a inspiração para isto está muito bem clara em São Francisco de Assis, que dizia, “nosso convento é o mundo”. Ou seja, este mundo em crise deve ser transformado em lugar de convivialidade fraterna. Francisco de Assis, com suas palavra e atos, ensinou a viver a fraternidade universal, a harmonia de vida, que começa com o respeito e a reverência para com a biodiversidade criada por Deus.

Como cristãos e cristãs, que temos uma aliança, um pacto de amor com Deus criador e defensor da vida, precisamos trabalhar para transformar o clima de injustiça em uma realidade nova, de justiça e paz com toda a criação. E para isto precisamos nos sentir vocacionados, não mais para o domínio da natureza, mas para o cuidado espiritual da biodiversidade, com a sensibilidade humana de ouvir a profecia da Terra e dos pobres e anunciar a boa nova para toda a criação. Assumiremos consistentemente nossa aliança com o Criador na medida em que nos sentirmos uma comunidade de vida, a *Oikoumene*, lugar de convivência, solidariedade e justiça, para viver preservando os direitos e a dignidade de toda a criação.

E assim concluimos com um sentimento de desafio ou convicção ou esperança de que, a partir da campanha “Tempo para a Criação” lançada pelo CMI, como um verdadeiro chamado para a conversão ecológica, podemos fortalecer o movimento ecológico ecumênico, uma Pastoral da Ecologia Ecumênica no Rio Grande do Sul. Quiçá a Pastoral da Ecologia criada na CNBB Sul 3 no ano 2001, possa após 10, 11 anos de caminhada se fortalecer com seus grupos ecológicos de base e ser uma pastoral verdadeiramente ecumênica e de diálogo interreligioso.

## BIBLIOGRAFIA

- Acción Ecológica. *O que é a Dívida Ecológica?* Disponível em: <<http://www.accionecologica.org/deuda-ecologica>> Acessado em: 06 set. 2011.
- BÍBLIA SAGRADA. *A Bíblia de Jerusalém. Comentários de rodapé (Gn 1,3)*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BOFF, Leonardo. *Dívida Ecológica*. Disponível em: <<http://www.deudaecologica.org/Questoes-Deuda-Ecologica/Divida-ecologica-Leonardo-Boff.html>> Acessado em: 06 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Ecologia – Mundialização – Espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_, *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- \_\_\_\_\_, *Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Ética da Vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- \_\_\_\_\_, *Grito da Terra, Grito dos Pobres*. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_, *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CECHIN, Antônio. *Empoderamento Popular: uma pedagogia de libertação*. Porto Alegre: ESTEF, 2010.
- CMI. “*Escuchar el clamor de la Madre Tierra*”. *Hacia una nueva espiritualidad de convivencia respetuosa* (22/04/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/declaracion-ecumenica-para-la-conferencia-mundial-de-los-pueblos-sobre-el-cambio-climatico.html>> Acesso em 04 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, “*Jesus Cristo - a vida do mundo*”. 6ª Assembleia Vancouver, BC, Canadá: 24 de Julho a 10 de Agosto de 1983. Disponível em: <<http://www.wcc-assembly.info/index.php?id=515&L=5>> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, “*Vem Espírito Santo - renova toda a criação*”. 7ª Assembléia - Camberra, Austrália: 7 a 20 Fevereiro de 1991 Disponível em: <<http://www.wcc-assembly.info/po/sobre-a-assembleia/assembleias-anteriores/camberra.html>> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Assembléia de 2013: “Deus da vida, guia-nos à justiça e à paz”* (22/02/11). Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/index.php?id=8368&L=5&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=15220&tx\\_ttnews%5BbackPid%5D=6747&cHash=ff7365e755efdd1d5df960271c63708c](http://www.oikoumene.org/index.php?id=8368&L=5&tx_ttnews%5Btt_news%5D=15220&tx_ttnews%5BbackPid%5D=6747&cHash=ff7365e755efdd1d5df960271c63708c)>

> Acesso em: 11 jul. 2011.

- \_\_\_\_\_, *Consulta AGAPE: Vinculos entre pobreza, riqueza y ecología: Perspectivas ecuménicas de América Latina y el Caribe - Declaración de Guatemala. Conselho Mundial de Igrejas e Conselho Latino Americano de Igrejas*. Guatemala, 6 a 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/public-witness-addressing-power-affirming-peace/poverty-wealth-and-ecology/neoliberal-paradigm/08-10-07-consulta-agape-declaracion-de-los-pueblos-indigenas.html>> Acesso em: 08 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Cuáles son las razones de la crisis del agua?* Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/la-crisis-del-agua.html>> Acessado em: 20 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Cuidar la creación: justicia climática ya!* Disponível em <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-por-la-justicia-climatica.html>> Acessado em: 20 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Declaración sobre ecojusticia y deuda ecológica (02/09/2009)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comite-central-del-cmi/ginebra-2009/reports-and-documents/informe-del-comite-sobre-cuestiones-de-actualidad/declaracion-sobre-ecojusticia-y-deuda-ecologica.html>> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Del Señor es la tierra. Reflexión de Linwood Blizzard, II y Shantha Ready Alonso*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/recursos-y-enlaces/siete-semanas-para-el-agua/semana-3/reflexion-biblica.html>> Acessado em: 29 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *El CMI se congratula por el informe de la ONU sobre cambio climático (02/02/2007)*. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/browse/2/article/1634/el-cmi-se-congratula-por.html?tx\\_ttnews%5Bcat%5D=34&cHash=4599e9760ec1ee8f302169a9050e4b01](http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/browse/2/article/1634/el-cmi-se-congratula-por.html?tx_ttnews%5Bcat%5D=34&cHash=4599e9760ec1ee8f302169a9050e4b01)> Acessado em: 20 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *El CMI y el cambio climático*. Disponible em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/cambio-climatico.html>> Acesso em 17 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *El CMI y la eco-justicia*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia.html>> Acessado em: 22 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Globalização Alternativa Comprometida com a Humanidade e o Planeta Terra (AGAPE)*. JPIC, Genebra 2005. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape\\_portuguese.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wccassembly/documents/portuguese/agape_portuguese.pdf)> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Globalización alternativa para las personas y la tierra (AGAPE) - Un llamamiento al amor y la acción (14/02/2006)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/asamblea-del-cmi/porto>

alegre-2006/3-documentos-preparatorios-y-de-fondo/globalizacion-alternativa-para-las-personas-y-la-tierra-agape.html> Acessado em: 23 set. 2011.

- \_\_\_\_\_, *La Red Ecu mica del Agua (REDA)*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/la-reda.html?>> Acessado em: 20 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Mensagem por ocasião do “Dia da Terra” (22/04/1999)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comisiones-del-cmi/asuntos-internacionales/environmental-justice/message-on-the-occasion-of-earth-day.html?print=1%253Fprint%253D1print%3D1%253Fprint%253D1>> Acesso em: 07 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Nota sobre el calentamiento terrestre y el cambio climático. “ Sed guardianes de la creación de Dios!” (20/02/2008)*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/resources/documents/central-committee/geneva-2008/reports-and-documents/public-issues/minute-on-global-warming-and-climate-change.html>> Acesso em 10 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Pobreza, riqueza y ecología: impacto de la globalización econ mica*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/pobreza-riqueza-y-ecologia.html>> Acesso em: 17 jul.2011.
- \_\_\_\_\_, *Pobreza, Riqueza y Ecología: Los Efectos de la Globalización Econ mica - Documento de referencia para el Proceso de Estudio*. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/PWE\\_Framework\\_paper\\_SPA.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/PWE_Framework_paper_SPA.pdf)> Acessado em: 06 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Programas*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas.html>> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Red Ecu mica del Agua*. Disponible em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda.html>> Acesso em 17 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Sessões plenária: Justiça econ mica. Império e Religião: evangelho, ecumenismo e profecia para o século XXI. Anota es apresentadas na IX Assembléia - por Nancy Cardoso (16/02/2006)* Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/po/resources/documents/assembleia-do-cmi/porto-alegre-2006/2-plenary-presentations/economic-justice/apresentacao-de-nancy-cardoso.html>> Acessado em: 28 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Sob o tema “Deus, em tua graça, transforma o mundo” - muitas questões a discutir*. Disponível em: <<http://www.wcc-assembly.info/po/tema-questoes.html>> Acessado em: 22 set. 2011).
- \_\_\_\_\_, *Tiempo para la Creación 2009*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-por-la-justicia-climatica/tiempo-para-la-creacion/2009-oraciones-del-pacifico.html>> Acesso em: 11 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Tiempo para la Creación en 2011:  rboles y bosques*. (31/08/11) Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/article/1634/tiempo-para-la-creacion.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

- \_\_\_\_\_, *Tiempo para la Creación*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/es/events-sections/actuar-por-la-justicia-climatica/tiempo-para-la-creacion.html>> Acesso em 17 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Tiempo para la Creación: un llamamiento a orar, reflexionar y actuar*. (13/09/11). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/ewn-news-and-events-containers/english-news-container/single-news/article/3083/tiempo-para-la-creacion-1.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Transformar las aguas amargas de Mara*. Reflexión del Canónigo Dr. Babatunde. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/activities/la-reda/recursos-y-enlaces/siete-semanas-para-el-agua/semana-2-petroleo-y-agua-en-nigeria/reflexion-biblica.html>> Acessado em: 28 set. 2011.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Campanha da Fraternidade 2011. *Texto-Base*. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- ECCLESIA. *Diálogo Ecumênico. O Conselho Mundial de Igrejas*. Disponível em: <[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo\\_ecumenico/CMI.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo_ecumenico/CMI.html)> Acesso em 31 jan. 2012).
- KERBER, Guillermo. “Opção ecológica”: reconhecer o grito de toda a Criação junto ao grito dos pobres (entrevista). Em: Um Tempo para a Criação. *IHU On-Line*, 346, (04/10/2010). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160)> Acesso em 05 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, Ecologia e nova cosmologia: implicações teológicas. Em: *IHU-Online* (5/4/2010). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=31160)> Acesso em: 28 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, Justice Climatque et Paix avec la Terre. Vingt ans après le rassemblement de Justice, Paix et Sauvegarde de la Création (Séoul, 1990). Em: *Stage de formation pastorale. Freiburg im Brisgau*, 11/03/2010.
- \_\_\_\_\_, *O Ecológico e a Teologia Latino-Americana: articulação e desafios*. Porto Alegre: Sulinas, 2006.
- \_\_\_\_\_, “Opção ecológica”: reconhecer o grito de toda a Criação junto ao grito dos pobres. *IHU On-Line*, São Leopoldo, nº. 346. p. 19-24, out. 2010. Entrevista.
- MAÇANEIRO, Marcial. *Religiões e Ecologia: cosmovisão, valores, tarefas*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- NILES, D. Preman. *Between The Flood and the Rainbow: interpreting the Conciliar Process of Mutual Commitment (Covenant) to Justice, Peace and the Integrity of Creation*. WCC Publicatins: Geneva, 1992.
- Pastoral da Ecologia - CNBB Sul 3. *10 Anos de Pastoral da Ecologia - RS*. Disponível em: <<http://pastoraldaecologia.blogspot.com/2011/09/10-anos-de-pastoral-da-ecologia-rs.html>> Acesso em 29 nov. 2011.

\_\_\_\_\_, *Livro de Atas n.º. 01, Ata n.º. 01 da Pastoral da Ecologia do Rio Grande do Sul*, junto à sede da CNBB Sul III, Av. Cristóvão Colombo, 149, Porto Alegre.

SCHNEIDER, Marcelo. *Hacia una ecoteologia* (31/03/11) Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/novedades/news-management/a/sp/article/1634/hacia-una-ecoteologia.html>> Acesso em: 08 ago. 2011.

UN. *International Year of Biodiversity*. Disponível em: <<http://www.cbd.int/2010/welcome>> Acesso em: 11 nov. 2011.

WCC. *A call to action in solidarity with those most affected by climate change*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/comisiones-del-cmi/asuntos-internacionales/environmental-justice/a-call-to-action-in-solidarity-with-those-most-affected-by-climate-change.html?print=1%253Fprint%253D1print%3D1%253Fprint%253D1>> Acessado em 7 out. 2011.

\_\_\_\_\_, *A Justice Statement regarding Climate Change from The World Council of Churches* (1/11/2000). Disponível em <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/the-atmosphere-as-global-commons-responsible-caring-and-equitable-sharing.html>> Acessado em: 27 set. 2011.

\_\_\_\_\_, *A service outline for the Time for Creation*. (11/08/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/time-for-creation-prayer-service.html>> Acesso em 04 out. 2011.

\_\_\_\_\_, *Alternative globalization addressing peoples and earth (AGAPE): A background document* (01/030/2005). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/public-witness-addressing-power-affirming-peace/poverty-wealth-and-ecology/neoliberal-paradigm/agape-background-document.html>> Acessado em: 22 set. 2011. p. 2986.

\_\_\_\_\_, *Call for Action. The Geneva Interfaith Forum on Climate Change, Environment and Human Rights* (2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/call-for-action-by-geneva-interfaith-forum.html>> Acesso em: 19 out. 2011.

\_\_\_\_\_, *Climate Change and the World Council of Churches: Background information & recent statements*. March, 2011. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p4/climate/1103Clchgbooklet.pdf>> Acesso em 20 set. 2011.

\_\_\_\_\_, Climate change programme. *Climate change newsletter #53*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/index.php?id=8592>> Acesso em: 05 dez. 2011.

\_\_\_\_\_, *Climate justice - the role of religion in addressing climate change*. por David G. Hallman, Conselho Mundial de Igrejas, Genebra, 2003. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/world-climate-change>>

conference.html> Acesso em 08 out.2011.

- \_\_\_\_\_, *Climate Justice and Human Rights: Why Churches can Make a Difference*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/climate-justice-and-human-rights.html>> Acesso em 26 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Climate justice for all. A statement from the World Council of Churches (WCC) to the High-Level Ministerial Segment of the UN Climate Conference in Nairobi COP12/MOP2*, 2006. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/climate-justice-for-all.html>>. Acesso em: 19 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Ecumenical Water Network (EWN)*. (Notícias 23/11/11). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/activities/ewn-home/ewn-news-and-events-containers/english-news-container/single-news/article/3083/wcc-calls-durban-a-las.html>> Acesso em: 23 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Education and Ecumenical Formation. Ministerial Formation - 105/106*, July 2005/January 2006 (double issue). Por: Humberto Maiztegui Gonçalves. “Viver os sonhos e sonhar a vida: Um estudo a partir de Isaías 65, 17-25 e Ap 21,1-8”. Disponível em <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p5/Ministerial\\_formation/mf105-106.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p5/Ministerial_formation/mf105-106.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Globalization and climate change* (01/01/2002). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/globalization-and-climate-change.html>> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Human rights to enhance human dignity*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/programmes/public-witness-addressing-power-affirming-peace/human-rights.html>> Acesso em: 26 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Implemented activities*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/eco-justice/poverty-wealth-and-ecology/implemented-activities.html>> Acessado em: 23 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Introduction to the study guide My Neighbour's Faith and Mine*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/documentacion/documents/programas-del-cmi/interreligious-dialogue-and-cooperation/christian-identity-in-pluralistic-societies/study-guide-my-neighbours-faith-and-mine/study-ii-creation.html>> Acesso em: 07 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Justice, Diakonia and Responsibility for Creation*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/po/programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation.html>> Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Meeting of the CCIA in Cuba - Commission of the Churches on International Affairs (CCIA)*, 2009. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international->

affairs/commission-on-international-affairs-policy/report-of-the-march-2009-ccia-meeting.html> Acesso em 19 out. 2011.

- \_\_\_\_\_, *Message on the occasion of "Earth Day"*. (North American churches, 22 April 1999). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international-affairs/environmental-justice/message-on-the-occasion-of-earth-day.html>> Acessado em: 27 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Minute on global warming and climate change* (20/02/2008). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/central-committee/geneva-2008/reports-and-documents/public-issues/minute-on-global-warming-and-climate-change.html>> Acesso em 20 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_, *New Scientific Evidence on Causes, Impacts and Mitigation of Climate Change* (Newsletter nº. 41). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/es/programas/justicia-diaconia-y-responsabilidad-por-la-creacion/eco-justicia/cambio-climatico/back-issues-of-the-wcc-climate-change-newsletter/climate-change-newsletter-41.html>> Acessado em: 20 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Poverty, wealth and ecology: impact of economic globalization*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/po/programmes/justice-diaconia-and-responsibility-for-creation/eco-justice/poverty-wealth-and-ecology.html>>. Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Religious Traditions Call To Climate Action*. (2009). Disponível em <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diaconia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/religious-traditions-call-to-climate-action.html>> Acesso em: 04 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Solidarity with Victims of Climate Chang. Comissão de Justiça, Paz e Criação, 2002*. Disponível em: <[http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity\\_with\\_victims\\_of\\_climate\\_change.pdf](http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc-main/documents/p3/Solidarity_with_victims_of_climate_change.pdf)> Acesso em 17 out. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Statement of the WCC general secretary, the Rev Dr Olav Fykse-Tveit, for the UNFCCC COP 17* (23/11/2011). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/general-secretary/statements/statement-ahead-of-cop17-in-durban-2011.html>> Acesso em 25 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Statement on Water for Life. WCC 9th Assembly, Porto Alegre, Brazil, 14-23 February, 2006* (23/02/2006). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-commissions/international-affairs/human-rights-and-impunity/statement-on-water-for-life.html>> Acessado em: 20 set. 2011.
- \_\_\_\_\_, *The WCC and eco-justice*. Disponível em <<http://www.oikoumene.org/po/programmes/justice-diaconia-and-responsibility-for-creation/eco-justice.html>>. Acesso em: 11 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Water and Liberation. Biblical reflection for World Water Day 2010* (22/03/2010). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diaconia-and-responsibility-for-creation/climate-change->

water/biblical-reflection-for-world-water-day-2010.html> Acesso em 04 out. 2011.

\_\_\_\_\_, *Water as a Gift and Right*. Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/fileadmin/files/wcc->

\_\_\_\_\_, *What is the World Council of Churches?* Disponível em <<http://www.oikoumene.org/who-are-we.html>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

\_\_\_\_\_, *Why are the churches at the UN Conference on Climate Change in Cancun?* Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/resources/documents/wcc-programmes/justice-diakonia-and-responsibility-for-creation/climate-change-water/why-are-the-churches-at-the-un-conference-on-climate-change-in-cancun.html>> Acesso em 04 out. 2011.

\_\_\_\_\_, *Youth promise active involvement for environmental justice* (14/12/11). Disponível em: <<http://www.oikoumene.org/en/news/news-management/eng/a/article/1634/youth-promises-active-inv.html>> Acesso em: 14 dez. 2011.

Wikipédia. *A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – CQNUMC*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 17 jul. 2011.

\_\_\_\_\_, *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/UNFCCC>> Acesso em: 04 out. 2011

\_\_\_\_\_, *Intergovernmental Panel on Climate Change ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)*. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

WILLIAMS, Dom Rowan. Uma Boa Nova para Toda a Criação. Em: *IHU On-Line* (9/10/2010). Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=37143](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=37143)> Acesso em: 05 out. 2011.

## ANEXOS

### ANEXO 1:



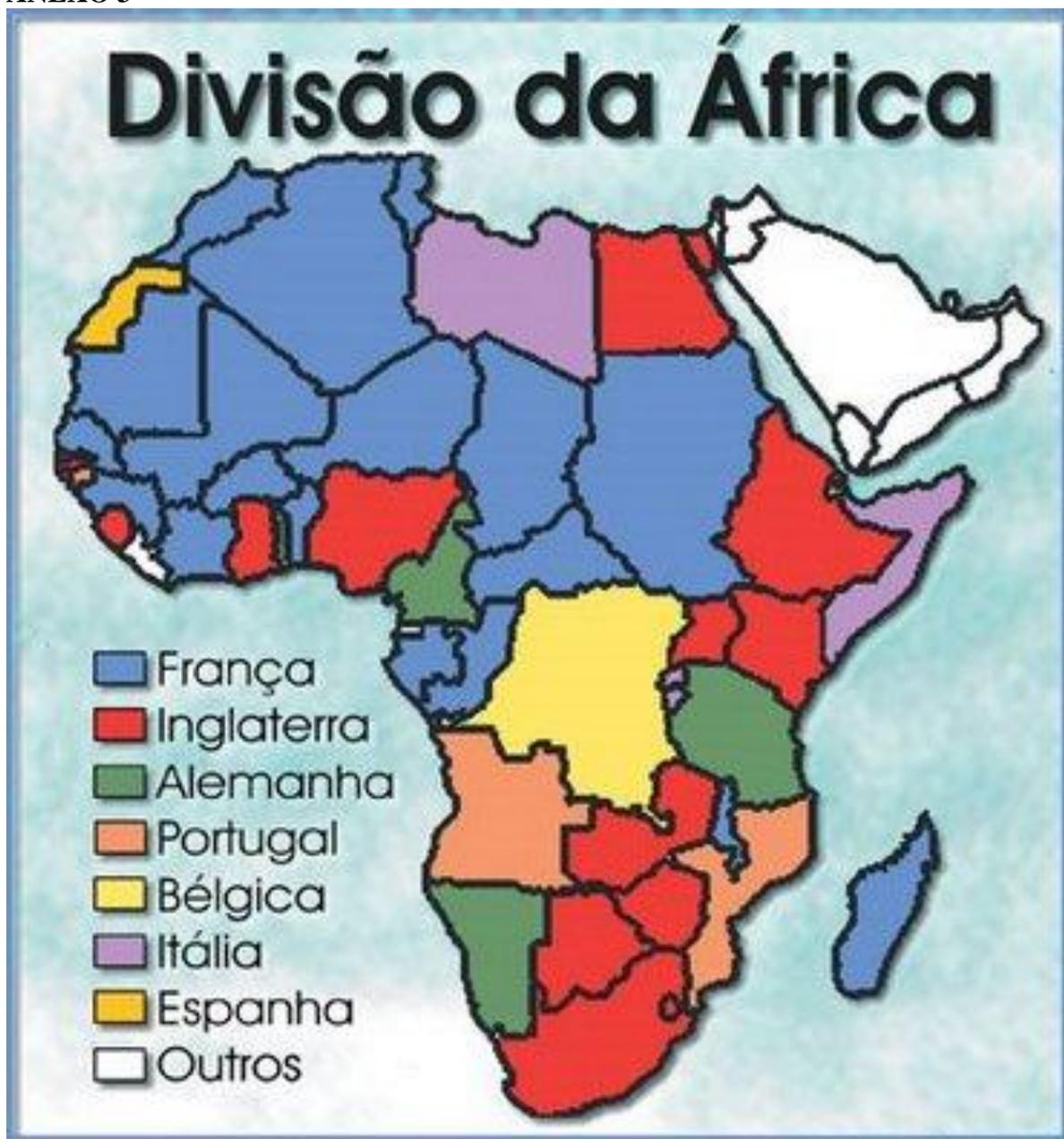
Convocatória Ecumênica Mundial de Seul, na Coréia do Sul, entre os dias 05 a 12 de março de 1990, com o tema “Rumo à solidariedade da aliança pela justiça, paz e integridade da criação”.

## ANEXO 2

**Organização e estrutura do Conselho Mundial de Igrejas - CMI**

Esta imagem mostra a atual estrutura de organização do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)

## ANEXO 3



A Partilha da África, também conhecida como a Corrida à África ou ainda Disputa pela África, foi a proliferação de reivindicações europeias conflitantes ao território africano durante o período do Neo-imperialismo, a partir da década de 1880. Usamos esta imagem extraída do site <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partilha\\_de\\_África](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partilha_de_África)> para ilustrar o assunto das dívidas ilegítimas. Ou seja, como a riqueza dos países desenvolvidos é a miséria dos pobres e a degradação ambiental, a mudança climática que resulta em sofrimento primeiro e em maior escala para os pobres.